

Ac: 125

Reg: 587

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

---

ANUÁRIO  
DO  
INSTITUTO RIO-BRANCO

1968/1969

34.044.25(058) 1968/1969

B 8230

Ex. 4

INSTITUTO RIO-BRANCO

1968/1969

*Diretor:*

EMBAIXADOR ANTONIO CORRÊA DO LAGO  
(De 21/6/66 a 17/11/69)  
EMBAIXADOR GERALDO EULÁLIO DO NASCIMENTO E SILVA

*Coordenador de Cursos:*

MINISTRO JORGE ALBERTO DE SEIXAS CORRÊA

*Chefe da Secretaria:*

CONSELHEIRO OTHON DO AMARAL HENRIQUES FILHO  
(De 1/8/67 a 12/9/69)

CONSELHEIRO OTHON GUIMARÃES

*Coordenador dos Concursos:*

CONSELHEIRO OSWALDO BARRETO E SILVA  
(De 13/9/67 a 8/7/68)

*Coordenador do C. P. C. D.*

SECRETÁRIO AUGUSTO CESAR DE VASCONCELLOS GONÇALVES  
(De 1/6/67 a 20/6/69)

*Chefe da Seção de Administração:*

NAURA TEIXEIRA LOPES DA CRUZ

*Chefe da Seção de Pesquisas e Publicações:*

MARIA VILHENA FABIANO DE ARAÚJO

*Chefe da Seção Técnico-Pedagógica:*

PROFESSORA ILNAH DE FIGUEIRÊDO LÔBO  
(De 1/4/65 a 20/8/68)

MARTHA FREIRE PEREIRA PINTO

(A partir de 1/3/69)

*Secretária do Diretor:*

MARTHA FREIRE PEREIRA PINTO

363) 99

A Secretaria do Instituto Rio-Branco apreciaria sugestões, críticas e indicações de possíveis erros a fim de melhorar as próximas edições deste anuário.

## HISTÓRICO

O Instituto Rio-Branco foi criado pelo Decreto-Lei nº 7.473, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, em 18 de abril de 1945, quando se encontrava internamente à frente do Ministério das Relações Exteriores o Embaixador José Roberto de Macedo Soares.

Fundado na semana das comemorações do Centenário do Barão do Rio-Branco, como centro de investigações e ensino do Itamaraty, o Instituto representava a concretização de proposta formulada no ano anterior pelo então Primeiro Secretário Jorge Latour, Presidente da Comissão Preparatória daquelas comemorações. Tal proposta, apresentada em memorandum de 4 de maio de 1944, fora submetida pelo Chefe do Departamento de Administração, o então Ministro Carlos Alves de Souza Filho, ao Ministro Oswaldo Aranha, que autorizara o início da execução do plano sugerido.

As primeiras atividades do Instituto tiveram a forma de cursos de extensão destinados, quer ao aperfeiçoamento dos funcionários da carreira de Diplomata, quer a difundir conhecimentos relativos à geografia e à cartografia do Brasil.

O Decreto-lei nº 9032, de 6 de março de 1946, baixado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, por iniciativa do Ministro João Neves da Fontoura, veio conferir ao Instituto Rio-Branco, com exclusividade, a missão de recrutar e selecionar os aspirantes ao serviço externo do país, ao mesmo tempo em que o dotava de instrumentos para a execução das tarefas relacionadas com a formação e o adestramento dos funcionários diplomáticos. Criava o referido Decreto-lei o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas. A admissão à carreira passava a efetuar-se tão-somente na classe inicial, com base no merecimento intelectual dos candidatos e através de processo competitivo: seja o concurso de provas, seja o Curso de Preparação, ambos a cargo do Instituto.

Mantinha-se, pois, o concurso de provas — que tão bons resultados já dera — mas saía êle da esfera do Departamento Administrativo do Serviço Público e passava para a responsabilidade do Instituto. Em vista, porém, da dificuldade para obtenção, dentro do sistema educacional existente, do treinamento de caráter profissional requerido dos candidatos, estabelecia-se o Curso de Preparação. Nêle se ingressaria através de concurso de habilitação — exame vestibular — no qual seriam aferidas as condições básicas que deveriam preencher os candidatos para receberem, no Curso, a formação profissional exigida.

O Decreto-lei nº 9.032 constituiu, assim, um marco de grande importância no processo de institucionalização e democratização da carreira de Diplomata. Ao Instituto Rio-Branco deu posição chave nesse processo, imprimindo-lhe a orientação que caracterizou suas atividades nos vinte anos que se seguiram.

Considerando a conveniência de alargar a área geográfica de recrutamento dos candidatos e, ao mesmo tempo, facilitar a sua seleção por meio da descentralização parcial do Exame Vestibular, foi baixado o Decreto nº 45.535, de 5 de março de 1959, que permitiu o processamento do referido Exame em duas etapas: provas de seleção prévia realizadas, concomitantemente e com caráter eliminatório, no Rio de Janeiro e nas capitais de maior densidade demográfica da União; e provas vestibulares finais efetuadas no Rio de Janeiro.

A Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, criou, no Instituto Rio-Branco, o Curso de Altos Estudos e estabeleceu o princípio de que, decorridos cinco anos de sua instalação só poderão ser promovidos a Ministro de Primeira classe ou comissionados na função de Embaixador os Ministros de Segunda classe que tiverem concluído aquêle Curso.

## RELATÓRIO 1968/1969

Em 1968, de acôrdo com o nôvo Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967, e dentro do objetivo de dar ao diplomata uma formação superior, foi exigido, para inscrição no Exame Vestibular, o pré-requisito mínimo de matrícula na segunda série de escola superior.

Dessa forma, possuindo o candidato um nível correspondente a dois anos universitários, teria, ao final do Curso de Preparação, quatro anos de estudos superiores.

Tendo em conta que, no ano anterior, fôra exigida apenas a primeira série superior, e que os candidatos aprovados nas provas de seleção prévia e reprovados nas fases ulteriores, naquele ano, deveriam estar aptos a cumprir o nôvo pré-requisito, a Portaria nº 8, de 5 de abril de 1968, dispensou aquêles candidatos de submeterem-se novamente às referidas provas, desde que apresentassem comprovante de matrícula na segunda série.

A elevação do nível de estudos dos candidatos e a experiência antes acumulada permitiram, no biênio 1968/1969, a consolidação das reformas postas em prática desde 1966 e a execução de certos reajustamentos no planejamento geral e na programação dos Cursos, visando aos seguintes principais objetivos:

- a) reforçar a estrutura departamental: formalizar — a exemplo dos Departamentos de Direito e de Economia — os Departamentos de Política e de Orientação Profissional, mediante a nomeação de coordenadores;
- b) propiciar enfoque integrado, interdisciplinar, das questões que apresentam aspectos políticos, jurídicos e econômicos intimamente associados;
- c) reajustar as unidades didáticas, precisando seus objetivos e tornando-as mais compactas para o que passaram a ser semestrais;
- d) desenvolver ainda mais a iniciativa, a pesquisa e os hábitos de leitura dos alunos.

Para atingir os objetivos acima, foram contempladas as seguintes medidas:

1º Ano

- a) reorganização da cadeira de Direito Constitucional, da qual foi excluída a parte de Direito administrativo;
- i) a nova unidade didática incluiu o estudo sistemático das instituições políticas, além das normas constitucionais vigentes (enfoque político-jurídico);
- ii) o Direito Administrativo passou a integrar uma das unidades de Orientação Profissional: — Administração Pública e Direito Administrativo, ministrada no 2º Ano;
- b) adoção de novo método de ensino para Direito Civil e Direito Comercial; esta última matéria teve reformulado seu programa, de modo a oferecer uma visão ampla do papel do direito no mundo dos negócios;
- c) desdobramento em duas unidades didáticas semestrais da cadeira antes denominada Economia I:
  - i) Teoria Microeconômica
  - ii) Teoria Macroeconômica

2º Ano

- a) criação de nova unidade didática — Relações Internacionais de caráter interdisciplinar, destinada a apresentar um enfoque integrado, político-jurídico, das relações internacionais;
- b) coordenação da execução dos programas de Relações Internacionais e Relações Econômicas Internacionais — nas partes relativas à Integração e Cooperação Econômica Internacional — mediante a organização de um ciclo de estudos (aulas e conferências) de caráter interdisciplinar, durante as 5 últimas semanas do 1º período;
- c) desdobramento da matéria de Política Internacional II em duas unidades didáticas semestrais:
  - i) Teorias de Política Internacional
  - ii) Problemas Internacionais Contemporâneos

- d) desdobramento da matéria de Economia II em duas unidades didáticas semestrais:
  - i) Relações Econômicas Internacionais
  - ii) Desenvolvimento Econômico
- e) desdobramento da matéria de Orientação Profissional em duas unidades didáticas (ambas do mesmo semestre):
  - i) Administração Pública e Direito Administrativo
  - ii) Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores (aulas e conferências).

Em consequência, o C.P.C.D. — ministrado em dois anos — passou a compreender as seguintes unidades didáticas:

- Português (1º e 2º Ano)
- Francês (1º e 2º Ano)
- Inglês (1º e 2º Ano)
- Geografia Política (1º Ano)
- História das Relações Exteriores do Brasil (1º Ano)
- Política Internacional:
  - A — Pensamento Político Contemporâneo (1º Ano)
  - B — Relações Internacionais (2º Ano)
  - C — Teorias de Política Internacional (2º Ano)
  - D — Problemas Internacionais Contemporâneos (2º Ano)

Economia:

- A — Teoria Microeconômica (1º Ano)
- B — Teoria Macroeconômica (1º Ano)
- C — Relações Econômicas Internacionais (2º Ano)
- D — Desenvolvimento Econômico (2º Ano)

Direito:

- A — Direito Constitucional (1º Ano)
- B — Direito Civil (1º Ano)
- C — Direito Comercial (1º Ano)
- D — Direito Internacional Público (2º Ano)
- E — Direito Internacional Privado (2º Ano)

Orientação Profissional (2º Ano):

- A — Administração Pública e Direito Administrativo
- B — Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores

O ano escolar, constou ainda de dois períodos letivos de 16 semanas, seguidos de provas, tendo cada período letivo quatro unidades didáticas substantivas e duas instrumentais (línguas estrangeiras ou Orientação Profissional). No tocante a Português, o regime vigente foi o de realizar-se um controle sistemático do conhecimento da língua através da correção das provas e dos trabalhos escolares de outras matérias.

A Reforma do Ministério das Relações Exteriores, de que se cogitou em 1969, abrangia o sistema de recrutamento e formação de candidatos à Carreira de Diplomata, prevendo a elevação do pré-requisito universitário e a realização de concurso em nível mais amplo, de modo a não só propiciar maiores possibilidades de acesso à Carreira, mas também permitir que fosse antecipada a nomeação dos candidatos aprovados, os quais, já na qualidade de diplomatas, fariam o Curso de Formação.

Face à iminência de aprovação da Reforma, o Ministro de Estado das Relações Exteriores houve por bem suspender o Exame Vestibular até a implantação da nova sistemática, embora já publicadas, em janeiro daquele ano, as instruções para realização dos exames.

Em meados do ano, verificou-se a impossibilidade de ser concretizada a Reforma a curto prazo, o que acarretaria sérios prejuízos aos candidatos até então empenhados em se prepararem para o Exame Vestibular anunciado em janeiro, razão pela qual o Ministro de Estado das Relações Exteriores autorizou a realização do Exame Vestibular, ainda em 1969, assegurando dessa forma a continuidade do processo de recrutamento e facilitando a adaptação dos candidatos ao futuro regime.

Em consequência, a primeira fase do Exame Vestibular só pôde ter início em fins de 1969, com as provas de seleção prévia, prolongando-se a fase final até princípio do mês de abril de 1970.

A manutenção do sistema de recrutamento e seleção condicionará a continuidade na programação dos Cursos em 1970 e 1971, salvo ligeiras adaptações de caráter adjetivo.

## ORGANIZAÇÃO ATUAL

O Instituto Rio-Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado. Criado pelo Decreto-lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, alterado pelo Decreto-lei nº 8.461, de 26 de dezembro do mesmo ano, dêle se ocupam o Decreto-lei nº 9.032, de 6 de março de 1946, a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, e a Lei nº 5.131, de 1º de outubro de 1966. Possui Regimento e Regulamento próprios, aprovados, respectivamente, pelos Decretos nº 24.883, de 28 de abril de 1948, e nº 60.355, de 10 de março de 1967.

O Instituto Rio-Branco tem por finalidade:

- I — o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro;
- II — o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;
- III — a realização, por iniciativa própria ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito de seus objetivos;
- IV — a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais;
- V — a realização de pesquisas, seja por iniciativa própria, dentro do âmbito de seus objetivos, seja, em colaboração com a Comissão de Planejamento Político e a Divisão de Documentação, quando se tratar de assuntos relacionados com outras finalidades do Ministério.

O Instituto, sob a chefia do Diretor, está organizado em Secretaria e Cursos.

O Diretor é nomeado pelo Presidente da República e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário Geral, dentre os Ministros de Primeira e Segunda Classe, inclusive os aposentados. Cabe ao Diretor administrar e representar o Instituto, bem como propor ao Ministro de Estado as providências e modificações que a experiência aconselhar em relação a programas, funcionamento dos cursos, realização de concursos e demais atividades.

Antes de serem submetidos à aprovação do Ministro de Estado, os programas de estudos e atividades são levados pelo Dire-

tor à apreciação da Comissão de Programas e Estudos, à qual compete emitir parecer sobre o mérito dos mesmos. Essa Comissão é presidida pelo Secretário Geral de Política Exterior e dela fazem parte os Secretários Gerais Adjuntos, os Chefes de Departamento, o Diretor do Instituto, o Ministro-Assistente do Comando da Escola Superior de Guerra e três especialistas em assuntos internacionais, indicados pelo Diretor do Instituto e designados pelo Ministro de Estado para períodos de dois anos (1).

A Secretaria tem um Chefe designado pelo Ministro de Estado dentre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe e Primeiro Secretário. Compreende três Seções: de Administração, Técnico-Pedagógica e de Pesquisas e Publicações.

Cabe ao Instituto manter os seguintes cursos:

- 1) Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;
- 2) Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas;
- 3) Curso de Altos Estudos;
- 4) Cursos Especiais;
- 5) Cursos de Extensão.

O Instituto poderá organizar outros cursos e estabelecer programas de estudos a serem cumpridos em outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras, com elas celebrando convênios, se necessário.

Compete ainda ao Instituto organizar concursos de provas para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro.

#### CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA

##### EXAME VESTIBULAR

A admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata se faz mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em três fases: a) provas de seleção prévia; b) exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista; c) provas vestibulares finais.

As provas de seleção prévia se realizam, concomitantemente, na Capital Federal, na sede do Instituto Rio-Branco e nas capitais de vários Estados da União; os exames e provas das demais fases

(1) A Comissão de Programas e Estudos foi criada pelo Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961, alterado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967. Dela se ocupa também o Regulamento vigente do IRBr.

se efetuam na sede do Instituto Rio-Branco. Aos candidatos residentes fora do Estado da Guanabara que se habilitam nas provas de seleção prévia o Instituto Rio-Branco provê transporte e hospedagem, para se submeterem aos demais exames e provas.

Anualmente, o Instituto Rio-Branco publica, no *Diário Oficial*, edital de abertura de inscrições para o Exame Vestibular e baixa as instruções que o regerão. São requisitos para a inscrição: a) ser brasileiro nato; b) contar no mínimo 19 e no máximo 30 anos de idade; c) ser eleitor e estar quite com as obrigações militares; d) ter idoneidade moral, apresentando fôlha corrida e atestado de antecedentes; e) estar vacinado contra a varíola, apresentando atestado fornecido pela Saúde Pública; f) ter concluído, pelo menos, a segunda série de curso de graduação de escola superior, oficial ou reconhecida, ou de universidade estrangeira, neste caso desde que comprovada a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Por ocasião da inscrição, bastará a apresentação de atestado de matrícula na segunda série, mas será essencial prova de conclusão daquela série acadêmica para a efetivação da matrícula no Curso de Preparação. São admitidos candidatos de ambos os sexos. Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, sua inscrição dependerá de autorização especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

As provas de seleção prévia, destinadas a medir o grau de maturidade e o nível mínimo de conhecimentos que os candidatos devem possuir para se submeterem às provas vestibulares finais, são em número de três: Português; Francês; Inglês. Cada uma dessas provas é eliminatória; não lhes é atribuída nota e o seu resultado é indicado apenas por *aprovado* ou *reprovado*.

Os candidatos habilitados nas provas de seleção prévia são submetidos a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a cargo de entidade oficial ou oficializada, ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco. É também realizada rigorosa investigação dos costumes e do conceito corrente dos candidatos. Os exames e a investigação têm efeito eliminatório.

Cabe a uma comissão designada pelo Diretor do Instituto efetuar aquela investigação e entrevistar cada candidato. Com base nos resultados dos exames, da investigação e da entrevista, a Comissão emite, a respeito de cada candidato, parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais. Quando a comissão conclui contrariamente à admissão do candidato, o Diretor sub-

mete o respectivo expediente, com o seu parecer, à decisão do Ministro de Estado. De igual forma procede o Diretor caso discordar de parecer favorável da Comissão.

As provas vestibulares finais destinam-se a completar o processo de seleção do Exame Vestibular e a aferir conhecimentos básicos indispensáveis aos estudos a serem realizados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Essas provas versam sobre as seguintes matérias: Português; Francês; Inglês; Geografia; História do Brasil; História Mundial e Direito. As provas de Francês e de Inglês são escritas e orais; as demais matérias, apenas escritas.

Todas as matérias são eliminatórias. São considerados aprovados os candidatos que obtêm a nota mínima de 50 pontos em cada matéria e a média global mínima de 60 pontos. Os candidatos aprovados ficam habilitados a matricular-se no 1º Ano do Curso de Preparação, de acordo com a classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo edital de abertura de inscrições. O Exame vestibular só é válido para matrícula no C.P.C.D. no ano letivo imediato.

#### ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.), ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em departamento. O plano de estudo do C.P.C.D. figura no quadro da página 15.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma a que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada departamento:

*Português* — Os alunos devem trazer do Exame Vestibular sólido conhecimento da língua e possuir capacidade de expressão clara e correta. No Curso, a cadeira de Português não se rege pelo sistema de aulas: é realizado em contróle sistemático dos conhecimentos do idioma através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

C. P. C. D. — PLANO DE ESTUDOS

C. P. C. D.

DEPARTAMENTO	EXAME VESTIBULAR	I Período		II Período	
		1.º ANO	2.º ANO	I Período	II Período
LINGUAS	Português Francês Inglês	Português (*) Francês Inglês	Português (*) Francês Inglês	Português (*) Francês Inglês	Português (*) Francês Inglês
POLÍTICA	Geografia (Sistemática Regional e do Brasil) e das Américas) História do Brasil História Mundial	Geografia Política História das Relações Exteriores do Brasil Teorias de Política Internacional	Geografia Política História das Relações Exteriores do Brasil Teorias de Política Internacional	Geografia Política História das Relações Exteriores do Brasil Teorias de Política Internacional	Geografia Política História das Relações Exteriores do Brasil Teorias de Política Internacional
DIREITO	Direito	Direito Civil Direito Comercial Direito Constitucional	Direito Civil Direito Comercial Direito Constitucional	Direito Civil Direito Comercial Direito Constitucional	Direito Civil Direito Comercial Direito Constitucional
ECONOMIA		Teoria Microeconômica	Teoria Microeconômica	Teoria Microeconômica	Teoria Microeconômica
ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL					Administração Pública e Organizativa e Métodos de Trabalho de M.R.E.

(\*) Contróle sistemático do conhecimento da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.



*Francês e Inglês* — Os alunos também devem trazer do Exame Vestibular conhecimentos que os habilitem a ler, falar, traduzir e verter corretamente. Durante o 1º Ano e o 1º Período do 2º Ano, recebem treinamento complementar destinado a desenvolver sua capacidade de compreensão e expansão oral e escrita, em condições tanto quanto possível semelhantes às situações reais de trabalho.

*Política* — Os estudos políticos realizados no Curso têm por fundamento três matérias do Exame Vestibular: Geografia (Sistemática, Regional e do Brasil); História do Brasil; e História Mundial (do Século XVIII até 1950 e uma parte especialmente dedicada à História das Américas). Com base nessas matérias, são ministradas, no 1º Período do 1º Ano, duas disciplinas de caráter nitidamente profissional: Geografia Política e Pensamento Político Contemporâneo. Ao 2º Período do 1º Ano corresponde a Cadeira de História das Relações Exteriores do Brasil. Finalmente, no decorrer do 2º Ano, são ministradas aulas de Relações Internacionais e de Teorias de Política Internacional, no 1º Período, e de Problemas Internacionais Contemporâneos no 2º Período, em que são apreciadas as teorias e os problemas concretos das relações internacionais.

*Direito* — Já tendo efetuado prova de Direito (Notas Gerais, Direito Civil e Direito Comercial) no Exame Vestibular, recebem os alunos, no 1º Ano, ainda, ensinamentos de Direito Comercial (1º Período) e de Direito Civil e Direito Constitucional (2º Período). No 2º Ano há duas Cadeiras de caráter profissional: Direito Internacional Público (1º e 2º Períodos) e Direito Internacional Privado (2º Período).

*Economia* — Todo o estudo de Economia é feito durante o Curso e compreende as seguintes Cadeiras: 1º Ano — Teoria Microeconômica (1º Período) e Teoria Macroeconômica (2º Período); 2º Ano — Relações Econômicas Internacionais (1º Período) e Desenvolvimento Econômico (2º Período).

*Orientação Profissional* — Desdobra-se em 2 unidades didáticas: Administração Pública e Direito Administrativo e Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores. Nesta última os

alunos recebem treinamento prático para as tarefas que deverão desempenhar na Secretaria de Estado.

### REGIME DIDÁTICO

Na execução dos programas, são adotados como método de ensino, conforme o assunto, aulas de preleção, conferências, seminários, aulas e trabalhos práticos, pesquisas individuais e em grupos, exercícios, arguições e visitas a centros de interesse. Para cada matéria, em cada ano letivo, há provas periódicas e uma prova final. Essas provas podem tomar a forma de exames escritos ou orais, exercícios escolares, monografias e exposições sobre trabalhos de pesquisa.

### APROVAÇÃO

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria e 65 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido a média global mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do C.P.C.D. é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

### PROFESSORES

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos dentre os professores universitários e funcionários da carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática. O Diretor designa, dentre os professores, o coordenador de cada departamento de estudos que seja constituído.

para a realização de estudos de pós-graduação em Política internacional, Ciência Política, Economia, Direito Internacional ou Administração Pública.

#### CURSO DE ALTOS ESTUDOS

O Curso de Altos Estudos, criado pela Lei nº 3.917, de 1961, visa a dar treinamento de alto nível aos funcionários da Carreira de forma a prepará-los para a chefia de Missão Diplomática e para as funções de direção superior da Secretaria de Estado.

A organização desse Curso, que requer cuidadosa programação, encontra-se ainda em fase de planejamento.

#### CURSOS ESPECIAIS E DE EXTENSÃO

Além de cursos para diplomatas, é facultado ao Instituto Rio-Branco estabelecer Cursos Especiais e de Extensão. Os primeiros se destinam ao aperfeiçoamento ou à especialização, seja de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, seja de estudantes e graduados de escolas superiores, neste caso em mandato universitário. Os Cursos de Extensão têm por finalidade a difusão de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais.

#### CONCURSOS

O Instituto Rio-Branco organiza concursos de provas para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro sempre que as necessidades de recrutamento o exigem.

#### BÓLSAS

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bolsas de estudo, cujo montante é fixado pelo Diretor, de acordo com normas baixadas pelo Ministro de Estado (1).

#### PRÊMIOS

Em homenagem ao então Diretor do Instituto e como incentivo aos candidatos ao Exame Vestibular, o Ministro Elmano Cruz, na época examinador de Noções Fundamentais de Direito, instituiu, em 1956, o «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva», com medalhas de prata e de bronze para os candidatos classificados em 1º e 2º lugar, respectivamente.

O «Prêmio Rio-Branco», criado pelo Embaixador Francisco Negrão de Lima, quando Ministro de Estado (Portaria de 16 de julho de 1959) — e atualmente objeto de disposição regulamentar — é constituído de medalhas de ouro e de prata, outorgadas, respectivamente, aos alunos classificados em 1º e 2º lugar no C.P.C.D.

#### CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

O aperfeiçoamento de diplomatas se faz através de cursos mantidos pelo Instituto Rio-Branco ou mediante programas de estudo por este estabelecidos para serem cumpridos em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras. O Instituto organizou o Curso de Prática Diplomática e Consular (C.P.) e deverá inaugurar o Curso de Revisão para Diplomatas (C.R.D.).

O Curso de Prática Diplomática e Consular, já em funcionamento, destina-se a dar aos diplomatas da classe inicial orientação específica sobre as tarefas que lhes correspondem em postos no exterior. O Curso de Revisão para Diplomatas destina-se a atualizar os conhecimentos dos diplomatas que regressem de postos no exterior e a familiarizá-los com a realidade brasileira, inclusive mediante viagens e visitas a centros de interesse.

Os diplomatas lotados no exterior beneficiam-se, em universidades estrangeiras, de um programa de treinamento avançado

(1) A Portaria Ministerial de 25-1-1968, estabeleceu o princípio da universalidade das bolsas. Anteriormente, estas só eram concedidas a alunos residentes fora do Rio de Janeiro e que provassem real incapacidade para proverem à própria manutenção; em casos excepcionais era dispensada a primeira exigência.

ANEXOS

ATIVIDADES EM 1968

—

—

1

## CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA

(C. P. C. D.)

Em 1968, o ano letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata teve início a 8 de janeiro e terminou a 29 de novembro, com o seguinte desdobramento:

### 1º ANO

1º período — 25 de março a 12 de julho;

2º período — 29 de julho a 14 de novembro, seguido das provas finais.

### 2º ANO

1º período — 8 de janeiro a 3 de maio;

2º período — 20 de maio a 6 de setembro, seguido das provas finais.

### 1º ANO

#### CORPO DOCENTE

Pelas Portarias nº 6, de 20 de março e nº 18, de 26 de agosto de 1968, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes coordenadores e professores:

#### DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS

*Português*

Secretário Márcio Fortes de Almeida

*Francês*

Professor André Selon

*Inglês*

Professores Kenneth James Payne e Sara Burkitt

Para integrar, com os respectivos titulares, as bancas das provas finais orais de Francês e Inglês, foram designados os professores Jacques Auger e Kenneth James Payne.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA

*História das Relações Exteriores do Brasil*

Coordenador — Professor Américo Jacobina Lacombe  
Professor Guy de Hollanda

*Geografia Política*

Professora Bertha Koiffmann Becker

*Política Internacional I*

Secretário Marcílio Marques Moreira

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Coordenador — Professor Mário Henrique Simonsen

*Economia I*

Professores Alfredo Luiz Baumgarten Jr. e Moacyr Antônio Fioravante

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Coordenador — Professor Haroldo Teixeira Valladão

*Direito Constitucional e Administrativo*

Professor Paulino Ignacio Jacques

*Direito Civil*

Professores Ebert Vianna Chamoun e Mário Alexandre Campos Mendonça (substituto)

*Direito Comercial*

Professor Theóphilo de Azeredo Santos

CORPO DISCENTE

Cursaram o 1º ano 50 alunos: 29 aprovados no Exame Vestibular realizado de 1º de junho a 24 de outubro de 1967 e 21 amparados pelo item XI da Portaria Ministerial nº 197, de 17 de julho de 1967. Devido ao número elevado de componentes da

turma o 1º ano foi dividido em duas seções de 25 alunos, os quais foram promovidos ao 2º ano com a seguinte classificação: (\*)

Gelson Fonseca Júnior

† Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benedini,  
Guilherme Fausto da Cunha Bastos  
Pedro Luiz Carneiro de Mendonça  
Lúcio Pires de Amorim  
Margarida Zobarán

Godofredo Rayol Almeida Santos

Cesar de Faria Domingues Moreira

José Augusto Lindgren Alves

Haroldo Teixeira Valladão Filho

Clovis Abunhamad

Marcos Borges Duprat Ribeiro

Luiz Tupy Caldas de Moura

José Vicente de Sá Pimentel

Antônio Carlos Vereza Coutinho

Oswaldo Eurico Balthazar Portella

† Joaquim Arnaldo de Paiva Oliveira

Antônio José Telles Bueno

Elim Saturnino Ferreira Dutra

Almir Franco de Sá Barbuda

Fausto Fernando Rocha Cardona

Joaquim Augusto Whitaker Salles

Maria Celina de Azevedo Rodrigues

† José Antônio de Castello Branco de Macedo Soares

Tomas Maurício Guggenheim

Wilmary Dias Maciel

André Mattoso Maia Amado

Ricardo Luiz Viana de Carvalho

Affonso José Santos

Paulo Alberto da Silveira Soares

Renato Luiz Rodrigues Marques

Antonino Lisboa Mena Gonçalves

Annamaria Angela Mosella Pereira da Silva

Luiz Sérgio Gama Figueira

Washington Luis Pereira de Souza Neto

Ronaldo de Campos Veras

José Alfredo Graça Lima

Sérgio Ney Medeiros de Carvalho

(\*) 1 aluno submeteu-se a exame de 2ª época na Cadeira de Economia I, amparado pelo disposto no § 1º do art. 17 do Regulamento do Instituto Rio-Branco.

Carlos Alberto Ferreira Guimarães  
 Ronaldo Edgar Dunlop  
 Luiz Fernando de Freitas Ligiéro  
 Roberto Pessoa da Costa  
 Armando Vitor Boisson Cardoso  
 Maria Helena de Mattos Pimenta  
 Márcio Botelho Serra do Valle Pereira  
 Antônio Humberto dos Cavalcânti de Albuquerque e Fontes  
 Braga  
 Raul Euclides Aranha d'Escragnolle Taunay  
 Julio Celso Ramos  
 Raul Campos e Castro  
 Abílio Machado Cantuária

2º ANO

CORPO DOCENTE

Pelas Portarias ns. 2, 12 e 14, respectivamente de 2 de janeiro, 17 de maio e 28 de junho de 1968, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes coordenadores e professores:

*Português*

Secretário Márcio Fortes de Almeida

*Francês*

Professor Adrien Renault

*Inglês*

Professores Kenneth James Payne e Sara Burkitt

Para integrar, com os respectivos titulares, as bancas das provas orais de Francês e Inglês, foram designados os Professores Jacques Auger e Piotr Pawel Kranc.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA

*Política Internacional II*

Secretários Orlando Soares Carbonar e  
 Raphael Valentino Sobrinho (substituto — não chegou a exercer)

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Coordenador — Professor Mário Henrique Simonsen  
*Economia II*

Professor Mircea Buescu

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Coordenador — Professor Haroldo Teixeira Valladão

*Direito Internacional Público*

Professor Carlos Alberto Dunshee de Abranches e  
 Secretário Raphael Valentino Sobrinho

*Direito Internacional Privado*

Professores Haroldo Teixeira Valladão e  
 Pedro Paulo Rocha Bandeira (substituto)

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Secretário Márcio Fortes de Almeida

CORPO DISCENTE

A turma que concluiu o C.P.C.D. em 16 de setembro foi constituída dos seguintes alunos, relacionados na ordem de classificação final:

Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro  
 Flávio Miragaia Perri  
 Mário Grieco  
 Fernando Cacciatore de Garcia  
 Mair Ione Vilhena de Vasconcellos  
 Luiz Henrique Pereira da Fonseca  
 Roberto Rodrigues Krause  
 Vera Pedroza Martins de Almeida  
 Abelardo da Costa Arantes Júnior  
 Luiz Fernando Gouvêa de Athayde  
 Antônio Carlos Austregésilo de Athayde  
 Eduardo da Costa Farias  
 Celso Marcos Vieira de Souza  
 Arnaldo Abílio Godoy Barreira Cravo  
 Synesio Sampaio Goes Filho  
 Edgard Telles Ribeiro  
 Clemente Rodrigues Mourão Neto

*Estruturalismo e Monetarismo* — Mário Henrique Simonsen  
*Papel do Governo* — Og Leme  
*Comércio Exterior* — Ernani Galvêas  
*Capitais Estrangeiros* — Herculano B. da Fonseca  
*Política de Exportação* — Benedito Moreira da Fonseca  
*Planejamento* — David Carneiro  
*Integração Latino-Americana* — Jayme Magrassi de Sá

POLÍTICA INTERNACIONAL II

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

*Desarmamento e não Proliferação* — Embaixador João Augusto de Araújo Castro  
*Espaço Cósmico e Fundo do Mar: Novas Fronteiras Políticas* — Ministro Ramiro Elyσιο Saraiva Guerreiro  
*As Nações Unidas e o Desenvolvimento. O Papel da UNCTAD* — Embaixador George Alvares Maciel  
*A Ação Mediadora das Nações Unidas* — Embaixador Carlos Alfredo Bernardes  
*O Planejamento da Política Exterior* — Ministro Paulo Nogueira Batista  
*Entendimento USA — URSS. Conseqüências para os Países em Desenvolvimento* — Embaixador José Sette Câmara Filho  
*OEA: A Segurança e o Desenvolvimento do Continente* — Embaixador Maury Gurgel Valente  
*A Integração Econômica da América Latina* — Conselheiro Paulo Tarso Flecha de Lima  
*O Diplomata como Advogado Internacional* — Secretário Raphael Valentino Sobrinho.  
*O Uso da Força nas Nações Unidas* — Professor Louis Sohm.

Sérgio Luiz Pereira Cavalcânti  
 Fernando José de Carvalho Lopes  
 Ney do Prado Diegues  
 Maurício Eduardo Côrtes Costa  
 Roberto de Abreu Cruz  
 Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado  
 Júlio César Gomes dos Santos  
 Sonia Maria de Castro  
 Renato Xavier  
 Luiz Augusto de Castro Neves

Fizeram jus ao «Prêmio Rio-Branco» os alunos Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro — medalha de ouro, 1º lugar — e Flávio Miragaia Perri — medalha de prata, 2º lugar.

Em cerimônia presidida pelo Excelentíssimo Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva, Presidente da República, realizada no Palácio Itamaraty, em 16 de dezembro de 1968, foi feita a entrega dos certificados de conclusão do C.P.C.D. e dos Prêmios «Rio-Branco» e «Lafayette de Carvalho e Silva».

Com a nomeação dessa turma elevou-se a 454 o número de funcionários que, desde 1947, ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco.

CONFERÊNCIAS

Dentro da programação do C.P.C.D. foi realizada uma série de conferências no âmbito das cadeiras de «História das Relações Exteriores do Brasil», «Economia II», «Política Internacional II» e «Direito Internacional Público»:

1º Ano

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

*A Demarcação de Fronteiras: aspectos técnicos* — General Ernesto Bandeira Coelho

*A Demarcação de Fronteiras: aspectos diplomáticos* — Ministro Arthur Gouveia Portella

2º Ano

ECONOMIA II

*Inflação* — Mário Henrique Simonsen  
*Educação* — David Carneiro  
*Agricultura e Emprégo* — Julian Chacel  
*Industrialização* — Isaac Kerstenetsky



ALUNOS (\*)

Integraram a turma do C.P. os alunos que terminaram o C.P.C.D. em 1966 abaixo relacionados por ordem de classificação:

Cláudio Cesar de Avellar  
Ruy Alejandro Távora  
Oto Agripino Maia  
Adhemar Gabriel Bahadian  
Carlos Alfredo Pinto da Silva  
Miguel Darcy de Oliveira  
Stélio Marcos Amarante  
Affonso Emílio de Alencastro Massot  
Carlos Eduardo Paes de Carvalho  
Antonio Augusto Dayrell de Lima  
Roberto Gasparry Torres  
Orlando Galvêas Oliveira  
Wanberto Hudson Ferreira  
Christiano Whitaker  
Sérgio Luís de Souza Tapajós  
João Carlos Aguiar Gay

APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS LOTADOS NO EXTERIOR

Dentro do programa de aperfeiçoamento profissional no exterior, previsto no artigo 29 e seus parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foram contemplados com auxílio financeiro, nos termos das circulares números 6.681 e 7.065, de 1967, os seguintes diplomatas matriculados em Universidades estrangeiras — alguns continuando os cursos iniciados em 1967 e outros matriculados no corrente ano:

Brian Michael Fraser Neele — 1968 — Instituto de Estudos Sociais da Haia — «Diploma in National Development» — curso básico para obter o título de «Master» em Economia  
Celso de Almeida Miguel Relvas — 1967/68 — George Washington University — (Graduate School of Arts and Science) — «Master» em Economia  
Celso Luiz Nunes Amorim — 1968 — London School of Economics and Political Science — «Master of Philosophy» em Política Internacional

(\*) Dois alunos não concluíram o Curso. Por motivo justificado exce-  
deram o número de faltas previsto na Regulamentação do mesmo.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

CURSO DE PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR

(C. P.)

O Curso de Prática Diplomática e Consular previsto nos artigos 26 e seu parágrafo único e 27 e seus parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, regeu-se pela Portaria nº 231, de 11 de julho de 1968 e foi realizado no período de 29 de julho a 24 de setembro do mesmo ano.

PROFESSORES

Pela Portaria nº 16, de 12 de julho de 1968, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

*Prática Diplomática I*

Primeiro Secretário Guilherme Weinschenk

*Prática Diplomática II*

Primeiro Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e Silva

*Prática Consular*

Conselheiro Rinaldo de Carvalho e Silva

*Promoção Comercial*

Conferencistas: Embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes,  
Primeiro Secretário Luiz Loureiro Dias Costa,  
Senhor Henrique Carlos Magalhães Gomes Morais

Conselheiro Sérgio Portella de Aguiar — Professor

*Comunicações*

Conselheiro Dário Moreira de Castro Alves

*Organização e Administração de Chancelaria*

Primeiro Secretário Marcos Henrique Camillo Côrtes

- João Paulo da Silva Paranhos do Rio-Branco* — 1968 — Tulane University — Doutorado em Economia
- Jório Dauster Magalhães e Silva* — 1967/68 — McGill University (Faculty of Graduate Studies and Research) — «Master» em Economia
- José Jerônimo Moscardo de Souza* — 1967/68 — Columbia University (Graduate Faculty of Political Science) — «Master» em Ciência Política
- Márcio Rêgo Monteiro* — 1967/68 — Massachusetts Institute of Technology (M.I.T.) Doutorado em Ciência Política
- Pedro Paulo Pinto Assumpção* — 1967/68 — George Washington University (Graduate School of Arts and Science) — «Master» em Economia
- Samuel Pinheiro Guimarães Neto* — 1968 — Boston University (Graduate School) «Master» em Economia.

## EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DIPLOMÁTICA

O Exame Vestibular ao C.P.C.D. para o ano letivo de 1969, realizado de 3 de julho a 25 de outubro de 1968, regeu-se por Edital e Instruções de 10 de abril de 1968, do Diretor do Instituto Rio-Branco, e programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 170, de 2 de fevereiro de 1967.

Nos termos do Regulamento em vigor, o Exame Vestibular efetuou-se em três fases:

- a) provas de seleção prévia;
- b) exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista;
- c) provas vestibulares finais.

### PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

As inscrições para as provas de Seleção Prévia permaneceram abertas de 6 de maio a 21 de junho. As provas se efetuaram nos dias 3 e 4 de julho nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Pôrto Alegre, Recife e São Paulo.

A banca examinadora, presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco e assessorada pelo Conselheiro Othon do Amaral Henriques Filho e Secretário Augusto Cesar de Vasconcelos Gonçalves, ficou assim constituída:

#### *Português e Nível Mental*

Professores Adriano da Gama Kury,  
Jesus Bello Galvão e  
Márcio Fortes de Almeida

#### *Francês*

Professores Adrien Renault e  
Jacques Auger

Inglês

Professores Kenneth James Payne e  
Piotr Pawel Kranc

As provas realizadas fora do Rio de Janeiro tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Jório Salgado Gama Filho;  
Brasília — Conselheiro José Barreiros  
Pôrto Alegre — Secretário Murilo de Miranda Basto Júnior  
Recife — Secretário Adhemar Gabriel Bahadrian  
São Paulo — Secretário Christiano Whitaker

MOVIMENTO GERAL

Inscritos .....	266
Dispensados das provas (*) .....	37
Sujeitos às provas .....	229
Desistentes .....	53
Antes das provas .....	45
Durante as provas .....	8
Submeteram-se às provas .....	176
Homens .....	144
Mulheres .....	32
Aprovados .....	44

(Rio de Janeiro 41, sendo 6 do sexo feminino; Belo Horizonte 1; Pôrto Alegre 1, do sexo feminino; Recife 1).

EXAMES FÍSICOS E PSIQUICOS  
INVESTIGAÇÃO SOCIAL E ENTREVISTA

Os exames de sanidade e capacidade física realizaram-se no Instituto de Seleção, Controle e Pesquisa da Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Coronel-Médico Doutor Victor de Mello Schubnel. Para efetuar os exames de sanidade e capacidade psíquica foi designada a seguinte Comissão constituída de especialistas dos Institutos de Psiquiatria e de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Dr. Raw-

(\*) Portaria nº 8, de 5 de abril de 1968, do Diretor do Instituto Rio-Branco.

linson Prestes Lemos, presidente; Dr. Adolpho Hoirish e psicólogas Júlia Maria de Almeida Chermont e Maria Ignez de Azevedo Sodré.

A Comissão encarregada de avaliar a aptidão dos candidatos, de conformidade com o disposto no Art. 7º e parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Ministro Victor José Silveira, presidente; Conselheiro Othon do Amaral Henriques Filho e Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e Silva.

Submeteram-se a esses exames 81 candidatos: 44 aprovados na seleção prévia e 37 anteriormente habilitados.

MOVIMENTO GERAL

Convocados .....	81
Inabilitados .....	17
Desistentes .....	2
Habilitados .....	62

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

As provas vestibulares finais se realizaram de 1º a 25 de outubro.

A banca examinadora, presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco e assessorada pelo Conselheiro Othon do Amaral Henriques Filho e pelo Secretário Augusto Cesar de Vasconcellos Gonçalves, ficou assim constituída:

Português

Professores Adriano da Gama Kury,  
Jesus Bello Galvão e  
Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores Adrien Renault e  
Pierre Méricoux

Inglês

Professores Kenneth James Payne e  
Piotr Pawel Kranc

Geografia

Professoras Bertha Koifmann Becker e  
Maria Terezinha Segadas Soares

PREVIO

*História do Brasil*

Professôres Américo Lourenço Jacobina Lacombe e Guy de Hollanda

*História Mundial*

Professôres Guy de Hollanda e Pedro Freire Ribeiro

*Noções Fundamentais de Direito*

Professôres Ebert Vianna Chamoun e Paulino Ignacio Jacques.

MOVIMENTO GERAL

MATÉRIAS	PRESTARAM PROVA	REPROVADOS	APROVADOS
Português.....	60 (*)	21	39
Francês } Inglês }	39	10 (1 em ambas as matérias; 2 em Francês e 7 em Inglês)	29
Geografia } História do Brasil }	29	2 (1 em ambas as matérias e 1 em Geografia)	27
História Mundial } Noções Fundamentais de Direito }	27	4 (1 em História Mundial e 3 em Direito)	23

Dos 23 candidatos ~~aprovados~~, 1 não obteve média global.

Foi a seguinte a classificação final:

Luiz Antonio Fachini Gomes  
 Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares  
 Isnard Penha Brasil Júnior  
 Artur Vivacqua Corrêa Meyer  
 Renate Stille  
 Sérgio Silva do Amaral  
 Gilda Ohanian Nunes  
 Gerson Machado Pires Filho  
 Vitória Alice Cleaver  
 Paulo Sergio Pontes da Silva Mafra  
 Antonio José Rezende de Castro  
 Isis Martins Ribeiro de Andrade

(\*) Dos 62 candidatos 3 não compareceram. 1 candidato prestou a prova por força de liminar concedida em mandado de segurança.

Gerardo Affonso Muzzi  
 Luiz Alves da Fonseca Costa  
 Júlio Cezar Zelnher Gonçalves  
 Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos  
 Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho  
 Luiz Guilherme de Moraes  
 Ricardo Drumond de Mello  
 Celso Lemos da Costa Bello  
 Ana Maria Gomes  
 Alexandre Ruben Milito Gueiros

Fizeram jus às medalhas de prata e de bronze do «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva», correspondente aos 1º e 2º lugares no Exame Vestibular, os candidatos Luiz Antonio Fachini Gomes e Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares.

## CONCURSO DE PROVAS PARA A CARREIRA DE DIPLOMATATA

### 2ª FASE

Proseguiram, em janeiro de 1968, os Exames da 2ª Fase do Concurso de Provas que teve início em dezembro de 1967 com a realização dos Exames de Sanidade e Capacidade Física efetuados no Instituto de Seleção, Controle e Pesquisa da Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica e Exams de Sanidade e Capacidade Psíquica realizados nos Institutos de Psiquiatria e Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A Comissão encarregada de avaliar a aptidão dos candidatos, de conformidade com o disposto no art. 7º, e parágrafos, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Ministro Espedito de Freitas Resende, presidente; Conselheiros Othon do Amaral Henriques Filho e Italo Zappa.

Dos 5 candidatos que se submeteram à 2ª Fase do Concurso de Provas 1 desistiu durante esta Fase e 1 foi considerado inabilitado. Restaram, portanto, 3 candidatos. Os demais ficaram isentos destes exames por terem sido habilitados nos exames de Sanidade e Capacidade Física, Psíquica e Moral relativos ao Vestibular de 1967. (\*)

### 3ª FASE

A 3ª Fase do Concurso de Provas realizou-se no período de 13 de fevereiro a 12 de março de 1968.

#### MOVIMENTO GERAL

Candidatos inscritos em 1967 .....	40
— 30 aprovados na 1ª Fase	
— 10 dispensados da 1ª Fase por terem sido aprovados no Exame Vestibular de 1967	
Inabilitado na 2ª Fase .....	1
Desistências .....	4
— na 2ª Fase .....	1
— na 3ª Fase .....	3
Compareceram às duas 1ªs provas .....	35

(\*) Portaria nº 197, de 17 de julho de 1967 — item X, alínea C.

A banca examinadora, presidida pelo Embaixador Antônio Camillo de Oliveira, e assessorada pelos Conselheiros Othon do Amaral Henriques Filho e Oswaldo Barreto e Silva e pelo Secretário Augusto Cesar de Vasconcellos Gonçalves, ficou assim constituída:

#### Francês

Professores Georges Rollet e  
Pierre Métingoux

#### Inglês

Professores Kenneth James Payne e  
Piotr Pawel Kranc

#### Economia

Professores Mário Henrique Simonsen e  
Mircea Buescu

#### Direito Civil e Comercial

Professores Ebert Vianna Chamoun e  
Theophilo de Azeredo Santos

#### Direito Constitucional e Administrativo

Professores Paulino Ignacio Jacques e  
Heitor Gomes de Paiva.

#### RESULTADO DAS PROVAS

M A T E R I A S	ENTRARAM EM PROVA	REPROVADOS	APROVADOS
Francês } (*)	55	6	29 (**)
Inglês			
Economia .....	29	21	8
Direito Civil e Comercial .....	8	0	8
Direito Constitucional e Administrativo .....	8	0	8

Dos 8 candidatos aprovados, 3 não obtiveram média global.

Foi a seguinte a classificação final:

Celina Maria Barão de Assumpção.  
Sérgio Simas Carriço.

(\*) As provas de Francês e Inglês foram identificadas conjuntamente. Dos 6 candidatos reprovados, 3 o foram em Francês e 3 em Inglês.

(\*\*) 5 candidatos lograram aprovação tendo sido matriculados no estágio de formação. Os 24 candidatos restantes foram habilitados à matrícula no 1º ano do C.P.C.D., conforme o disposto no item XI da Portaria nº 197, de 17 de julho de 1967.

Lúcia de Aguiar Patriota  
Sérgio Elias Couri  
Alfredo Carlos de Oliveira Tavares

4ª FASE  
(ESTÁGIO DE FORMAÇÃO)

O Instituto Rio-Branco manteve em funcionamento, durante um período de 8 meses, o Estágio de Formação do Concurso de Provas que compreendeu 2 períodos com o seguinte desdobramento:

- 1º Período
- 1ª parte — 25 de março a 17 de maio
- 2ª parte — 20 de maio a 6 de setembro
- 2º Período

23 de setembro a 14 de novembro, seguido das provas finais.  
Os programas de estudo foram os mesmos que vigoraram para as matérias correspondentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

CORPO DOCENTE

Pelas Portarias nºs 7, 11 e 21, respectivamente de 20 de março, 17 de maio e 9 de setembro, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

- Geographia Politica*
- Professora Bertha Koiffmann Becker
- História das Relações Exteriores do Brasil*
- Professor Guy de Hollanda
- Política Internacional I*
- Secretário Marcílio Marques Moreira
- Política Internacional II*
- Secretário Orlando Soares Carbonar
- Economia*
- Professor Mircea Buescu
- Direito Internacional Público*
- Professor Carlos Alberto Dunshee de Abranches e
- Secretário Raphael Valentino Sobrinho

*Direito Internacional Privado*  
Professor Haroldo Teixeira Valladão

*Orientação Profissional*  
Secretário Márcio Fortes de Almeida

Atuaram como examinadores os titulares das respectivas cadeiras.

CORPO DISCENTE

Concluíram o Estágio de Formação, em 22 de novembro, os 5 alunos que integravam a turma, classificados na seguinte ordem:

- Sérgio Simas Carriço
- Celina Maria Barão de Assumpção
- Lúcia de Aguiar Patriota
- Alfredo Carlos de Oliveira Tavares
- Sérgio Elias Couri

Com a nomeação dessa turma elevou-se a 459 o número de funcionários que, desde 1947, ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco.

## CURSOS ESPECIAIS

(C. E.)

### LEITURA DINÂMICA

Iniciou-se a 18 de novembro um Curso de Leitura Dinâmica para funcionários da Carreira de Diplomata. O referido Curso, ministrado pelo professor Gustavo Schmidt Nebuco, teve a duração de 6 semanas, terminando a 30 de dezembro.

### DELIMITAÇÃO, DEMARCAÇÃO E CARTOGRAFIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

O Instituto Rio-Branco co-patrocinou um ciclo de 30 aulas e conferências, realizado na Biblioteca Estadual, sobre o tema: «Delimitação, Demarcação e Cartografia das Fronteiras do Brasil».

O referido ciclo, incluído no Curso de Conhecimentos e Informações sobre Cartografia promovido pelo Departamento de Cultura da SEC-GB, através da Divisão de Bibliotecas e Documentação, foi ministrado pelas seguintes personalidades: Coronel Juvenal Milton Engel, Coronel Sérvulo Lisboa Braga, Engenheiro Francisco Loncan e General Ernesto Bandeira Coelho.

## PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Em 1968 a seção de Pesquisas e Publicações se ocupou dos trabalhos de revisão de provas das publicações que se encontravam no Departamento de Imprensa Nacional, atualizou a *Legislação Geral* do Instituto e organizou o *Anuário* relativo ao ano em curso.

Prosseguiram normalmente os trabalhos de rotina tais como atendimento a pedidos das obras editadas pelo Instituto, remessa das mesmas, contróle do estoque de livros e atualização do fichário e de listas dos interessados nas publicações, assim como de bibliotecas e demais entidades brasileiras e estrangeiras.

## BIBLIOTECA

A Biblioteca do Instituto Rio-Branco possuía em 31 de dezembro de 1968 um acervo de 11.319 livros e 141 títulos de periódicos.

Foram adquiridos no decorrer do ano 894 obras (1198 volumes e 115 folhetos):

Obras — 894	} por compra: 213
	} por doação ou permuta: 681
Volumes — 1198	} por compra: 460
	} por doação ou permuta: 738
Folhetos — 115	} por compra: 27
	} por doação ou permuta: 88

Compras no Brasil: 73 obras, 184 volumes, 27 folhetos.  
Compras no exterior: 140 obras, 276 volumes.

De especial relevância no setor de aquisições foi a doação feita pela viúva Embaixador Octavio Augusto Dias Carneiro de uma coletânea de livros e periódicos que pertenciam à biblioteca particular daquele Diplomata. Essa coleção, já incorporada ao patrimônio do Instituto Rio-Branco, consta de 551 obras, 555 volumes, 50 folhetos e 15 títulos de periódicos.

Foi iniciada a catalogação analítica de publicações periódicas, sendo o Catálogo organizado por assunto.

Excetuadas as consultas feitas na sede da Biblioteca, foi o seguinte o movimento de empréstimos:

Retirados: livros: 2691  
periódicos: 353

C.P.C.D.

TURMA DE 1968



**ABELARDO DA COSTA ARANTES JÚNIOR** — (Estado de Santa Catarina)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Aluno da 3ª série de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**ANTÔNIO CARLOS AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE** — (Estado da Guanabara)

Cursou até o 3º ano de Bacharelado na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**ARNALDO ABÍLIO GODOY BARREIRA CRAVO** — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Aspirante a Oficial da Reserva do Exército.

**CELSO MARCOS VIEIRA DE SOUZA** — (Estado da Guanabara)

Aluno do 2º ano de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara. Cursou o 1º ano da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**CLEMENTE RODRIGUES MOURÃO NETO** — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Aluno da 2ª série do Curso de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**EDGARD TELLES RIBEIRO** — (Chile) — Brasileiro de acordo com o art. 115, letra b, da Constituição de 1937)

Cursou até o 2º ano de Bacharelado na Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara.

**EDUARDO DA COSTA FARIAS** — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**FERNANDO CACCIATORE DE GARCIA** — (Estado do Rio Grande do Sul)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Escola de Sociologia e Política de Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**FENANDO JOSÉ DE CARVALHO LOPES** — (Estado da Guanabara)

Cursou até o 3º ano de Bacharelado na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Curso de «Liberal Arts» no Austin

Peay State College, Clarksville, Tennessee, E. U. A. — Ano letivo: setembro, 1962 — junho, 1963. Aspirante a Oficial da Reserva do Exército.

**FLAVIO MIRAGAIA FERRI** — (Estado de São Paulo)

Prêmio Rio-Branco — Medalha de prata, 2º lugar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**JÚLIO CESAR GOMES DOS SANTOS** — (Estado de Santa Catarina)

Aluno do 5º ano do Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito da Sociedade Universitária Gama Filho (Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro). Certificado de Inglês expedido pela «Anglo-Continental School of Languages» de Bournemouth, Hants, Inglaterra. Curso no «Institut de Hautes-Études Internationales», em Genebra, Suíça (três semestres, anos de 1960 e 1961). Curso de Francês no «Institut de Français de l'Université de Genève» e de Literatura Francesa na Universidade de Fribourg, ambas na Suíça, em 1960.

**LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES** — (Estado da Guanabara)

Aluno da 2ª série do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro. Curso o 1º ano da Escola Naval — 1963. Aspirante da Reserva Naval.

**LUIZ AUGUSTO SAINT-BRISSON DE ARAÚJO CASTRO** — (Estados Unidos da América — Brasileiro de acordo com o artigo 115, letra b, da Constituição de 1937)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de prata, 1º lugar. Prêmio Rio-Branco — Medalha de ouro, 1º lugar. Aluno da 3ª série do Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. «Certificat de Français Littéraire» do «Cours Supérieur de Langue Française de l'Institut des Professeurs de Français à l'Étranger de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Paris» (1965).

**LUIZ FERNANDO GOUVÊA ATHAYDE** — (Estado da Guanabara)

Aluno do 5º ano do Curso de Didática de Inglês e Francês da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara. Curso o 1º ano de Jornalismo na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — (1965). Diploma de Nancy da Associação de Cultura Franco-Brasileira. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge.

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA FONSECA** — (Estado da Guanabara)

Aluno do 5º ano do Curso de Bacharelado da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**MAIR IONE VILHENA DE VASCONCELLOS** — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Úrsula.

**MÁRIO GRIECO** — (Estados Unidos da América — Brasileiro de acordo com o art. 115, letra b, da Constituição de 1937)

Curso o 1º ano de Bacharelado na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — (1965).

**MAURÍCIO EDUARDO CÔRTEZ COSTA** — (Estado da Guanabara)

Curso a 1ª série de Economia na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro — (1966).

**NEY DO PRADO DIEGUEZ** — (Estado do Ceará)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. 2º Tenente da Reserva do Exército.

**RENATO XAVIER** — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II. Curso a 1ª série de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**ROBERTO DE ABREU CRUZ** — Estado da Guanabara)

Curso até o último ano da Escola Naval — (1959). Curso o 1º ano de Bacharelado na Faculdade de Direito Cândido Mendes — (1965). Aspirante da Reserva da Marinha.

**ROBERTO RODRIGUES KRAUSE** — (Estado do Rio Grande do Sul)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de bronze, 2º lugar. Aluno do 4º ano do Curso de Bacharelado da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2º Tenente da Reserva do Exército.

**SÉRGIO LUIZ PEREIRA CAVALCÂNTI** — (Estado da Guanabara)

Aluno do 4º ano do Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Curso Superior de Literatura Francesa da Associação de Cultura Franco-Brasileira. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge.

**SONIA MARIA DE CASTRO** — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**SYNÉSIO SAMPAIO GOES FILHO** — (Estado de São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção de São Paulo). Piloto Civil da Reserva da Força Aérea Brasileira (FAB).

**VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO** — (Estado da Guanabara)

Curso o 1º ano de Sociologia e Política na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — (1965).

**VERA PEDROSA MARTINS DE ALMEIDA** — (Estado da Guanabara)

Bacharel e Licenciada em Filosofia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CONCURSO DE PROVAS

TURMA DE 1968

**ALFREDO CARLOS DE OLIVEIRA TAVARES** — (Estado de Minas Gerais)

Aluno do 1º ano de Economia na Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro. Courseu até o 3º ano de Sociologia e Política na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge. «Diplôme de Langue» da Associação de Cultura Franco-Brasileira.

**CELINA MARIA BARÃO DE ASSUMÇÃO** — (Estado do Rio Grande do Sul)

Licenciada em Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Úrsula. «Diplôme de Littérature et Langue Françaises — Université d'Aix-Marseille» França (1962). «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge.

**LÚCIA DE AGUIAR PATRIOTA** — (Estado do Espírito Santo)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Courseu Superior de Literatura Francesa na Associação de Cultura Franco-Brasileira. Registrada no Conselho Regional de Economistas Profissionais da 1ª Região — (1968).

**SÉRGIO ELIAS COURI** — (Estado do Rio de Janeiro)

Licenciado em Inglês e Francês (Curso de Didática Superior das Línguas Inglesa e Francesa) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal Fluminense. Aluno do 3º ano do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Aluno do 4º ano do Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan (1966). «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge (1966). Diploma de Conclusão do Courseu Superior de Literatura Francesa da Associação de Cultura Franco-Brasileira — (1965). «Diplôme Supérieur de Langue et Littérature — Université de Nancy, Rio — (1968).

**SÉRGIO SIMAS CARRIÇO** — (Estado de Santa Catarina)

Courseu até a 2ª série de Economia na Faculdade Nacional de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — 1963. Courseu até a 2ª série de Psicologia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — (1966). 2º Tenente da Reserva do Exército.

PROGRAMAS

EXAME VESTIBULAR  
AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA  
DE DIPLOMATA

PORTUGUÊS

*Literatura*

1) *Caracterização dos movimentos literários:*

- a) Classicismo e Neoclassicismo
- b) Barroco
- c) Romantismo
- d) Realismo, Naturalismo e Parnasianismo
- e) Simbolismo
- f) Modernismo

2) *Análise crítica das seguintes obras, de leitura obrigatória:*

a) *Literatura Portuguesa*

CAMÕES — *Os Lusíadas* (visão global da obra e principais episódios dos Cantos III, IV, V e IX)  
VIEIRA — *Sermões* (em antologias)  
ALEXANDRE HERCULANO — *Lendas e Narrativas*  
ALMEIDA GARRETT — *Frei Luís de Sousa*  
CAMILO CASTELO BRANCO — *A Queda dum Anjo*  
EÇA DE QUEIRÓS — *Correspondência de Fradique Mendes*  
FERNANDO PESSOA — *Cancioneiro*

b) *Literatura Brasileira*

GREGÓRIO DE MATOS — *A Lírica*  
GONÇALVES DIAS — *Segundos Cantos e Novos Cantos*  
JOSÉ DE ALENCAR — *O Gaúcho*  
MANUEL ANTÔNIO DE ALMEIDA — *Memórias de um Sargento de Milícias*  
MACHADO DE ASSIS — *Quincas Borba*  
OLAVO BILAC — *Tarde*  
CRUZ E SOUSA — *Broquéis e Últimos Sonetos*

- LIMA BARRETO — *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*  
 GRAÇA ARANHA — *Canaã*  
 JOSÉ LINS DO RÊGO — *Menino de Engenho*  
 GRACILIANO RAMOS — *São Bernardo*  
 MANUEL BANDEIRA — *Estréla da Manhã e Lira dos Cinquent'Anos*  
 GUIMARÃES ROSA — *Sagarana*  
 JOÃO CABRAL DE MELO NETTO — *Antologia Poética.*

Gramática

- 1) *Fonética*: Distinção entre fonema e letra. Prosódia e ortografia. Próclise e ênclise. Fonética sintática.
- 2) *Morfologia*: Flexão nominal e verbal. A estrutura e a formação das palavras portuguesas.
- 3) *Sintaxe e Estilística*: A estrutura da frase portuguesa contemporânea. Concordância nominal e verbal. Regência. Figuras de sintaxe. Sintaxe de colocação. Emprêgo dos modos e dos tempos verbais.
- 4) *Semântica*: Sinônimos e antônimos; a escolha adequada das palavras. Sentido próprio e figurado; comparação, imagem e metáfora; metonímia e sinédoque.
- 5) *Versificação*: Principais tipos de versos portugueses. O ritmo do verso. Prosa e verso; o verso livre. Procedimentos poéticos usuais.
- 6) *História da Língua*: O caráter românico da língua portuguesa evidenciado através de sua evolução. Latim clássico e latim vulgar. Principais mudanças fonéticas. A ação da analogia. A formação do léxico português. Vocábulos populares e eruditos. Principais caracteres do português do Brasil.

FRANÇÊS

Gramática

- Formação das palavras derivadas e compostas.  
 Famílias de palavras, sinônimos, antônimos.  
 Formas e sintaxe dos artigos definidos, indefinidos, partitivos.  
 Formas e sintaxe dos adjetivos qualificativos.  
 Formas e sintaxe dos adjetivos numerais.  
 Formas e sintaxe dos pronomes pessoais.  
 Formas e sintaxe dos adjetivos e dos pronomes demonstrativos.  
 Formas e sintaxe dos adjetivos e dos pronomes possessivos.  
 Formas e sintaxe dos adjetivos e dos pronomes indefinidos.  
 Formas e sintaxe dos adjetivos e dos pronomes interrogativos.

- Formas e sintaxe dos pronomes relativos.  
 Formas e sintaxe dos advérbios.  
 Formas e sintaxe das preposições e das conjunções.  
 Formas e sintaxe do verbo.  
 Galicismos, expressões idiomáticas de uso corrente.

INGLÊS

Gramática

- Substantivos: plurais, formas do possessivo, coletivos compostos, emprêgo dos artigos.  
 Adjetivos.  
 Numerais.  
 Pronomes (inclusive adjetivos pronominais).  
 Advérbios (formas, colocação, emprêgo).  
 Preposições e conjunções.  
 Verbos: formas regulares e irregulares. Verbos auxiliares. Emprêgo das formas verbais.  
 Verbos compostos (expressões verbais).  
 Construção da frase e colocação das palavras.  
 Relação entre ortografia e pronúncia. Acentuação.

GEOGRAFIA

A) — GEOGRAFIA SISTEMÁTICA

1 — Geografia física

- 1.1 — O relevo terrestre: principais tipos e fatores de sua gênese.
- 1.2 — Fatores e elementos do clima. Tipos de clima e sua distribuição.
- 1.3 — Fatores de formação e distribuição mundial dos solos. Características e distribuição dos grandes tipos de vegetação. Interrelações entre o clima, o relevo, o solo e a vegetação.

2 — Geografia da população

- 2.1 — A distribuição mundial da população e seus fatores.
- 2.2 — A mobilidade da população: o crescimento vegetativo, as migrações internacionais e as migrações internas.

3 — *Geografia agrária*

- 3.1 — O desenvolvimento da agricultura: condições naturais e culturais.
- 3.2 — Tipos de economia agrária (agricultura de subsistência e formas de agricultura de mercado).

4 — *Geografia industrial e urbana*

- 4.1 — Condições geográficas e características do desenvolvimento industrial moderno.
- 4.2 — As fontes de energia: reservas e aproveitamento. Seu papel na indústria moderna.
- 4.3 — Origens e fatores do desenvolvimento das cidades.

B) — GEOGRAFIA REGIONAL

- 1 — A Anglo-América: características gerais: Os Estados Unidos da América.
- 2 — A Europa Ocidental: características gerais. A Grã-Bretanha. A França. A Alemanha Ocidental.
- 3 — A Europa Oriental: características gerais. A URSS.
- 4 — A América Latina: características gerais. O México Os países do Caribe. Os países andinos. Os países platinos.
- 5 — O continente africano: características gerais. A África do Norte. A África ao sul do Saara.
- 6 — A Ásia e o Pacífico: características gerais. O Oriente Médio. A Índia e o sudeste da Ásia. A China. O Japão. A Austrália.

C) — GEOGRAFIA DO BRASIL

- 1 — O quadro natural
  - 1.1 — Características gerais e principais unidades morfológicas do relevo brasileiro.
  - 1.2 — Fatores geográficos do clima brasileiro. Tipos de clima.
  - 1.3 — Paisagens fito-geográficas do Brasil.
- 2 — A distribuição geográfica da população e seus fatores: o povoamento, o crescimento vegetativo, as migrações internas e o processo de urbanização do país.

- 3 — Características da atividade agrícola no Brasil: a utilização da terra; áreas agro-pastoris.
- 4 — A atividade industrial no Brasil. Principais centros industriais.
- 5 — As grandes regiões brasileiras. Características fundamentais.

HISTÓRIA DO BRASIL

1ª Parte:

- 1. O *Descobrimento do Brasil*: As características econômicas, sociais e políticas da Europa, no fim da Idade Média. O Reino Português: características da sua evolução até o advento da União Ibérica. A expansão marítima europeia nos séculos XV e XVI: o papel pioneiro de Portugal; problemas diplomáticos: as bulas de Alexandre VI, o Tratado de Tordesilhas e as bulas complementares. O Descobrimento do Brasil.
- 2. O *Período Pré-Colonizador*: O reconhecimento do litoral brasileiro. O pau-brasil e os problemas da sua exploração. Aspectos internacionais correlatos. As capitulações de Saragoça.
- 3. O *Brasil colonial* — *Política e Administração*: As capitânias hereditárias e sua evolução. O governo-geral e os vice-reis. O Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. O município. A administração metropolitana e o Brasil.
- 4. O *Brasil colonial* — *Economia*: A economia agrária: a agro-indústria do açúcar e outras culturas, a pecuária, a economia de subsistência e a coleta amazônica. A sesmaria e a posse da terra. A mineração. O comércio colonial. Agitações de caráter econômico e social.
- 5. O *Brasil colonial* — *Sociedade e cultura*: A população: crescimento demográfico, ocupação do território, principais concentrações urbanas. A estrutura social. A mão-de-obra: o braço indígena e o escravo africano. Relações com a África. A Igreja. A vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura, os centros culturais e sua repercussão na vida social.
- 6. A *integração territorial*: A ocupação do litoral. O sertanismo e a fixação humana. A ação missionária. A expansão para o extremo sul e para o extremo norte. Os ajustes diplomáticos na fase colonial. As repercussões no Brasil da política



portuguesa e europeia. As intervenções estrangeiras no Brasil e os principais problemas decorrentes no período colonial.

7. *A evolução da Independência*: A situação política europeia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O constitucionalismo português e a independência do Brasil.

#### 2ª Parte:

1. *O Brasil imperial — Política e administração*: A Constituição de 1824 e o Ato Adicional de 1834. A evolução dos partidos políticos. Os poderes constitucionais e a solução parlamentar. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.

2. *O Brasil imperial — Economia*: A estrutura econômica: as heranças coloniais e o advento do café. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas consequências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado. A imigração e a colonização europeia.

3. *O Brasil imperial — Sociedade e cultura*: A população: crescimento demográfico, ocupação do território; principais concentrações urbanas. A estrutura social. Vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura; os centros culturais e sua repercussão na vida social.

4. *O Brasil imperial — Política externa*: O reconhecimento da independência. A questão dinástica portuguesa. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.

5. *O advento da República*: As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravidão. O desgaste da Monarquia. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo. A proclamação da República.

#### 3ª Parte:

1. *O Brasil Republicano — Política e administração*:

a) *A Primeira República (1889-1930)* — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A consolidação da República. O federalismo: as oligarquias estaduais, a política dos governadores: A Emenda Constitucional de 1926. A revolução de 1930.

b) *A Segunda República (1930-1950)* — O Governo Provisório Revolucionário e sua atuação. O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado-Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946.

2. *O Brasil Republicano — Economia*:

a) *A Primeira República (1889-1930)* — A estrutura econômico-financeira: as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas consequências.

b) *A Segunda República (1930-1950)* — A industrialização. A política econômico-financeira. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira.

3. *O Brasil Republicano — Sociedade e cultura*. A população: a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. A ampliação do horizonte cultural.

4. *O Brasil Republicano — Política externa*:

a) *A Primeira República (1889-1930)*. O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio-Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) *A Segunda República (1930-1950)* — Política exterior do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

### HISTÓRIA MUNDIAL

#### 1ª Parte:

1. O pensamento político, social, econômico e científico do século XVIII. O Despotismo Esclarecido.

2. A revolução industrial e a transformação das estruturas sociais.

3. A Revolução francesa: principais fases. Reorganização política, social e econômica. Política exterior. A Era Napoleônica.

4. O Congresso de Viena e as restaurações na Europa. A política de intervenção e os Congressos. Os problemas mundiais.

5. As revoluções liberais e nacionais de 1830 a 1848.

6. A Inglaterra: suas reformas, sua expansão colonial.

7. A França: da Segunda à Terceira República.
8. Cavour e a unidade italiana. A Questão Romana.
9. Bismarck, a Prússia e o Império Alemão.
10. A Rússia. Expansão continental. Absolutismo e reformas.
11. A Questão do Oriente. Os Balcãs. A Conferência de Berlim de 1878.
12. O Extremo Oriente. A política das Grandes Potências. A China e o Japão.
13. A partilha da África. A Conferência de Berlim de 1885.
14. As relações internacionais de 1885 a 1914. A política das alianças. As rivalidades coloniais. Os problemas balcânicos.
15. O pensamento político, social e económico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2ª Parte:

16. A Primeira Guerra Mundial. A situação internacional nas vésperas da guerra. O desencadear da guerra; as principais frentes de combate; as inovações tecnológicas, a guerra naval. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. A participação americana; a retirada da Rússia.
17. A elaboração da Paz. Os Princípios de Wilson. Os tratados de paz e suas consequências políticas, económicas e sociais. O problema das nacionalidades. As reparações de guerra.
18. A Liga das Nações. A organização da Liga das Nações. A Corte Internacional de Justiça e a Organização Internacional do Trabalho. O papel da Liga das Nações entre as duas Guerras: sua significação; suas realizações e seus insucessos. Os mandatos.
19. A Europa entre as duas Guerras. Problemas económicos e relações internacionais; a crise económica de 1929, suas repercussões. A Rússia Soviética: política interna e externa. A Alemanha: a República de Weimar; a ascensão do Nazismo; o III Reich. A Itália e o Fascismo. O Tratado de Latráo. As crises: Etiópia, Espanha, Áustria, Tcheco-Eslavaquia, Mandchúria.
20. A Ásia entre as duas Guerras. A dissolução do Império Otomano e o mundo árabe. O Irã. A Índia. A China. O Japão.
21. A Segunda Guerra Mundial. Início e propagação do conflito: a guerra na Europa, na África e na Ásia. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. As conferências de Moscovo, Teerã, Ialta e Potsdam.

22. A Organização das Nações Unidas. A Carta de São Francisco. Estrutura e atuação da ONU até 1951.
  23. O após-guerra (1945-1951). A reconstrução da Europa Ocidental: o Plano Marshall e a integração da Europa. O Bloco Soviético. Os tratados de paz. O problema alemão. A Grã-Bretanha e a Comunidade Britânica.
  24. O após-guerra (1945-1951). O Extremo Oriente: a ocupação do Japão e o tratado de paz; a revolução chinesa. A emancipação do sudeste asiático. A Liga Árabe, o Próximo e o Médio Oriente. A formação do Estado de Israel.
  25. A guerra fria e a formação de blocos. As crises internacionais. O problema de Berlim. A guerra da Coreia. A política soviética no após-guerra e a OTAN.
- 3ª Parte:
26. Os sistemas coloniais europeus nas Américas, no século XVIII: comparação entre os diferentes aspectos político-administrativos, sócio-económicos e culturais.
  27. A Independência das Treze Colónias inglesas da América do Norte. A formação dos Estados Unidos da América. A consolidação da Independência.
  28. A Independência da América Latina. Os diversos movimentos. A formação dos novos Estados.
  29. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial: expansão territorial, Guerra de Secessão e desenvolvimento económico.
  30. A política externa dos Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.
  31. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, económica e social. Principais questões internacionais.
  32. Os Estados Unidos entre as duas Guerras. O isolacionismo. Roosevelt e o New Deal. A política da Boa-Vizinhança.
  33. A América Latina entre as duas Guerras. Aspectos gerais da evolução política, económica e social. Principais questões internacionais.
  34. O Pan-Americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução até a Segunda Guerra Mundial.

35. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano. O Pan-Americanismo no pós-guerra: o Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.

#### NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO

##### 1ª Parte:

1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. Direito natural e Direito positivo.
2. O Direito objetivo: conceito, conteúdo. A norma jurídica: definição e elementos. O Direito subjetivo.
3. As fontes do Direito objetivo: a lei e o costume, a analogia e os princípios gerais do Direito.
4. A autonomia da vontade e a ordem pública. A doutrina e a jurisprudência.
5. A Lei, espécies. A Constituição e as leis ordinárias. O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.
6. Promulgação e publicação. Vigência espacial e temporal. Revogação.
7. Conflitos de leis. Hierarquia das normas. Conflitos no espaço: Direito Internacional Privado.
8. Conflitos no tempo: Direito intertemporal. Princípios básicos do Direito brasileiro no assunto.
9. A interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais. O bem comum, a justiça social, a equidade. Condenação do abuso do direito.
10. Pessoa natural: o início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.
11. Pessoa jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
12. Domicílio. Dos bens: principais classificações.
13. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos: os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico.
14. As modalidades do ato jurídico: o tempo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.
15. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.

##### 2ª Parte:

16. O Estado, conceito e elementos essenciais. Estados simples e Estados compostos. O Estado brasileiro na Monarquia e na República.
17. Formas de governo: monarquia, república e ditadura (marxista e fascista).
18. Regimes de governo: presidencialismo, parlamentarismo e sistema diretorial ou regime colegial. O Governo brasileiro na Monarquia e na República.
19. O princípio democrático; conceito de democracia; democracia direta, democracia representativa; democracia mista ou semi-direta e suas instituições: o *referendum*, o veto popular e a iniciativa popular.
20. Conceito e objeto do sufrágio. O sistema majoritário e o sistema da representação proporcional. Os partidos políticos e sua função no Estado hodierno e no Brasil.
21. Constituição: conceito, tipos de constituição. Leis constitucionais. As Constituições do Brasil. Inconstitucionalidade das leis e atos.
22. O Estado e o poder de repressão. O Direito penal. Princípios gerais.
23. O Estado e o seu poder tributário. Princípios gerais.
24. O Direito do Trabalho e da Previdência Social. Princípios gerais.
25. O Estado na comunidade internacional. O Direito Internacional Público, conceito, fundamento.

Métodos:

- Utilização de textos variados referentes ao maior número possível de assuntos.
  - Coordenação com outras matérias ensinadas no Instituto Rio-Branco.
- Prática de exercícios tais como:
- Sumário de exposições
  - sumário de leituras
  - versão
  - exposição
  - debate
  - redaçãc de correspondência.
- Os pontos de gramática serão estudados unicamente a título corretivo: não se fará estudo sistemático e serão apenas sanadas as deficiências demonstradas no decorrer dos exercícios práticos acima mencionados.

GEOGRAFIA POLITICA

- 1 — *Geografia e Política*
  - 1.1 — Geografia e Geografia Política. Geografia Política e Geopolítica.
  - 1.2 — Concepções geopolíticas.
  - 1.3 — Regiões geoestratégicas e geopolíticas do mundo contemporâneo:
    - 1.3.1 — Os centros mundiais de Poder.
    - 1.3.2 — As zonas de contacto e de influência.
- 2 — *Características e Potencialidades do espaço: O Brasil na América Latina.*
  - 2.1 — Aspectos gerais.
    - 2.1.1 — As características formais do espaço: dimensões, posição, fronteiras.
    - 2.1.2 — O potencial natural e humano.
    - 2.1.3 — Os problemas da organização do espaço e da produção.
  - 2.2 — A diversidade regional e a integração continental.
    - 2.2.1 — A América do Caribe, a América Andina e a América Platina.
    - 2.2.2 — O Brasil.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

1º ANO

PORTUGUES

(1º e 2º Ano)

A cadeira de Português não se regeu pelo sistema de aulas. Foi realizado um controle sistemático do conhecimento da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

FRANÇÊS E INGLES

(1º e 2º Ano)

Objetivos:

Conseguir que cada aluno:

- a) compreenda perfeitamente exposições e textos em francês e inglês sobre:
  - política
  - política internacional
  - direito internacional
  - economia
  - cultura geral: filosofia, sociologia, história, arte, etc.;
- b) possa verter para essas línguas, de modo claro e preciso, textos em português sobre os temas acima mencionados;
- c) possa expressar-se sobre os mesmos temas, de modo claro e preciso, nos referidos idiomas;
- d) conheça as normas básicas de correspondência epistolar e protocolar nas línguas francesa e inglesa.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

I — *A Herança de Portugal*

- 1. Bulas, Papéis e Tratados de Limites entre Portugal e Espanha, até meados do século XVIII.
- 2. Do Tratado de Madrid ao de Badajoz.
- 3. A política exterior de D. João VI no Brasil: A Cisplatina e Caiena. Tratados.

II — *O Brasil e a América do Sul*

- 1. *O Brasil e as nações platinas*
  - 1.1 Evolução histórica do Rio da Prata e Paraguai;
  - 1.2 Relações do Brasil com as nações platinas;
  - 1.3 Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.
- 2. *O Brasil e as nações andinas*
  - 2.1 Evolução histórica da área andina;
  - 2.2 Relações do Brasil com as nações andinas;
  - 2.3 Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.
- 3. *O Brasil e as nações setentrionais da América do Sul*
  - 3.1 Evolução histórica do Norte da América do Sul (Colômbia, Venezuela e Guianas);
  - 3.2 Relações do Brasil com a Colômbia e Venezuela;
  - 3.3 Limites e fronteiras com a Colômbia, Venezuela e Guianas. Tratados e demarcações.

III — *O Brasil e a América do Norte e Central*

- 1. *O Brasil e os EE.UU.*
  - 1.1 Evolução histórica dos EE.UU.
  - 1.2 Relações do Brasil com os EE.UU. (1822-1950). Tratados.
- 2. *O Brasil e o México*
  - 2.1 Evolução histórica do México;
  - 2.2 Relações do Brasil com o México. Tratados.
- 3. *O Brasil e a América Central e Antilhana*
  - 3.1 Evolução histórica da América Central;
  - 3.2 Relações do Brasil com a América Central. Tratados.
  - 3.3 Evolução histórica das Antilhas;
  - 3.4 Relações do Brasil com as nações antilhanas. Tratados.

IV — *O Brasil e o Pan-Americanismo*

- 1. O Pan-americanismo, do Congresso de Panamá à OEA. As conferências pan-americanas.
- 2. O Brasil e o Pan-americanismo; participação nas conferências pan-americanas e na OEA.

V — *O Brasil e o Mundo*

- 1. O Brasil na política internacional, da Independência à Primeira Guerra Mundial.
- 2. O Brasil, do Tratado de Versalhes à Segunda Guerra Mundial.
- 3. O Brasil na Segunda Guerra Mundial.
- 4. O Brasil e a ONU.

POLÍTICA INTERNACIONAL

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO POLÍTICO

- 1. O pensamento realista.
- 2. Dialética e nacionalismo.
- 3. As raízes da democracia.
- 4. As fontes do marxismo.
- 5. O pensamento liberal.
- 6. A crítica do marxismo e a interrelação entre fatores ideais e reais.
- 7. A «revisão leninista».
- 8. O papel das ideologias.
- 9. As teorias elitistas do poder.
- 10. A aplicação dos novos conceitos científicos e tecnológicos ao estudo da política.

ECONOMIA I

1º PERÍODO LETIVO:

I — *O Funcionamento do Sistema Econômico*

- A produção, o consumo, a circulação e a repartição.
- A divisão do trabalho e os fatores de produção. O funcionamento do sistema de mercado. A poupança e o investimento. As possibilidades de produção e a noção de custo alternativo. O papel do Governo.

II — *Análise Microeconômica*

- 1 — Estruturas de mercado. O consumo, a produção, mercados de produtos e de fatores. Concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência monopolística.

- 2 — A procura de bens de consumo. O conceito de utilidade e de utilidade marginal. O princípio da utilidade marginal decrescente. Curvas de indiferença. Efeitos renda e preço. O conceito de elasticidade.
- 3 — A procura de bens duráveis de consumo. A demanda de expansão e de reposição. O princípio de aceleração.
- 4 — Teoria da produção. Função de produção e curvas de custo. Custos médio e marginal.
- 5 — A formação dos preços em concorrência perfeita. A oferta e a procura. Equilíbrio instantâneo, a curto e a longo prazo.
- 6 — Eficiência econômica e concorrência perfeita. O conceito de eficiência de Pareto.
- 7 — Aplicações da teoria da concorrência. Efeitos de impostos. As oscilações tipo «teia de aranha» na agricultura. Preços mínimos e controles de preços.
- 8 — A formação de preços em regime de monopólio. Distorções típicas. Os monopólios naturais. Intervenção do Governo e controle de preços. Discriminação de preços e outras práticas.
- 9 — O oligopólio e a concorrência monopolística.
- 10 — Estruturas monopolísticas. O acesso financeiro pelos trustes e holdings. Cartéis. Legislação antitruste. A legislação brasileira contra abusos do poder econômico.
- 11 — A procura de matérias primas, bens intermedíarios e bens de capital — A noção de procura derivada.
- 12 — Salários concorrenciais. O princípio da produtividade marginal. Os efeitos da acumulação de capital e do progresso tecnológico. Diferenças salariais e equilíbrio do mercado de trabalho. A interferência institucional: salário mínimo. A negociação coletiva.
- 13 — Juro e capital. — Produtividade de capital. Equilíbrio do investimento. — A teoria do juro.
- 14 — Lucros e riscos. O lucro como remuneração do risco. O lucro como prêmio da inovação. O lucro como remuneração implícita dos fatores de produção.

- 15 — A renda da terra. A teoria de Ricardo.
- 16 — Revisão da formação de preços. Análise de equilíbrio geral.

### III — *Economia Interna da Empresa*

- 1 — O papel da empresa no sistema econômico. Estrutura de organização.
- 2 — Noções básicas de contabilidade. Os recursos, as aplicações e o balanço. Lançamentos contábeis. A conta de lucros e perdas.
- 3 — Noções de análise de balanços.
- 4 — Estrutura financeira das empresas. Ativo fixo e de giro. Capital de giro.
- 5 — Noções de matemática financeira. Juros simples. Descontos por fora e por dentro. Juros compostos. Planos de amortização e uso da Tabela Price.
- 6 — Noções básicas sobre projetos.

### 2º Período letivo:

#### IV — *Contabilidade Nacional*

- 1 — Noções básicas de contabilidade nacional. Renda, Produto e Despesa.
- 2 — Os grandes agregados e as componentes das Contas Nacionais. Relações Contábeis. A identidade entre produto, renda e despesa. A identidade entre poupança e investimento.
- 3 — Sistemas de contabilidade nacional. O sistema de Leontief. O sistema de fluxos financeiros. O sistema funcional.
- 4 — Estimativa das Contas Nacionais no Brasil. Métodos de cálculo.
- 5 — Medição do crescimento econômico. Índices do produto real e do produto real per capita. Métodos de estimação no Brasil.
- 6 — Comparações internacionais de renda per capita.
- 7 — Análise das séries brasileiras do produto real, total e por setores.

#### V — *Moeda e Política Monetária*

- 1 — Funções e tipos de moeda. O conceito de meios de pagamentos.

- 2 — O papel dos bancos na criação de moeda.
- 3 — Bancos Centrais.
- 4 — Estrutura do sistema monetário no Brasil.
- 5 — Legislação passada, recente e atual. A SUMOC e o Banco Central.
- 6 — Exame das contas monetárias no Brasil.
- 7 — Instrumentos de política monetária. Redescobertos, Recolhimentos compulsórios, etc.

#### VI — *Análise Macroeconômica*

- 1 — A teoria neoclássica do equilíbrio a curto prazo. A Lei de Say.
- 2 — O problema do emprego. Tipos de desemprego.
- 3 — A teoria quantitativa da moeda.
- 4 — A taxa de juros e o mecanismo cumulativo de Wicksell.
- 5 — A teoria neoclássica e o equilíbrio automático a pleno emprego.
- 6 — Os fundamentos da teoria keynesiana.
- 7 — A propensão marginal a consumir.
- 8 — A eficiência marginal do capital.
- 9 — A preferência pela liquidez e a procura acumulativa de moeda.
- 10 — O princípio da demanda efetiva e o equilíbrio em desemprego.
- 11 — Ciclos econômicos. Política anticíclica.

#### VII — *Política Fiscal*

- 1 — O papel do Governo no sistema econômico.
- 2 — Tipos de impostos. Impostos diretos e impostos indiretos. Progressividade e regressividade.
- 3 — Efeitos econômicos da tributação.
- 4 — Despesa pública. Classificação e efeitos.
- 5 — Orçamento público.
- 6 — Política fiscal anticíclica.
- 7 — Política fiscal para o desenvolvimento.

#### DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

##### DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Conceito e objeto do Direito Constitucional. A Constituição brasileira.

2. A União, os Estados-membros e os Municípios no Brasil; relações e competência. A intervenção federal; natureza e técnica.
3. Os Poderes da União (Legislativo, Executivo e Judiciário) e suas relações. O sistema dos «freios e contrapesos».
4. O Poder Legislativo; organização e atribuições. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Elaboração das Leis. Sanção e promulgação.
5. O Poder Executivo (Presidente, Vice-Presidente e Ministros de Estado). Escolha, atribuições e responsabilidade.
6. O Poder Judiciário. Garantias e vedações dos juizes. Justiça da União. Justiça dos Estados. Ministério Público.
7. Capacidade eleitoral ativa e passiva. Inelegibilidades e irregularidades. A Constituição Federal, as Emendas Constitucionais e os Atos Institucionais.
8. Direitos individuais constitucionais; breve histórico, natureza jurídica, técnica e sistemática. As liberdades civis; igualdade jurídica, livre atividade, irretroatividade da lei e o *judicial control*.
9. As liberdades de expressão: livre manifestação do pensamento, proibição do anonimato, direito de resposta, livre divulgação de livros e periódicos, e sigilo da correspondência. As liberdades religiosas: livre crença, livre culto, livre convicção religiosa, filosófica ou política, assistência religiosa às forças armadas e em estabelecimentos de internação coletiva, e secularização dos cemitérios.
10. As liberdades corporativas: livre reunião, livre associação, livre atividade profissional e proibição de determinados partidos políticos ou associações. As liberdades de domínio: livre domínio material (propriedade material), livre domínio imaterial (propriedade imaterial), e inviolabilidade domiciliar.
11. Garantias individuais constitucionais; breve histórico, natureza jurídica, técnica e sistemática. As garantias criminais preventivas: legalidade da prisão, afiançabilidade da prisão, comunicabilidade da prisão, *habeas corpus*, plenitude e contraditoriedade da defesa, inexistência de foro privilegiado, inexistência de juizes e tribunais de exceção, legalidade do processo e da sentença, e o júri. As garantias criminais repressivas: individualização da pena, personalização da pena, humanização da pena, inexistência de determinadas prisões civis.

12. As garantias tributárias: a legalidade do tributo e a legalidade da cobrança. As garantias civis: mandado de segurança, assistência judiciária gratuita, rápido andamento dos processos administrativos, ciência aos interessados dos despachos e informações nesses processos, certidão para defesa de direito, certidão para esclarecimento de negócio administrativo, representação contra abuso de autoridade com sua responsabilização e ação popular.
13. Suspensão das garantias constitucionais: fundamento e breve histórico. O «estado de sítio»; compreensão e processo.
14. A ordem econômica e social. A livre iniciativa e a intervenção estatal.
15. A família, a educação e a cultura; princípios informadores.
16. As Forças Armadas e a segurança nacional. Serviço militar e zonas reservadas à defesa do país.
17. Emendas à Constituição Federal; doutrina, histórico e técnica.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

18. Conceito e objeto do Direito Administrativo. O ato administrativo e sua natureza. Atos discricionários; conceito e classificação. Atos políticos. Atos de império e atos de gestão. Os contratos administrativos; natureza e fins. As concessões de serviço público; natureza e fins. As concorrências; natureza e fins.
19. O serviço público e sua execução. Serviço público centralizado e serviço público descentralizado. As Caixas Econômicas e os Bancos do Estado.
20. O regime jurídico da função pública. O provimento dos cargos públicos. Direitos vantagens dos servidores públicos.
21. O regime disciplinar dos servidores públicos. O processo administrativo e sua técnica. O recurso hierárquico e o recurso ao Judiciário.
22. O Departamento Administrativo do Serviço Público; organização e atribuições. O Tribunal de Contas da União; organização e competência.
23. Bens públicos; conceito e classificação. Os terrenos de marinha e seus acrescidos. Terras devolutas e riquezas minerais. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública e por interesse social; casos e seu processo. A requisição por necessidade da defesa ou da segurança nacional, e seu processo.
24. O *police power* e sua compreensão. A polícia e sua atividade específica (polícia sanitária, polícia de costumes, polícia de

profissões, polícia de associações, polícia urbana, polícia rural, polícia de construções e polícia de estrangeiros).

27. A responsabilidade civil e penal dos servidores públicos. A responsabilidade do Estado pelos danos causados a terceiros por seus servidores. A responsabilidade do Estado por danos resultantes de atos legítimos de soberania. A responsabilidade do Estado por danos decorrentes de calamidade pública e de atos da multidão.

#### DIREITO CIVIL

1. O Direito Civil. Parte Geral e Especial. Fontes e interpretação.
2. A vigência da lei. Retroatividade. Teoria geral dos atos jurídicos. Elementos. Classificação. Defeitos. Validade. Atos ilícitos.
3. O Direito das Coisas. Os direitos reais. A propriedade e a posse.
4. Os direitos reais limitados. Os direitos reais à substância e ao valor da coisa. A propriedade literária, científica e artística.
5. O direito das obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos.
6. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de créditos.
7. Os contratos. A compra e venda, a doação, a locação, o empréstimo, o depósito, o mandato, a sociedade, a parceria, o seguro, a fiança, a conta-corrente e a abertura de crédito.
8. O Direito de família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos.
9. Regimes de bens.
10. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.
11. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Pátrio poder.
12. Tutela, curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.
13. Direito das sucessões: conceito e espécies de sucessão. Herança e legado. Transmissão de herança. Aceitação e renúncia.
14. Herança jacente e herança vacante.



15. A sucessão legítima. Representação.
16. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamento.
17. Herdeiros necessários. Redução. Substituições. Deserdicações; indignidade. Revogação dos testamentos.
18. Inventário e partilha.

#### DIREITO COMERCIAL

1. Direito Comercial: conceito, fontes e interpretação, objeto. Do comerciante e da empresa.
2. Empresas auxiliares. Auxiliares autônomos.
3. Das sociedades comerciais.
4. Da organização da empresa e sua proteção.
5. Títulos de crédito.
6. Contratos comerciais.
7. Direito da Navegação: conteúdo. Conceito e natureza jurídica do navio e da aeronave.
8. Formas de exploração do navio e da aeronave. Funções do capitão ou comandante.
9. Limitação da responsabilidade nos transportes marítimos e aéreos. A cláusula de não indenizar ou de irresponsabilidade.
10. Cláusulas CIF, FOB e FAS. O conhecimento de transporte.
11. Falência: conceito e princípios fundamentais.

#### OBSERVAÇÕES:

1. *Parte Prática* — Serão discutidos, durante as aulas, casos práticos, a fim de os ensinamentos teóricos serem convenientemente assimilados e resolvidas hipóteses que normalmente ocorrem no exercício da carreira diplomática.
2. *Legislação* — Serão sempre indicados os textos legislativos, a fim de, no decurso das aulas, serem consultados pelos alunos, para se tornarem conhecidos, entendidos e criticados.
3. *Jurisprudência* — As grandes decisões serão comentadas em aula, como ilustração das questões teóricas e com o escopo de orientar o aluno para a realidade jurisprudencial brasileira e estrangeira.
4. *Direito Comparado* — As referências à legislação estrangeira serão realizadas nas matérias mais importantes.

#### 2º ANO

#### PORTUGUÊS (\*)

#### FRANÇÊS E INGLÊS (\*)

#### POLÍTICA INTERNACIONAL II

##### I — Teoria das Relações Internacionais

1. Método e escopo.
2. Exame crítico das principais teorias contemporâneas.
  - 2.1 — Teoria realista.
  - 2.2 — Teoria do processo divisório.
  - 2.3 — Teoria do equilíbrio.
  - 2.4 — Teoria sistêmica.
  - 2.5 — Outras teorias relevantes.

##### II — O Estado Nacional

1. A evolução do estado nacional. O nacionalismo.
2. O poder nacional.
3. O interesse nacional.
4. Política externa e diplomacia.

##### III — Organizações e Instrumentos Internacionais

1. As Nações Unidas e as agências especializadas.
2. As organizações regionais.
3. As alianças militares.

##### IV — Grandes Problemas Atuais das Relações Internacionais

1. Imperialismo e descolonização.
2. Bipolarismo e guerra fria.
3. A emergência do policentrismo.
4. O confronto Norte-Sul como nova dimensão do jogo internacional.
5. O problema da paz e do desarmamento.

(\*) Vide — 1º Ano — pág. 70.

Observação: A análise teórica dos temas da parte IV será combinada com seminários sobre aspectos concretos dos problemas examinados.

## ECONOMIA II

## 1º PERÍODO LETIVO:

I — *Balanco de Pagamentos*

- 1 — Estrutura do balanço de pagamentos.
- 2 — Contas principais no balanço de pagamentos.
- 3 — O balanço de transações correntes. O balanço de capitais.
- 4 — Principais lançamentos no balanço de pagamentos.
- 5 — Estimativa do balanço de pagamentos no Brasil.
- 6 — Análise dos movimentos de capitais.
- 7 — Análise do balanço de pagamentos no Brasil.

II — *Análise do Comércio Exterior*

- 1 — As vantagens do comércio e a doutrina dos custos comparativos.
- 2 — Análise dinâmica e tarifas aduaneiras. Os argumentos protecionistas.
- 3 — Sistemas de tarifas aduaneiras.
- 4 — Bilateralismo e multilateralismo. O problema da conversibilidade.
- 5 — Taxa de câmbio. Teorias de determinação. A paridade do poder de compra.
- 6 — Taxa cambial no Brasil. Sistemas usados no período de após-guerra. Taxas múltiplas, depósitos compulsórios.
- 7 — Tarifas aduaneiras no Brasil. A Lei nº 3.244.
- 8 — Acórdãos de tarifas. O GATT.
- 9 — União Aduaneira. O mercado comum europeu. A ALALC.
- 10 — O equilíbrio do balanço de pagamentos e o Fundo Monetário Internacional. Regras de operações do FMI.
- 11 — Agências internacionais de financiamento. O BIRD, a USAID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc. Critérios de operação.

III — *Inflação*

- 1 — A mensuração da inflação. Índices de preços e sua construção.
- 2 — Tipos de inflação. Inflação de demanda, inflação de custos, inflação setorial.

- 3 — Inflação de demanda. Análise monetária. O efeito dos déficits públicos. A expansão de crédito. Efeitos das operações internacionais.
- 4 — Inflação setorial.
- 5 — A experiência inflacionária brasileira.
- 6 — Programas de estabilização e seus resultados.

## 2º PERÍODO LETIVO:

IV — *Desenvolvimento Econômico e Planejamento*

- 1 — Conceitos básicos e mensuração do desenvolvimento.
- 2 — Características dos países subdesenvolvidos.
- 3 — Modelos de crescimento. A poupança e a relação capital/produto.
- 4 — Tipos de desenvolvimento econômico.
- 5 — Inflação e desenvolvimento. Teses e controvérsias.
- 6 — Industrialização e desenvolvimento.
- 7 — Desenvolvimento e comércio internacional.
- 8 — Planejamento econômico. Conceitos. Sistemas.
- 9 — As experiências de Planejamento econômico no Brasil.
- 10 — Órgãos e instrumentos de Planejamento regional.
- 11 — Sistemas econômicos comparados.

V — *Problemas Econômicos Brasileiros (Aulas-seminários)*

- 1 — Inflação brasileira e política antiinflacionária.
- 2 — Desenvolvimento econômico brasileiro.
- 3 — Agricultura e reforma agrária.
- 4 — Industrialização.
- 5 — Desenvolvimento regional.
- 6 — Comércio exterior e relações internacionais.
- 7 — Problema dos capitais estrangeiros.
- 8 — Planejamento econômico.

## DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — *Introdução.*

1. Conceitos e terminologia.
2. A comunidade não organizada dos Estados.
3. Natureza das relações interestatais.
4. Formação e evolução do Direito Internacional.
5. Progressos da ciência e tecnologia. Explosão demográfica. Irrupção do homem no Direito Internacional.

6. Luta pelo desenvolvimento econômico e justiça social. Conflito ideológico. Coexistência pacífica.
7. Proliferação de Estados e de organizações internacionais.
8. Liberação da energia nuclear e conquista do espaço exterior. Prospectiva. Descompasso entre ciência e política.
9. Função do direito na comunidade universal. Conceito do Direito Internacional.

## II — Organização Jurídica da Sociedade Internacional.

1. Antecedentes. Independência e interdependência dos Estados. As duas ordens jurídicas.
2. Nações Unidas. Bases da Carta, sua natureza constitucional e emendas. Membros.
3. Objetivos e Princípios.
4. Assuntos da competência nacional (art. 2º, nº 7). Determinação pelo D.I. do âmbito de eficácia da norma interna.
5. Órgãos principais, a Córte e o Secretariado.
6. Organismos especializados.
7. Organização dos Estados Americanos. Princípios e estrutura. Protocolo de Buenos Aires, 1967.
8. Outras organizações regionais.
9. Universalização da ONU, voto ponderado, jurisdição internacional obrigatória e força policial supranacional.

## III — Natureza do Direito Internacional.

1. Estrutura da norma interestadual. D.I. geral e particular, comum e consensual. *Jus cogens*.
2. Força obrigatória do Direito Internacional. Teorias jusnaturalistas, voluntaristas e objetivas.
3. Validade do art. 2º, nº 6 da Carta da ONU.
4. Peculiaridades da norma internacional quanto à:  
a) elaboração; b) aplicação judicial; c) execução coativa.
5. Relação entre a norma internacional e a interna.
6. Dualismo e monismo. Primado da norma internacional.
7. Textos convencionais e prática consuetudinária dos Estados nessa matéria.
8. Principais sistemas constitucionais.

## IV — Fontes do Direito Internacional.

1. Conceito. Fonte material e formal.
2. Art. 38, nº 1 do Estatuto da CIJ.
3. Convenção internacional. *Pacta sunt servanda*.
4. Prática consuetudinária dos Estados.
5. Princípios gerais de direito.
6. Precedente judicial e doutrina dos publicistas.
7. Resolução de organização internacional.
8. Codificação. Obra da Comissão de Direito Internacional da ONU.

## V — Sujeitos de Direito Internacional.

1. Estado. Elementos constitutivos. Formas especiais.
2. Soberania (art. 2º, nº 1 da Carta da ONU).
3. Estrutura do Estado.
4. Reconhecimento de Estado e de Governo.
5. Territórios sem governo próprio. Mandato. Tutela. Aquisição de independência.
6. Sucessão de Estados.
7. Personalidade das organizações internacionais.
8. Indivíduos. Responsabilidade internacional. Direitos.

## VI — Atos Jurídicos Internacionais.

1. Atos unilaterais. Tratado-lei e tratado-contrato.
2. Convenções e projeto da ONU sobre Direito dos Tratados.
3. Capacidade. Estado e Organização Internacional. *Treaty-making power*.
4. Validade: consentimento, objeto e forma.
5. Celebração, ratificação, vigência e registro. Adesão.
6. Reservas.
7. Interpretação, execução e efeitos. Incorporação ao direito interno.
8. Revisão, denúncia e terminação.

## VII — Direitos e Deveres do Estado.

1. Independência. Auto-determinação.
2. Exercício da competência, inclusive jurisdicional.
3. Igualdade jurídica.
4. Legítima defesa.
5. Não intervenção e ação coletiva.
6. Cooperação internacional. Extensão e órgãos.
7. Outros deveres.

VIII — *Competência do Estado.*

1. Fatores determinantes: espaço, pessoas e outros. Âmbito da eficácia territorial da norma interna.
2. Elementos do território. Natureza da autoridade do Estado sobre cada elemento. Atos de império.
3. Território terrestre. Estabelecimento e perda de competência. Limites. Zonas polares.
4. Território equóreo. Zona contígua. Plataforma continental.
5. Alto Mar. Competência relativa à navegação, pesca, outras utilizações econômicas e cabos submarinos. Testes nucleares e usos bélicos. Repressão da pirataria e tráfico de escravos.
6. Território aéreo. Competência relativa ao espaço aéreo não abrangido nos territórios estatais.
7. Espaço exterior e corpos celestes. Internacionalização. Tratado de 1967.
8. Competência extraterritorial, pessoal ou por outro título.

IX — *Órgãos das Relações Interestatais.*

1. Chefe de Estado. Atribuições do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.
2. Ministro das Relações Exteriores e outros órgãos.
3. Relações e imunidades diplomática.
4. Congressos e conferências. Diplomacia parlamentar.
5. Relações e imunidades consulares.
6. Bens e serviços do Estado no estrangeiro. Doutrina dos Atos de Estado.
7. Organizações internacionais em suas relações externas.
8. Imunidades e privilégios das organizações internacionais.

X — *Proteção Internacional dos Direitos Humanos.*

1. Distinção entre homem e súdito. Nacional, apátrida e refugiado.
2. Defesa de nacionais e estrangeiros contra abusos do Estado. Pressupostos. Cartas da ONU e OEA.
3. Declarações Americana e Universal.
4. Tratado de Roma, 1950 e protocolos adicionais. Carta Social da Europa. Pactos aprovados pela ONU em 1966.

5. Órgãos de execução. Prática interamericana.
6. Direito de petição e acesso à jurisdição internacional.
7. Convenções especiais. Genocídio. Direitos da mulher. Escravidão e trabalho forçado. Discriminação. Asilo e outras.
8. Relação entre direitos humanos e democracia representativa. Projetos.

XI — *Responsabilidade Internacional.*

1. Fundamentos: dever de reparar, abuso de direito ou teoria da boa-fé.
2. Ação ou omissão violadora do Direito internacional. Atos do Legislativo, Executivo, Judiciário e fatos de particulares.
3. Imputabilidade. Causas excludentes da responsabilidade.
4. Denegação de justiça, negligência e violação de direito adquirido.
5. Proteção diplomática. Reclamação. Esgotamento dos recursos internos.
6. Danos causados por uso da energia nuclear ou do espaço exterior.
7. Reparação do dano.
8. Responsabilidade das organizações internacionais.

XII — *Comunicações Internacionais.*

1. Vias terrestres, fluviais, marítimas e aéreas. Liberdade de circulação e comunicação. Direito de passagem inofensiva.
2. Convenções sobre circulação por estrada e ferrovia.
3. Principais convenções sobre rios, canais e estreitos internacionais. Tratados e legislação do Brasil.
4. Navios e estações. Regime da navegação.
5. Aeronaves. Convenção de Chicago, 1944, e as posteriores. OACI.
6. Foguetes e naves espaciais. Assistência a astronauta. Regime Jurídico.
7. Convenção sobre telecomunicações. Repartição de freqüências. Satélites de comunicação.

### XIII — *Integração Econômica.*

1. Fenômeno integracionista e seu impacto sobre o DI.
2. Integração européia. Tratados de Roma, 1957. Natureza do direito comunitário. Harmonização das legislações.
3. Integração centro-americana. Tratados e convenções.
4. Tratado de Montevidéu, 1960. Problemas Jurídicos. Lacunas.
5. Resoluções sobre o Mercado Comum Latino-americano.
6. Integração jurídica. Medidas internas e órgãos supranacionais.

### XIV — *Solução Pacífica das Controvérsias.*

1. Controvérsia jurídica e conflito político. Distinção.
2. Negociação, bons ofícios e mediação.
3. Investigação e conciliação.
4. Solução através de organização internacional.
5. Arbitragem. Natureza e forma. Côte Permanente de Arbitragem. Processo. Efeitos do laudo. Convenções vigentes.
6. Solução judiciária. Côte Internacional de Justiça. Art. 92 a 96 da Carta da ONU. Estatuto anexo.
7. Competência contenciosa e consultiva. Cláusula facultativa. Processo. Execução das decisões.
8. Outras côrtes internacionais.

### XV — *Segurança Coletiva e uso da Fôrça.*

1. Limitações do *ius ad bellum*. Pacto Brian-Kellog. Guerra crime. Interdição do uso da fôrça (artigo 2º, nº 4 da Carta da ONU).
2. Segurança internacional. Ameaça à paz. Medidas não coercitivas (arts. 39 a 41). Emprêgo de fôrças aéreas, navais ou terrestres (arts. 42 a 50).
3. Legítima defesa. Conceito de ataque armado. Limite ao exercício da defesa (art. 51).
4. Organismos regionais e ação coletiva (arts. 52 a 54).
5. Casos de uso da fôrça pela ONU. As operações preventivas ou asseguratórias da paz. Custeio e aplicação do art. 19 da Carta. Fôrça Interamericana de Paz.

6. *Ius in bello*. Convenções. Violações.
7. Neutralidade. Direitos dos beligerantes e neutros.
8. Testes nucleares. Tratado de Moscou, 1963. Proibição das armas nucleares. Tratado do México, 1967.
9. Projetos de desarmamento. Requisitos de viabilidade jurídica.

### DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Apresentação e solução dos conflitos de leis no espaço. Direito Internacional Privado, Direito Uniforme e Direito Comparado.
2. Fontes especiais do DIP; internacionais e internas. Relevância da jurisprudência e da doutrina. Conflitos entre as diversas fontes. Natureza das normas do DIP. Regras unilaterais e bilaterais.
3. Divergência espacial de normas do DIP, teorias da renúncia e da devolução e divergência temporal das normas do DIP.
4. Conflitos de qualificação. Dos elementos de conexão. Conflitos sobre sua determinação.
5. Nacionalidade. Princípios gerais. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação e casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.
6. Naturalização. Espécies. Condições. Processo. Efeitos. Revogação.
7. Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.
8. Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos da nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiro no serviço nacional.
9. Domicílio. Aquisição. Domicílio necessário. Domicílio de origem. Domicílio voluntário. Domicílio especial. Prova de domicílio. Mudança de domicílio. Perda e reaquisição do domicílio. Pluralidade e falta de domicílio. Residência.
10. Autonomia da vontade. Outros elementos de conexão: território, fôre, religião, raça, etc. Efeitos da mudança dos elementos de conexão.
11. Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Migração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciários. Expulsão. Casos. Processo. Recursos. Efeitos.

12. Direitos e deveres dos estrangeiros em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos e direitos privados. Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento. Funcionamento.
14. Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira. A ordem pública. A fraude à lei. A teoria dos direitos adquiridos.
15. Direito Civil internacional. Personalidade. Capacidade de direito. Capacidade de fato. Luta entre os princípios da nacionalidade e do domicílio. Solução do direito brasileiro. Atos jurídicos. Vícios do consentimento. Forma. Prescrição.
16. Direito de Família. Conflitos de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma. Efeitos pessoais e patrimoniais.
18. Desquite, divórcio e anulação do casamento.
19. Relações jurídicas entre pais e filhos. Constituição, efeitos e extinção ou suspensão. Alimentos. Tutela e Curatela. Proteção social dos incapazes.
20. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Substância e efeitos. Modalidades da execução. Da cláusula ouro. Das dívidas em moeda estrangeira simples e «aparentes». Dívidas em moedas estrangeiras e taxa de conversão.
21. Direito das sucessões. Testamentos.
22. Direito marítimo e aéreo internacional.
23. Direito Penal Internacional. Territorialidade extra-territorialidade das leis penais.
24. Direito processual civil internacional. Competência. Forma do Processo. Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.
25. Da cooperação internacional nos processos criminais. Da extradição internacional.

#### ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

##### I — Organização

- a) Administração pública: visão geral.
- b) Ministério das Relações Exteriores:
  1. Secretaria de Estado: estrutura, competência dos diversos órgãos.
  2. Missões diplomáticas: categorias, competência.
  3. Repartições consulares: categorias, competência.

##### II — Pessoal

- a) Diplomata: legislação; deveres e funções; informações gerais.
- b) Oficial de Chancelaria: legislação; deveres e funções.
- c) Funcionários administrativos, Auxiliares locais: legislação; deveres e funções.
- d) Cônsules Privativos e Honorários: legislação; deveres e funções.

##### III — Comunicações

- a) Regras gerais de correspondência oficial.
- b) Andamento e trânsito de correspondência oficial.
- c) Normas específicas de redação oficial.
- d) Correspondência postal, telegráfica e serviço tlex:
  1. Memorando.
  2. Ofício.
  3. Despacho.
  4. Aviso.
  5. Nota.
  6. Exposição de Motivos.
  7. Carta de Chancelaria.
  8. Carta de Gabinete.
  9. Carta.
  10. Telegrama e telex.
  11. Carta-telegrama.
  12. Circulares.

## CONCURSO DE PROVAS. PARA A CARREIRA DE DIPLOMATA

### 3ª FASE

As provas finais de Francês e Inglês foram escritas e orais e no nível das provas finais do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. A prova de Economia correspondeu ao programa do 1º ano do C.P.C.D. Os programas das provas de Direito Civil e Comercial e de Direito Constitucional e Administrativo incluíram a matéria lecionada no 1º ano e exigida em Noções Fundamentais de Direito, no Exame Vestibular.

### 4ª FASE

#### (Estágio de Formação)

Os programas para o Estágio de Formação foram os mesmos que vigoraram para as matérias correspondentes no 1º e 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

## CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR

C. P.

### ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CHANCELARIAS

#### (Programa analítico)

#### 1.0 — Introdução. Noções gerais.

#### 1.1 — Composição da Missão diplomática.

#### 1.1.1 — Pessoal diplomático.

Chefe da Missão. Encarregado de Negócios.

Chefe de Chancelaria.

Chefe ou Encarregado de Setores. Ministro para Assuntos Comerciais.

#### 1.1.2 — Pessoal administrativo.

Oficial de Chancelaria.

Assistente de Chancelaria.

Oficial de Administração.

Outros quadros administrativos.

Auxiliar local.

#### 1.1.3 — Pessoal subalterno.

Porteiros.

Serventes. Mensageiros. Faxineiros.

Motoristas.

Guardiães.

Pessoal doméstico da Sede.

#### 1.1.4 — Adidos.

Adidos militares. Adjuntos e Auxiliares dos Adidos.

Adidos civis. Adido Cultural. Adido Científico.

Relações dos Adidos com o chefe da Missão diplomática. Assistente técnico.

- 1.1.5 — Colaboradores temporários. (Contratos específicos).  
Pessoal de outros órgãos brasileiros no exterior.
- 1.2 — Estrutura de Missão diplomática.
  - 1.2.1 — Chefia da Missão. Encarregatura de Negócios.
  - 1.2.2 — Chefia da Chancelaria.
  - 1.2.3 — Setores da Chancelaria. Político. Econômico. Promoção Comercial. Cultural. Instituto ou Centro Cultural. Administrativo. (Consular) Imprensa. Cerimonial. Setores *ad hoc*.
- 1.3 — Mecânica de trabalho de Missão diplomática (Organograma) (Fluxograma).  
Coleta e recebimento. Distribuição. Processamento. Produção.
- 2.0 — O Setor Administrativo.
  - 2.1 — Finalidades. Atribuições. Estrutura
  - 2.2 — Instalações. Sede e Chancelaria.
    - 2.2.1 — Sede. Prédio próprio ou alugado.
    - 2.2.2 — Chancelaria. Prédio próprio ou alugado.
    - 2.2.3 — Outras instalações.
  - 2.3 — Acervo. Inventário.
    - 2.3.1 — Material permanente.
    - 2.3.2 — Documentação.
    - 2.3.3 — Material de consumo.
    - 2.3.4 — Inventário.
  - 2.4 — Contabilidade.
    - 2.4.1 — Verbas. Dotação. Reforço. Aplicação.
    - 2.4.2 — Prestação de contas.
    - 2.4.3 — Auditoria pelo Inspetor Geral de Finanças.
  - 2.5 — Pessoal.
    - 2.5.1 — Disciplina. Horário de trabalho.
    - 2.5.2 — Controle. Avaliação de trabalho. Boletim de merecimento.

- 2.5.3 — Contrato de pessoal.
  - 2.5.3.1 — Expediente. Arquivos.
  - 2.5.3.2 — Livros de protocolo.
  - 2.5.3.3 — Arquivo de originais. Arquivo de referência. Arquivo da correspondência especial. Classificação de documentos. Cópia de documentos. Proibição de guarda de documentos oficiais.
  - 2.5.3.4 — Mecanografia. Multiplicação de documentos. Serviços gráficos.
  - 2.5.3.5 — Expedição. Malas diplomáticas.
- 2.6 — Comunicações.
  - 2.6.1 — Meios de comunicações. Correio diplomático.
  - 2.6.2 — Biblioteca. Documentação. Organização e funcionamento.
- 2.7 — Segurança de Missão diplomática.
  - 2.7.1 — Segurança de instalações.
  - 2.7.2 — Segurança de material.
  - 2.7.3 — Segurança de comunicações.
  - 2.7.4 — Segurança de pessoal.
  - 2.7.5 — Segurança da ação diplomática.
- 2.8 — Casos especiais.
  - 2.8.1 — Chancelaria de Delegação junto a Organismos Internacionais.
  - 2.8.2 — Chancelaria de Repartição consular.
  - 2.8.3 — Abertura de Missão diplomática (aspecto administrativo).
  - 2.8.4 — Passagem de direção (aspecto administrativo).
  - 2.8.5 — Encerramento de Missão diplomática.
  - 2.8.6 — Proteção de interesses (aspecto administrativo).
    - 2.8.6.1 — Proteção de interesses por terceiro país.
    - 2.8.6.2 — Proteção de interesses de terceiro país.
- 5.0 — Responsabilidades dos funcionários.
  - 5.0.1 — Responsabilidade individual e coletiva.
  - 5.0.2 — Disciplina. Regulamentos. Praxe. Hierarquia.



- 5.3 — Relações humanas. Peculiaridades da vida no exterior.
- 5.4 — A importância profissional da versatilidade

#### COMUNICAÇÕES

##### (Programa sintético)

- 1.0 — Transmissão de informações: escolha de meios.
- 2.0 — Segurança das comunicações: os meios de cifração.
- 3.0 — Malas diplomáticas e correspondência postal.
- 4.0 — Correspondência telegráfica.

#### PRÁTICA DIPLOMÁTICA I

##### REPRESENTAÇÃO E USOS DIPLOMÁTICOS

##### (Programa analítico)

- 1.1.0 — *Diplomacia e a profissão de diplomata.*
  - 1.1.1 — Encargos de diplomata.
  - 1.1.2 — Qualidades requeridas pela profissão.
  - 1.1.3 — Importância das regras protocolares.
- 1.2.0 — *Corpo diplomático e seus membros.*
  - 1.2.1 — Composição de uma Missão diplomática.
  - 1.2.2 — Diferentes tipos de Chefe de Missão.
  - 1.2.3 — Reuniões do Corpo Diplomático convocadas pelo Decano ou pelo Ministro das Relações Exteriores.
- 1.3.0 — *Embaixador. Designação e assunção.*
  - 1.3.1 — «Agrément».
  - 1.3.2 — Exposição de motivos, mensagem ao Senado, decreto.
  - 1.3.3 — Cartas credenciais e cartas revocatórias. Cópias figuradas.
  - 1.3.4 — Chegada do Chefe de Missão: providências práticas.
  - 1.3.5 — Primeiras visitas do Chefe de Missão.
  - 1.3.6 — Apresentação de credenciais.
  - 1.3.7 — Visitas do Embaixador a outros Chefes de Missão.

- 1.3.8 — Visitas e convites ao Embaixador por membros da Missão.
- 1.4.0 — *Encarregado de Negócios. Designação e assunção.*
  - 1.4.1 — Encarregado de Negócios «ad hoc».
  - 1.4.2 — Encarregado de Negócios «ad interim».
  - 1.4.3 — Obrigações protocolares e de representação do Encarregado de Negócios e de sua mulher.
  - 1.4.4 — Residência do Encarregado de Negócios.
- 1.5.0 — *Secretário de Embaixada. Remoção e apresentação.*
  - 1.5.1 — Problemas e providências.
- 1.6.0 — *Missões temporárias.*
  - 1.6.1 — Cartas de plenos poderes.
  - 1.6.2 — Instruções.
- 1.7.0 — *Missões cumulativas.*
- 1.8.0 — *Regras gerais de precedência.*
  - 1.8.1 — Precedência da República do Brasil.
  - 1.8.2 — Precedência do Corpo diplomático.
  - 1.8.3 — Precedência entre as Missões diplomáticas.
  - 1.8.4 — Precedência entre os Chefes de Missão.
  - 1.8.5 — Precedência dos membros de uma Missão diplomática.
  - 1.8.6 — Lista Diplomática.
  - 1.8.7 — Precedência do Corpo Consular.
  - 1.8.8 — Precedência entre instituições de uma colônia de nacionais no exterior.
  - 1.8.9 — Equivalência de cargos civis e militares.
  - 1.8.10 — Precedências especiais: Senhoras viúvas e desquitadas; maridos de funcionárias diplomáticas.
  - 1.8.11 — Precedência «de cortesia».
  - 1.8.12 — Conflitos entre as precedências oficial e de cortesia.
  - 1.8.13 — Precedência em mesas de conferências.
- 1.9.0 — *Usos diplomáticos.*
  - 1.9.1 — Importância dos detalhes protocolares.
  - 1.9.2 — Modelos de convites.

- 1.9.3 — Respostas a convites.
- 1.9.4 — Agradecimentos a convites.
- 1.9.5 — Envio de flores.
- 1.9.6 — Sobrescritos de envelopes.
- 1.9.7 — Vestuário.
- 1.9.8 — Diferentes tipos de mesas de jantar e respectivas cabeceiras.
- 1.9.9 — Planos de mesa.
- 1.9.10 — Pontualidade.
- 1.9.11 — Cartões de visita.
- 1.9.12 — Bandeiras.
- 1.9.13 — Pronunciamento de alocações.
- 1.9.14 — Filas de recebimento em recepções.
- 1.9.15 — Cortejo para salas de refeições.
- 1.9.16 — Cortejo de automóveis.
- 1.9.17 — Obrigações das mulheres dos diplomatas.

1.10.0 — *Atividades sociais em uma Missão diplomática.*

- 1.10.1 — Almoços, jantares e recepções usuais.
- 1.10.2 — Recebimento do Presidente da República do Brasil.
- 1.10.3 — Recebimento do Ministro das Relações Exteriores.
- 1.10.4 — Recebimento do Chefe de Estado estrangeiro.
- 1.10.5 — Recebimento de Príncipe ou Cardinal.
- 1.10.6 — Recebimento de tripulação de navio de guerra ou navio-escola brasileiro.

1.11.0 — *Visitas oficiais.*

- 1.11.1 — Organização da visita. Providências práticas.
- 1.11.2 — Visita de Chefe de Estado estrangeiro.
- 1.11.3 — Visita de Chefe de Governo estrangeiro.
- 1.11.4 — Visita de Ministro de Estado estrangeiro.
- 1.11.5 — Visita de outras personalidades.
- 1.11.6 — Visita em caráter privado de personalidades estrangeiras.

1.12.0 — *Festas nacionais.*

- 1.12.1 — Comemorações em uma Missão diplomática.
- 1.12.2 — Cortesias de Governo a Governo.

- 1.13.0 — *Luto oficial ou calamidades públicas.*
  - 1.13.1 — Decretação de luto oficial.
  - 1.13.2 — Cortesias: assinatura de livro, telegramas.
  - 1.13.3 — Cerimônias religiosas.
- 1.14.0 — *Condecorações e medalhas.*
  - 1.14.1 — Principais ordens honoríficas brasileiras e estrangeiras.
  - 1.14.2 — Concessão e aceitação de condecorações. Regulamentos.
  - 1.14.3 — Uso de condecorações.

1.15.0 — *Privilégios e imunidades.*

- 1.15.1 — Convenção de Viena sobre relações diplomáticas.
- 1.15.2 — Inviolabilidade.
- 1.15.3 — Imunidade de jurisdição.
- 1.15.4 — Isenção de impostos e taxas.
- 1.15.5 — Isenção de obrigações de caráter público.
- 1.15.6 — Renúncia de imunidades.
- 1.15.7 — Privilégios aduaneiros.
- 1.15.8 — Privilégios dos familiares.
- 1.15.9 — Privilégios relativos ao automóvel.
- 1.15.10 — Lisura na utilização de privilégios.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA II

OS SETORES POLÍTICO, ECONÔMICO E CULTURAL DE UMA EMBAXADA

(*Programa analítico*)

2.1.0 — *As funções de observar e informar.*

- 2.1.1 — A coleta de informações:
  - i — imprensa
  - ii — autoridades
  - iii — Corpo Diplomático
  - iv — meios locais
- 2.1.2 — A avaliação e seleção das informações.
- 2.1.3 — A concatenação das informações:
  - i — fichário de personalidades
  - ii — fichário de assuntos

- 2.1.4 — A transmissão das informações:
    - i — meios:
      - telegrama
      - CT
      - ofício
      - relatório mensal
      - ii — linguagem
    - ii — Troca de informações entre as Missões diplomática brasileiras.
  - 2.2.0 — A divulgação do país.
    - 2.2.1 — A divulgação política:
      - i — imprensa
      - ii — autoridades
      - iii — meios locais
    - 2.2.2 — A divulgação cultural:
      - i — imprensa
      - ii — estabelecimentos de ensino:
        - primário
        - secundário
        - universitário
      - iii — meios culturais
      - iv — organização de atividades culturais:
        - exposições
        - conferências
        - concertos
      - v — elaboração de publicações
      - vi — cinema
      - vii — uso da televisão
    - 2.2.3 — A divulgação econômica:
      - i — imprensa
      - ii — autoridades
      - iii — câmaras e associações empresariais
      - iv — sindicatos
  - 2.3.0 — A negociação.
    - 2.3.1 — A gestão diplomática:
      - iii — meio:
        - verbal:
        - *memorandum*
        - nota
  - 2.3.2 — A negociação de acordos:
    - i — preparação
    - ii — projeto de acôrdo
    - iii — processo de negociação
    - iv — redação final
    - v — processamento dos documentos
  - 2.4.0 — A proteção de interesses.
    - 2.4.1 — A proteção dos interesses nacionais.
    - 2.4.2 — A proteção de brasileiros.
    - 2.4.3 — A proteção de interesses de terceiro país:
      - i — recebimento, transmissão e aceitação do pedido
      - ii — guarda dos arquivos e dos bens
      - iii — intercessão política
      - iv — proteção dos nacionais
    - 2.4.4 — A proteção de interesses por terceiro país.
    - 2.4.5 — O protesto e a reclamação diplomática.
  - 2.5.0 — O asilo diplomático.
    - i — pedido de asilo
    - ii — interrogatório e obtenção de informações
    - iii — concessão do asilo
    - iv — comportamento do asilado
    - v — obtenção do salvo-conduto
    - vi — partida do asilado
  - 2.6.0 — A interrupção e o reatamento de relações diplomáticas.
  - 2.7.0 — A coordenação das Repartições consulares e *cê outros órgãos do Governo brasileiro.*
  - 2.8.0 — Relações com o Ministério das Relações Exteriores e outras autoridades locais.
  - 2.9.0 — Relações com a Imprensa.
- PRÁTICA CONSULAR
- 1.0 — O Serviço Consular.
    - 1.1 — O Serviço Consular Brasileiro:
      - 1.1.1 — Consulados de carreira.

- 1.1.2 — Serviço Consular nas Missões Diplomáticas.
- 1.1.3 — Consulados Privativos.
- 1.1.4 — Consulados Honorários.
- 1.2 — Corpo Consular
  - 1.2.1 — Características locais. Decanato. Reuniões.
  - 1.2.2 — Relações entre os membros do Corpo Consular.
- 2.0 — Os Cônsules.
  - 2.1 — Carta-Patente.
  - 2.2 — Reconhecimento provisório.
  - 2.3 — Exequatur.
  - 2.4 — Privilégios e imunidades.
  - 2.5 — Chegada ao posto. Providências e visitas.
  - 2.6 — Relações com as autoridades locais.
  - 2.7 — Relações com a Missão Diplomática e demais repartições brasileiras.
  - 2.8 — Passagem de direção (características particulares das Repartições consulares).
- 3.0 — *Contrôle consular*.
  - 3.1 — Legalização de faturas comerciais.
  - 3.2 — Licenças ou guias de importação.
  - 3.3 — Legalização de listas de bens e importação de automóveis.
  - 3.4 — O Cônsul Capitão-do-Pôrto. Atribuições. Mudança de bandeira.
- 4.0 — *Atos notariais e do Registro Civil*.
  - 4.1 — Registro de nascimento. Casamento. Óbito.
  - 4.2 — Procurações. Reconhecimento de firmas. Contratos.
  - 4.3 — Testamento e inventário.
- 5.0 — *Proteção de interesses de brasileiros*.
  - 5.1 — Matrícula e expedição de título de nacionalidade.
  - 5.2 — Auxílio e Repartição.
  - 5.3 — Serviço Militar.
  - 5.4 — Reclamações de dívidas.

- 6.0 — *Passaportes*.
    - 6.1 — Passaportes brasileiros. Expedição e prorrogação.
    - 6.2 — Passaportes estrangeiros. Vistos.
  - 7.0 — *Renda Consular*.
    - 7.1 — Emolumentos consulares. Isenções.
    - 7.2 — Estampilhas. Escrituração. Conta bancária especial. Recolhimento à Delegacia do Tesouro.
- PROMOÇÃO COMERCIAL
- 1.0 — *O sistema de promoção comercial*.
    - 1.1 — O comércio exterior e a promoção comercial.
    - 1.2 — O Ministério das Relações Exteriores e a Promoção Comercial: o que promover, como promover, onde promover.
    - 1.3 — A função da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, da rede consular e das Missões diplomáticas.
    - 1.4 — A Comissão Coordenadora de Promoção Comercial. Órgãos componentes. Atribuições.
    - 1.5 — A Secretaria Geral Adjunta para a Promoção Comercial.
    - 1.6 — O papel da CACEX.
    - 1.7 — A COLESTE.
  - 2.0 — *A promoção comercial na Secretaria de Estado*.
    - 2.1 — Coordenação dos Setores de Promoção Comercial no Exterior.
    - 2.2 — Planejamento e organização da participação brasileira em feiras e exposições internacionais.
    - 2.3 — A programação da promoção comercial.
    - 2.4 — A divulgação no Brasil dos resultados obtidos como meio de formação de uma mentalidade de exportação.
    - 2.5 — A organização de viagens de homens de Governo e de exportadores brasileiros a mercados potenciais.
  - 3.0 — *O papel da CACEX na promoção comercial*.
    - 3.1 — Assistência ao exportador já existente.
    - 3.2 — Divulgação no Brasil de oportunidades comerciais.

- 3.3 — Assistência ao exportador potencial.
- 3.4 — Documentação e publicações.
- 4.0 — Os setores de *promoção comercial no exterior*.
  - 4.1 — Infra-estrutura dos Setores.
  - 4.2 — Contactos com o importador estrangeiro.
  - 4.3 — Estudos de mercado.
  - 4.4 — Assistência ao exportador brasileiro.
  - 4.5 — Divulgação no exterior de oportunidades comerciais. Concorrências públicas.
  - 4.6 — Participação em feiras e exposições internacionais
  - 4.7 — Organização de viagens de importadores estrangeiros ao Brasil.

## LEGISLAÇÃO

PORTARIA MINISTERIAL DE 25 DE JANEIRO DE 1968

O Ministro de Estado das Relações Exteriores considerando o disposto no art. 50 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967, e atendendo ao que lhe expôs o Diretor do referido Instituto, resolve baixar as seguintes normas para a concessão de bolsas-de-estudo aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e aos candidatos que efetuem o estágio de formação do Concurso de Provas para a mesma carreira:

I — As bolsas serão fixadas de modo a atender, dentro dos recursos disponíveis, a totalidade dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e dos estagiários do Curso de Provas, ressalvados o disposto no item III desta Portaria.

II — O período de concessão de bolsas corresponderá ao ano letivo.

III — Não fará jus à bolsa o aluno ou estagiário que perceba ou venha a perceber dos cofres públicos retribuição de qualquer natureza, exceto se inferior ao valor da bolsa, caso em que lhe será concedido um complemento até o montante desta.

IV — O Diretor do Instituto Rio-Branco fixará os critérios e valores a vigorarem anualmente, de acordo com as presentes normas.

V — Ficam revogadas as disposições anteriores sobre concessão de bolsas-de-estudo.

Brasília, em 25 de janeiro de 1968.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO.

(Publicada no *Diário Oficial* de 1-2-68)

PORTARIA MINISTERIAL Nº 213, DE 19 DE MARÇO DE 1968

O Ministro de Estado das Relações Exteriores usando das atribuições que lhe confere o art. 76 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961;

tendo em vista o disposto nos arts. 15 e 42 e seu parágrafo único, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967;

considerando o disposto no item XI da Portaria nº 197, de 17 de julho de 1967; e

atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto Rio-Branco, resolve:

Para os alunos que ingressaram no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata amparados pelo item XI da Portaria nº 197, de 17 de julho de 1967, a nota final do Curso será a média ponderada da média aritmética das notas de Francês e Inglês da 3ª Fase do Concurso de Provas e das médias globais do 1º e 2º Ano, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Brasília, em 19 de março de 1968.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO.

(Publicada no *Diário Oficial* de 27-3-68)

PORTARIA MINISTERIAL Nº 214, DE 19 DE MARÇO DE 1968

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o art. 76 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961;

tendo em vista o disposto no art. 42, e seu parágrafo único, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967, e

atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto Rio-Branco, resolve:

baixar as seguintes normas complementares da Portaria nº 197, de 17 de julho de 1967, relativa ao Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata:

I — O Estágio de Formação (4ª Fase do Concurso) compreenderá dois períodos:

1º Período: 1ª Parte — 8 semanas de estudo intensivo, em regime de seminário, das seguintes matérias:

Política Internacional  
Economia  
Direito Internacional Público.

2ª Parte — 16 semanas durante as quais serão ministradas as seguintes matérias:

Política Internacional  
Economia  
Direito Internacional Público  
Direito Internacional Privado.

2º Período: 8 semanas de estudo intensivo, em regime de seminário, das seguintes matérias:

Geografia Política  
História das Relações Exteriores do Brasil  
Orientação Profissional.

II — As provas correspondentes à 4ª Fase do Concurso serão escritas e efetuar-se-ão logo após o término do período em que hajam sido ministradas.

III — Aplicam-se aos candidatos que efetuem o Estágio de Formação as disposições vigentes sobre a frequência dos Alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

IV — Durante o Estágio de Formação, haverá para cada matéria provas periódicas, cujo número, tipos e épocas serão fixados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

V — O Diretor do Instituto Rio-Branco baixará as instruções complementares que se fizerem necessárias.

Brasília, em 19 de março de 1968.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO.

(Publicada no *Diário Oficial* de 27-3-68)

PORTARIA Nº 8, DE 5 DE ABRIL DE 1968

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso VIII, do Regimento do Instituto, aprovado pelo Decreto nº 24.883, de 28 de abril de 1948,

considerando que as provas de seleção prévia do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata têm por objetivo medir o grau de maturidade e o nível mínimo de conhecimentos que os candidatos devem possuir para se submeterem às provas vestibulares finais, resolve:

I — Ficam dispensados das provas de seleção prévia do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplo-

mata a se realizarem em 1968 os candidatos que tenham sido aprovados:

- a) nas provas finais de Português, Francês e Inglês dos Exames Vestibulares realizados a partir de outubro e novembro de 1963, inclusive;
- b) nas provas de seleção prévia realizadas a partir de 1965, inclusive; ou
- c) na 1ª fase do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata realizada em 1967.

II — Na inscrição dos candidatos a que se refere o item anterior observar-se-ão os demais requisitos estabelecidos pela legislação em vigor e o disposto nas Instruções que acompanhem o Edital de convocação do Exame Vestibular.

III — Fica revogada a Portaria nº 1, de 11 de janeiro de 1967.

Rio de Janeiro, em 5 de abril de 1968.

ANTÔNIO CORRÊA DO LAGO.

(Publicada no Diário Oficial de 15-4-68)

#### PORTARIA MINISTERIAL Nº 231, DE 11 DE JULHO DE 1968

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961; tendo em vista o disposto nos arts. 26 e seu parágrafo único, 27 e seus parágrafos, 33 e seu parágrafo único, 34 e seu parágrafo único, 35, 36 e 54 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967; ouvida a Comissão de Programas e Estudos e atendendo ao que lhe propõe o Diretor do Instituto Rio-Branco, resolve baixar as seguintes normas de funcionamento do Curso de Prática Diplomática e Consular:

I — O Curso de Prática Diplomática e Consular destina-se a dar aos Diplomatas da classe inicial orientação específica sobre as tarefas que lhes correspondem em postos no exterior.

II — O Curso será realizado semestralmente, a partir do segundo semestre de 1968, e terá a duração de 10 a 12 semanas, seguidas de provas finais.

III — O Diretor do Instituto Rio-Branco fixará o calendário das atividades do Curso, bem como o número de horas dedicadas a cada matéria.

IV — A data de início do Curso em cada semestre será fixada pelo Diretor do Instituto Rio-Branco de comum acordo com o Secretário-Geral e o Chefe do Departamento de Administração.

V — O Curso, ministrado sob a forma de seminários e de aulas e trabalhos práticos, compreenderá as seguintes matérias, de conformidade com os programas em anexo:

a) Prática Diplomática:

I — Representação e Usos Diplomáticos;

II — Os Setores Político, Econômico e Cultural de uma Embaixada;

b) Prática Consular;

c) Promoção Comercial;

d) Comunicações;

e) Organização e Administração de Chancelarias.

VI — É obrigatória a participação em tôdas as atividades constantes da programação do Curso.

VII — O Diretor do Instituto Rio-Branco fixará o número máximo de faltas toleráveis, ficando na dependência de repetição do Curso o aluno que exceder esse número de faltas.

VIII — As provas finais consistirão em exames práticos e será considerado aprovado o aluno que obtiver a média global mínima de 65 pontos e a nota mínima de 50 pontos em cada matéria.

IX — As notas serão graduadas de zero a cem, admitidas até duas decimais.

X — Ao aluno que concluir o Curso será conferido um certificado.

XI — Os Diplomatas da classe inicial nomeados a partir de 1967 só poderão ser removidos para o exterior se aprovados no Curso.

XII — A organização das turmas obedecerá aos seguintes critérios:

a) o número de vagas será fixado pelo Diretor do Instituto Rio-Branco de comum acordo com o Secretário-Geral e o Chefe do Departamento de Administração;

b) no início de cada semestre, o Chefe do Departamento de Administração indicará ao Secretário-Geral os nomes dos Diplomatas sujeitos à realização do Curso;

c) dentro do número de vagas fixado na forma da alínea a, o Secretário-Geral comunicará ao Diretor do Instituto Rio-Branco os nomes dos Diplomatas que devam ser matriculados no semestre em curso;



d) a constituição das turmas se fará na ordem da antiguidade de classe; excepcionalmente, o Secretário-Geral poderá transferir para a turma seguinte o Diplomata que deva desempenhar comissão temporária no exterior de caráter inadiável.

XIII — A critério do Diretor do Instituto Rio-Branco e dentro do número de vagas fixado na forma do item XII, alínea a, poderão ser admitidos como ouvintes Diplomatas não sujeitos à obrigatoriedade do Curso;

XIV — Os Diplomatas serão matriculados no Curso sem prejuízo de suas funções nos órgãos em que se encontrem lotados.

XV — O Diretor do Instituto Rio-Branco designará os professores, aprovará os programas analíticos e adotará as demais providências necessárias ao funcionamento do Curso.

Brasília, em 11 de julho de 1968.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO.

Publicada no Diário Oficial de 16 de julho de 1968.

PORTARIA Nº 17, DE 12 DE JULHO DE 1968

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o artigo 34, parágrafo único, do Regulamento aprovado pelo Dec. nº 60.355, de 10 de março de 1967, e tendo em vista o disposto no item VII da Portaria Ministerial nº 231, de 11 de julho de 1968,

Resolve:

I — Para serem admitidos às provas finais, os alunos do Curso de Prática Diplomática e Consular deverão ter assistido no mínimo a 80% dos seminários e das aulas e trabalhos práticos.

II — Será automaticamente desligado do Curso o aluno que venha a exceder o número de faltas toleradas.

III — Fica revogada a Portaria nº 5, de 18 de março de 1960.

Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1968.

ANTONIO CORRÊA DO LAGO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 6 de maio ao dia 21 de junho de 1968, na sede

do Instituto, na avenida Presidente Vargas, 62, 4º andar, Rio de Janeiro, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o qual obedecerá às Instruções que acompanham o presente Edital e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 170, de 2 de fevereiro de 1967 (Diário Oficial de 15 de fevereiro de 1967).

É fixado em 30 (trinta) o número de vagas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a serem providas pelos candidatos aprovados no Exame Vestibular, os quais serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação.

Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1968.

CIRCULAR Nº 1

2º Ano do C.P.C.D.  
Regime escolar

O Diretor do Instituto Rio-Branco cumprimenta os Senhores Professores e Alunos do 2º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e lhes transmite informações relativas ao regime escolar que vigorará no ano letivo de 1968.

I — Ano Letivo

O ano letivo se dividirá em dois períodos, cada um com 16 semanas de aulas e tempo adicional destinado às provas finais:

1º período — 8 de janeiro a 3 de maio;  
provas finais de 6 a 11 de maio;

2º período — 20 de maio a 6 de setembro;  
provas finais a partir de 9 de setembro.

II — Distribuição de matérias e horários

1. As matérias obedecerão à seguinte seriação:

	1º Período	2º Período
Português — Inglês	Economia II	Português — Francês
Economia II	Política Internacional II	Economia II
Política Internacional II	Direito Internacional Público	Política Internacional II
Direito Internacional Público	Orientação Profissional	Direito Internacional Público
Orientação Profissional		Direito Internacional Privado

### III — Regime didático

1. Na execução dos programas das diversas matérias, serão adotados como método de ensino, conforme o assunto, aulas de preleção, conferências, seminários, aulas e trabalhos práticos, pesquisas individuais e em grupo, exercício, arguições e visitas a centros de interesse.
2. Visar-se-á principalmente a desenvolver a iniciativa dos alunos, acostumá-los a realizar estudos e pesquisas, bem como a expor e debater em classe, e, de um modo geral, a prepará-los para situações reais de trabalho profissional.
3. Professores orientadores darão assistência aos alunos fora das aulas, em horário previamente estabelecido.
4. A cadeia de Português não se regerá pelo sistema de aulas. Será realizado um controle sistemático dos conhecimentos da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias. Nos casos em que os alunos revelem deficiências marcantes, o Professor poderá convocá-los, por grupos, para reuniões de revisão. A nota final de Português será a média das notas atribuídas durante o ano letivo em resultado da referida apreciação.
5. Para melhor aproveitamento no estudo de Francês e Inglês, os alunos poderão ser agrupados, em turmas, de acordo com critérios estabelecidos pelos Professores.

### IV — Frequência

1. É obrigatória a frequência às aulas e conferências, bem como a participação em provas, seminários e demais trabalhos escolares.
2. Os alunos apresentar-se-ão à primeira aula com a devida antecedência, para fins de verificação de presença, e deverão encontrar-se na aula na hora fixada para início de cada aula. Qualquer atraso será considerado falta.
3. Só serão admitidos às provas finais os alunos que tiverem assistido efetivamente a, pelo menos, 80% das aulas de cada matéria (nestas incluídas as demais sessões escolares). Os que, por motivo justo, tiverem mais de 20% de faltas em qualquer matéria terão

a sua matrícula trancada, sendo-lhes concedida nova matrícula, uma só vez e no ano letivo imediato. Não terão direito a nova matrícula os alunos que não justificarem devidamente as faltas em excesso aos 20% tolerados.

### V — Regime de provas

1. Para cada matéria, em cada ano letivo, haverá provas periódicas e uma prova final.
2. As provas periódicas poderão ter a forma de exames escritos ou orais, exercícios escolares, monografias e exposições sobre trabalhos de pesquisa. O número, os tipos e as épocas das provas de cada matéria serão fixados pelo Diretor, por proposta do respectivo Professor.
3. As provas finais de Francês e Inglês serão escritas e orais. As provas das demais matérias serão apenas escritas, observado o disposto no item III-4, no tocante a Português.
4. Os trabalhos escolares preparados fora de classe deverão ser entregues rigorosamente dentro dos prazos fixados para a sua apresentação.

### VI — Regime de notas

1. As notas serão graduadas de zero a cem, admitidas até duas decimais.
2. A nota final de cada matéria será a média aritmética das notas das provas periódicas e da prova final.
3. A média global do ano letivo será a média aritmética das notas finais das matérias do referido ano.
4. A nota final do Curso será a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo. A nota final será calculada atribuindo-se peso 1 à média global do Exame Vestibular e peso 2 à média global de cada ano.

### VII — Aprovação

Ficará habilitado a receber o certificado de conclusão do Curso, o aluno que obtiver a média global mínima de 65 pontos e a nota final mínima de 50 pontos em cada matéria.

### VIII — Segunda época

1. Ao aluno que obtiver média global igual ou superior a 65 pontos, mas não houver logrado a nota final mínima em uma só matéria, será facultado requeerer exame de segunda época. Neste caso, a nota final da matéria passará a ser a média ponderada das notas das provas de que trata o item V desta Circular e da nota do exame de segunda época, com pesos respectivamente iguais a 3 e 2.
2. A média global do ano letivo será sempre a obtida em primeira época, não se computando, para esse efeito, o resultado do exame de segunda época.

### IX — Repetência

Será permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que:

1. Se bem aprovado em todas as matérias, não obtiver a média global mínima de 65 pontos;
2. Se encontre na situação prevista no item VIII, inciso 1, desta Circular e não haja obtido os pontos necessários no exame de segunda época;
3. Por motivo justo, haja excedido os 20% de faltas admissíveis.

Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1968.

### CIRCULAR Nº 2

#### 1º Ano do C.P.C.D. Regime escolar

O Diretor do Instituto Rio-Branco cumprimenta os Senhores Professores e Alunos do 1º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e lhes transmite informações relativas ao regime escolar que vigorará no ano letivo de 1968.

#### I — Ano Letivo

1. O ano letivo se dividirá em dois períodos, cada um com 16 semanas de aulas e tempo adicional destinado às provas finais:

1º período — 25 de março a 12 de julho;  
provas finais de 15 a 19 de julho;

2º período — 29 de julho a 14 de novembro;  
provas finais a partir de 18 de novembro.

2. As matérias obedecerão à seguinte seriação:  
1º Período  
2º Período

Português — Francês — Inglês	Português — Francês — Inglês
Economia I	Economia I
Geografia Política	Política Internacional I
História das Relações Exteriores do Brasil	Direito Civil
Direito Constitucional e Administrativo.	Direito Comercial.

### II — Organização e horários

1. O 1º Ano compreenderá duas Seções, conforme a relação que acompanha esta circular.
2. Haverá aulas conjuntas e aulas para cada Seção: as conjuntas serão realizadas na Sala nº 1; as correspondentes às Seções I e II serão dadas, durante o 1º período letivo, nas Salas nºs 1 e 3, respectivamente.
3. Os seminários de Geografia e História obedecerão a horário especial para cada Seção.

### III — Regime didático

1. Na execução dos programas das diversas matérias, serão adotados como método de ensino, conforme o assunto, aulas de preleção, conferências, seminários, aulas e trabalhos práticos, pesquisas individuais e em grupo, exercícios, arguições e visitas a centros de interesse.
2. Visar-se-á principalmente a desenvolver a iniciativa dos alunos, acostumá-los a realizar estudos e pesquisas, bem como a expor e debater em classe, e, de um modo geral, a prepará-los para situações reais de trabalho profissional.
3. Sempre que necessário, Professores orientadores darão assistência aos alunos fora das aulas, em horário previamente estabelecido.
4. A cadeira de Português não se regerá pelo sistema de aulas. Será realizado um controle sistemático dos conhecimentos da língua através da apreciação, sob

os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias. Nos casos em que os alunos revelem deficiências marcantes, o Professor poderá convocá-los, por grupos, para reuniões de revisão. A nota final de Português será a média das notas atribuídas durante o ano letivo em resultado da referida apreciação.

5. Para melhor proveitamento no estudo de Francês e Inglês, os alunos de cada Seção poderão ser agrupados em turmas, de acordo com critérios estabelecidos pelos Professores. Sempre que necessário, além das aulas programadas para as diferentes turmas, os alunos poderão receber, individualmente ou em grupos, treinamento complementar audio-visual.

#### IV — Freqüência

1. É obrigatória a freqüência às aulas e conferências, bem como a participação em provas, seminários e demais trabalhos escolares.
2. Os alunos apresentar-se-ão à primeira aula com a devida antecedência, para fins de verificação de presença, e deverão encontrar-se na sala na hora fixada para início de cada aula. Qualquer atraso será considerado falta.
3. Só serão admitidos às provas finais os alunos que tiverem assistido efetivamente a, pelo menos, 80% das aulas de cada matéria (nestas incluídas as demais sessões escolares). Os que, por motivo justo, tiverem mais de 20% de faltas em qualquer matéria terão a sua matrícula trancada, sendo-lhes concedida nova matrícula, uma só vez e no ano letivo imediato. Não terão direito a nova matrícula os alunos que não justificarem devidamente as faltas em excesso aos 20% tolerados.

#### V — Regime de provas

1. Para cada matéria haverá provas periódicas e uma prova final.
2. As provas periódicas poderão ter a forma de exames escritos ou orais, exercícios escolares, monografias e exposições sobre trabalhos de pesquisa. O

número, os tipos e as épocas das provas de cada matéria serão fixados pelo Diretor, por proposta do respectivo Professor.

3. As provas finais de Francês e Inglês serão escritas e orais. As provas das demais matérias serão apenas escritas, observado o disposto no item III-4, no tocante a Português.
4. Os trabalhos escolares preparados fora de classe deverão ser entregues rigorosamente dentro dos prazos fixados para a sua apresentação.

#### VI — Regime de notas

1. As notas serão graduadas de zero a cem, admitidas até duas decimais.
2. A nota final de cada matéria será a média aritmética das notas das provas periódicas e da prova final.
3. A média global do ano letivo será a média aritmética das notas finais das matérias do referido ano.
4. A nota final do Curso será a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.
5. Para os alunos que ingressaram no C. P. C. D. amparados pelo item XI da Portaria Ministerial nº 197, de 17 de julho de 1967, a nota final do Curso será a média ponderada da média aritmética das notas de Francês e Inglês da 3ª fase do Concurso de Provas e das médias globais de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

#### VII — Aprovação

Para aprovação em cada ano letivo é exigida média global mínima de 65 pontos e nota final mínima de 50 pontos em cada matéria.

#### VIII — Segunda época

1. Ao aluno que obtiver média global igual ou superior a 65 pontos, mas não houver logrado a nota final mínima em uma só matéria, será facultado requerer exame de segunda época. Neste caso, a nota final da matéria passará a ser a média ponderada das

notas das provas de que trata o item V desta Circular e da nota do exame de segunda época, com pesos respectivamente iguais a 3 e 2.

2. A média global do ano letivo será sempre a obtida em primeira época, não se computando, para êsse efeito, o resultado do exame de segunda época.

#### IX — Repetência

Será permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que:

1. se bem aprovado em tôdas as matérias, não obtiver a média global mínima de 65 pontos;
2. se encontre na situação prevista no item VIII, inciso 1, desta Circular e não haja obtido os pontos necessários no exame de segunda época;
3. Por motivo justo, haja excedido os 20% de faltas admissíveis.

#### X — Regulamento do Instituto

Juntamente com esta Circular é distribuído o Regulamento do Instituto Rio-Branco. Pedem-se a atenção dos Alunos especialmente para o disposto no Título I, Capítulo I, Seção VI, artigos 19 a 25.

Rio de Janeiro, em 25 de março de 1968.

#### CIRCULAR Nº 3

*Estágio de Formação.*

*Organização e funcionamento.*

O Diretor do Instituto Rio-Branco cumprimenta os Senhores Professores e Candidatos que participam do Estágio de Formação do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata e lhes transmite informações sobre a organização e o funcionamento do referido estágio.

#### I — Organização e horários

O Estágio de Formação compreenderá dois períodos:

##### 1º Período:

- 1ª parte — 8 semanas (25 de março a 17 de maio) de estudo intensivo, em regime de seminário, das seguintes matérias:  
Política Internacional

Economia

Direito Internacional Público

- 2ª parte — 16 semanas (20 de maio a 6 de setembro) durante as quais serão ministradas as seguintes matérias:

Política Internacional

Economia

Direito Internacional Público

Direito Internacional Privado

##### 2º Período:

- 8 semanas (23 de setembro a 14 de novembro) de estudo intensivo, em regime de seminário, das seguintes matérias:

Geografia Política

História das Relações Exteriores do Brasil

Orientação Profissional.

#### II — Regime didático

1. Os programas de estudos são os que se encontram em vigor para as matérias correspondentes do C.P.C.D.
2. Na execução dos programas das diversas matérias, serão adotados como método de ensino, conforme o assunto e a fase do estágio, aulas de preleção, conferências, seminários, aulas e trabalhos práticos, pesquisas individuais e em grupo, exercícios, arguições e visitas a centros de interesse.
3. Visar-se-á principalmente a desenvolver a iniciativa dos estagiários, acostumá-los a realizar estudos e pesquisas, bem como a expor e debater em classe, e, de um modo geral, a prepará-los para situações reais de trabalho profissional.
4. Durante o Estágio de Formação, haverá para cada matéria provas periódicas, que poderão ter a forma de exames escritos ou orais, exercícios escolares, monografias e exposições sobre trabalhos de pesquisa. O número, os tipos e as épocas das provas de cada matéria serão fixados pelo Diretor, por proposta do respectivo Professor.
5. Os trabalhos escolares preparados fora de classe deverão ser entregues rigorosamente dentro dos prazos fixados para a sua apresentação.

6. As notas serão graduadas de zero a cem, admitidas até duas decimais.

III — *Frequência*

1. É obrigatória a frequência às aulas e conferências bem como a participação em provas, seminários e demais trabalhos escolares.
2. Os estagiários apresentar-se-ão à primeira aula com a devida antecedência, para fins de verificação de presença, e deverão encontrar-se na sala na hora fixada para o início de cada aula. Qualquer atraso será considerado falta.
3. Só serão admitidos às provas da 4ª Fase do Concurso os estagiários que tiverem assistido efetivamente a, pelo menos, 80% das aulas de cada matéria (nestas incluídas as demais sessões escolares). Os que, por motivo justo, tiverem mais de 20% de faltas em qualquer matéria serão desligados do Estágio de Formação, mas poderão matricular-se, em 1969, no 2º ano do C.P.C.D. Não terão direito a essa matrícula os que não justificarem devidamente as faltas em excesso aos 20% tolerados.

IV — *Provas da 4ª Fase do Concurso*

1. As provas correspondentes à 4ª Fase do Concurso serão escritas e efetuadas-se-ão:
  - a) as das matérias incluídas no 1º Período — entre 9 e 13 de setembro;
  - b) as das matérias incluídas no 2º Período — entre 18 e 22 de novembro.
2. Para aprovação nas provas da 4ª Fase do Concurso, os candidatos deverão obter a média global mínima de 65 pontos e a nota mínima de 50 pontos em cada matéria. A média global será a média aritmética das notas das diversas matérias. A nota final do Concurso será a média aritmética das médias globais da 3ª e 4ª Fases.

V — *Matrícula no 2º Ano do C.P.C.D.*

Os candidatos que não lograrem aprovação na quarta fase do Concurso poderão matricular-se, em 1969, no 2º Ano do Curso de Preparação à Carreira

de Diplomata, desde que se encontrem em uma das situações abaixo indicadas:

- a) hajam, obtido nota mínima de 50 pontos em cada matéria, sem lograr a média global de 65 pontos;
- b) hajam obtido a média global mínima de 65 pontos, mas não tenham logrado a nota mínima em uma só matéria; ou
- c) hajam excedido, por motivo justo, o número de faltas admissíveis fixado para o Estágio de Formação.

V — *Regulamento do Instituto*

Juntamente com esta Circular é distribuído o Regulamento do Instituto Rio-Branco. Pedem-se a atenção dos estagiários especialmente para o Título II, Capítulo I, Seção VI, artigos 19 a 24, cujas disposições lhes são aplicáveis.

Rio de Janeiro, em 25 de março de 1968.

CIRCULAR Nº 4

CP — 1968  
*Regime escolar.*

O Diretor do Instituto Rio-Branco cumprimenta os Senhores Professores e Alunos do Curso de Prática Diplomática e Consular e lhes transmite informações relativas ao funcionamento do Curso no segundo semestre de 1968:

I — *Período letivo*

O Curso se realizará no período de 29 de julho a 7 de outubro, à razão de 3 sessões semanais de 2 horas cada. As provas finais terão início em 9 de outubro.

II — *Local e horário*

O Curso será dado no Salão de Conferências do Palácio Itamaraty, às 2ªs, 4ªs e 6ªs feiras, das 14 às 16 horas.

III — *Currículo*

1. O Currículo compreende:

Organização e Administração	10 h — 5 sessões
de Chancelarias	10 h — 5 sessões
Comunicações	10 h — 5 sessões

Prática Diplomática I .....	12 h	—	6 sessões
Prática Diplomática II .....	10 h	—	5 sessões
Prática Consular .....	10 h	—	5 sessões
Promoção Comercial .....	10 h	—	5 sessões

2. O programa de Comunicações compreenderá também 4 horas de prática individual na Divisão de Comunicações.

#### IV — *Regime didático*

O Curso será ministrado sob a forma de seminários e de aulas e trabalhos práticos. Visar-se-á principalmente a preparar os alunos para situações reais de sua vida profissional.

#### V — *Frequência*

1. É obrigatória a frequência às aulas bem como a participação nas provas e em todas as atividades constantes da programação do Curso.
2. Para serem admitidos às provas finais os alunos deverão ter assistido a no mínimo 80% dos seminários e das aulas e trabalhos práticos. Será automaticamente desligado do Curso o aluno que venha a exceder o número de faltas toleradas.

#### VI — *Aprovação*

1. Haverá uma nota para cada matéria, a ser atribuída por ocasião das provas finais. A média global será a média aritmética das notas dessas provas. As notas serão graduadas de zero a cem, admitidas até duas decimais.
2. Ficará habilitado a receber o certificado de conclusão do Curso o aluno que obtiver a média global mínima de 65 pontos e a nota mínima de 50 pontos em cada matéria.

Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1968.

## CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

(C. P. C. D.)

Em 1969, o ano letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata teve início a 3 de março e terminou a 12 de dezembro, com o seguinte desdobramento:

### 1º Ano

1º período — 3 de março a 27 de junho;

2º período — 11 de agosto a 28 de novembro, seguido das provas finais.

### 2º Ano

1º período — 10 de março a 4 de julho;

2º período — 4 de agosto a 21 de novembro, seguido das provas finais.

### 1º ANO

#### CORPO DOCENTE

Pelas Portarias nºs 5, 10, 15, 16 e 18, respectivamente de 10 de fevereiro, 24 de julho, 14 de agosto, 18 de agosto e 23 de setembro de 1969, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes coordenadores e professores:

#### DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS

##### *Português*

Secretário Márcio Fortes de Almeida

##### *Francês*

Professor André Selon



*Inglês*

Professores Sara Burkitt e  
Bernard Noel King (substituto)

Para integrar, com os respectivos titulares, as bancas das provas orais de Francês e de Inglês, foram designados os Professores Jacques Auger e Kenneth James Payne.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA

Coordenador — Embaixador Ramiro Elysis Saraiva Guerreiro  
Coordenador substituto — Ministro Jorge Alberto de Seixas Corrêa

*Geografia Política*

Professora Bertha Koiffmann Becker

*História das Relações Exteriores do Brasil*

Coordenador — Professor Américo Jacobina Lacombe  
Professor Vicente Costa Santos Tapajós

*Pensamento Político Contemporâneo*

Secretário Marcílio Marques Moreira

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Coordenador — Professor Mário Henrique Simonsen  
*Teoria Microeconômica e Teoria Macroeconômica*  
Professor Alfredo Luiz Baumgarten Jr.

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Coordenador — Professor Haroldo Teixeira Valladão  
*Direito Comercial*

Professor Theophilo de Azeredo Santos

*Direito Civil*

Professores Ebert Vianna Chamoun e  
Mário Alexandre Campos Mendonça (substituto)

*Direito Constitucional*

Secretário Raphael Valentino Sobrinho

CORPO DISCENTE

Cursaram o 1º Ano 22 alunos aprovados no Exame Vestibular realizado de julho a outubro de 1968, os quais foram promovidos ao 2º Ano com a seguinte classificação (\*):

- Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos
- Vitória Alice Cleaver
- Sergio Silva Amaral
- Artur Vivacqua Correa Meyer
- Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares
- Gerson Machado Pires Filho
- Isis Martins Ribeiro de Andrade
- Sergio Augusto de Abreu e Lima Florencio Sobrinho
- Isnard Penha Brasil Júnior
- Renate Stille
- Luiz Antonio Fachini Gomes
- Alexandre Ruben Milito Gueiros
- Paulo Sergio Pontes da Silva Mafra
- Ana Maria Gomes
- Gilda Ohanian Nunes
- Antonio José Rezende de Castro
- Luiz Alves da Fonseca Costa
- Geraldo Affonso Muzzi
- Ricardo Drumond de Mello
- Julio Cezar Zelner Gonçalves
- Luiz Guilherme de Moraes
- Celso Lemos da Costa Bello

2º ANO

CORPO DOCENTE

Pelas Portarias nºs 5, 6, 7, 11, 12, 18 e 19, respectivamente de 10 de fevereiro, 7 de abril, 21 de maio, 24 de julho, 25 de julho, 23 de setembro e 17 de outubro de 1969, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes coordenadores e professores:

(\*) Quatro alunos, amparados pelo disposto no § 1º do artigo 17 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, deverão submeter-se a exame de 2ª época.

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS

*Português*

Secretário Márcio Fortes de Almeida

*Francês*

Professores Adrien Renault e  
Jacques Auger (substituto)

*Inglês*

Professores Sara Burkitt e  
Bernard Noel King (substituto)

Para integrar, com os respectivos titulares, as bancas das provas orais de Francês e Inglês, foram designados os Professores André Selon e Kenneth James Payne.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA

Coordenador — Embaixador Ramiro Elysis Saraiva Guerreiro  
Coordenador substituto — Ministro Jorge Alberto de Seixas Corrêa

*Relações Internacionais*

Embaixador Ramiro Elysis Saraiva Guerreiro  
Secretário Raphael Valentino Sobrinho

*Teorias de Política Internacional*

Secretário Ivan Velloso da Silveira Batalha

*Problemas Internacionais Contemporâneos*

Secretários Alvaro da Costa Franco Filho,  
Raphael Valentino Sobrinho e  
Ivan Velloso da Silveira Batalha (substituto)

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Coordenador — Professor Mário Henrique Simonsen  
Coordenador dos Seminários e Conferências — Professor  
Mircea Buescu

*Relações Econômicas Internacionais*

Professores Marco Antônio Campos Martins e  
Jacyr Heronville da Silva

*Desenvolvimento Econômico*

Professores Marco Antônio Campos Martins e  
Fernando Antonio Resende

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Coordenador — Professor Haroldo Teixeira Valladão  
*Direito Internacional Público*

Professor Carlos Alberto Dunshee de Abranches

*Direito Internacional Privado*

Professores Haroldo Teixeira Valladão e  
Hilton Rios (substituto)

DEPARTAMENTO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Coordenador — Ministro Jorge Alberto de Seixas Corrêa  
*Administração Pública e Direito Administrativo*

Professores Maria Eugenia Corrêa Lima Cavagnari e  
Jacintho Francisco Paiva Netto.

*Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores*

Secretário Márcio Fortes de Almeida

CORPO DISCENTE

A turma que concluiu o C.P.C.D. em 3 de dezembro foi constituída dos seguintes alunos, relacionados na ordem de classificação final:

Gelson Fonseca Júnior  
Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Beneditini  
Lucio Pires de Amorim  
José Vicente de Sá Pimentel  
José Antonio de Castello Branco de Macedo Soares  
Margarida Zobatan  
José Augusto Lindgren Alves  
Cesar de Faria Domingues Moreira  
Pedro Luiz Carneiro de Mendonça  
Haroldo Teixeira Valladão Filho  
Maria Celina de Azevedo Rodrigues  
Godofredo Rayol Almeida Santos  
Guilherme Fausto da Cunha Bastos  
Clóvis Abuhamad  
Oswaldo Eurico Balthazar Portella  
Tomas Mauricio Guggenheim  
Antonino Lisboa Mena Gonçalves  
Joaquim Arnaldo de Paiva Oliveira

blemas Internacionais Contemporâneos», «Desenvolvimento Econômico», «Direito Internacional Público», «Administração e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores e «Administração Pública e Direito Administrativo».

PROBLEMAS INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

*Descolonização* — Secretário Sérgio Nabuco de Castro  
*Fundo do Mar* — Secretário José Maurício Bustani  
*Espaço Cósmico* — Secretário Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro

*Grupos Regionais nas Nações Unidas* — Secretário Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro

*Desarmamento, Tratado de Tlatelolco, Tratado de Não-Proliferação* — Secretário Sérgio de Queiroz Duarte

*Aspectos Gerais e Comuns da Posição do Brasil em Relação à «Descolonização», «Fundo do Mar», «Espaço Cósmico» e «Desarmamento»* — Embaixador Ramiro Elysis Saraiva Guerreiro.

*Nações Unidas* — Ministro David Silveira da Mota Junior  
*Estados Unidos e Rússia* — Ministro Carlos Calero Rodrigues  
*O Papel da China no Cenário Mundial* — Embaixador Miguel Álvaro Osório de Almeida

*Desarmamento* — Embaixador João Augusto de Araújo Castro  
*Oriente Médio* — Secretário Antonio Amaral Sampaio

*O Brasil e o Sistema Interamericano* — Ministro Sérgio Portella de Aguiar

*Amazônia* — Ministro Alarico da Silveira Júnior  
*Relações Econômicas entre Brasil e Estados Unidos* — Ministro Luiz Augusto Pereira Souto-Maior

*Estratégia Militar e Desarmamento* — Tenente-Brigadeiro Nelson Freire Lavêner Wanderley

*Relações Brasil e Estados Unidos* — Embaixador Lauro Escorel Rodrigues de Moraes

*Relações Brasil-Bolívia* — Secretário Luiz Felipe de Seixas Corrêa

*Brasil-Prata* — Conselheiro Sizinio Pontes Nogueira

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

*Tecnologia* — Professor David Antônio da Silva Carneiro  
*Problema Agrário* — *Padrões de Consumo e Desenvolvimento* — Professor Julian Magalhães Chacel

Antonio Carlos Vereza Coutinho  
Antonio José l'elles Bueno  
Fausto Fernando Rocha Cardona  
Joaquim Augusto Whitaker Salles  
Marcos Borges Duprat Ribeiro  
Luiz Sergio Gama Figueira  
José Alfredo Graça Lima  
Renato Luiz Rodrigues Marques  
Elim Saturnino Ferreira Dutra  
Affonso José Santos  
Wilmary Dias Maciel  
Carlos Alberto Ferreira Guimarães  
Annamaria Angela Mosella Pereira da Silva  
Luiz Fernando de Freitas Ligiéro  
Washington Luis Pereira de Souza Neto  
Sergio Ney Medeiros de Carvalho  
Paulo Alberto da Silveira Soares  
André Mattoso Maia Amado  
Ronaldo Edgar Dunlop  
Maria Helena de Mattos Pimenta  
Almir Franco de Sá Barbuda  
Luiz Tupy Caldas de Moura  
Ricardo Luiz Viana de Carvalho  
Armando Vitor Boisson Cardoso  
Ronaldo de Campos Vêras  
Marcio Botelho Serra do Valle Pereira  
Raul Euclides Aranha d'Escragnolle Taunay  
Julio Celso Ramos  
Antonio Humberto dos Cavalcanti de Albuquerque e Fontes Braga

Abílio Machado Cantuária  
Raul Campos e Castro  
Roberto Pessôa da Costa

Fizeram jus ao «Prêmio Rio-Branco» os alunos Gelson Fonseca Júnior — medalha de ouro, 1º lugar — e Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benedini — medalha de prata, 2º lugar.

Com a nomeação dessa turma elevou-se a 509 o número de funcionários que, desde 1947, ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco.

CONFERÊNCIAS

Dentro da programação do 2º ano do C.P.C.D. foi organizada uma série de conferências no âmbito das cadeiras de: «Pro-

*Industrialização* — Professor Isaac Kerstenetsky  
*Exportação* — Doutor Benedito Fonseca Moreira  
*Governo e Empresa* — Professor Og Francisco Leme  
*Integração* — Professor Jayme Magrassi de Sá  
*Capitais Estrangeiros* — Doutor Ernane Galvêas  
*Política Desenvolvimentista* — Professor Mário Henrique Simonsen  
*Planejamento* — Doutor João Paulo dos Reis Velloso

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

*A Conferência de Viena sobre o Direito dos Tratados* — Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO ADMINISTRATIVO

*Conceitos Atuais de Administração* — Professor Armando Bergamini de Abreu  
*Conteúdo, Filosofia e Princípios do Dec.-lei nº 200/67* — Doutor José Carlos Madeira Serrano  
*Dec.-lei nº 900* — Doutor José Carlos Madeira Serrano  
*Sistema de Pessoal* — Doutor Glauco Lessa  
*Sistema de Administração Financeira e Licitações* — Doutora Nilza Corrêa dos Santos  
*O Sistema Brasileiro de Planejamento* — *O Programa Estratégico de Desenvolvimento e suas Perspectivas* — Doutor Vinícius Fonseca  
*Introdução à Administração Orçamentária* — *Métodos de Elaboração Orçamentária* — Doutor Antonio Alves de Oliveira Neto  
*Classificação Orçamentária* — Doutor Aylton Ventura  
*Política de Orçamento, Programa* — Doutor Aylton Ventura  
*Estrutura Básica* — Doutora Norma Braga Mello  
*A Constituição Federal e a Administração Pública* — Doutor Carlos Israel Mozer Penha.

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Transferência para Brasília* — Ministro Dário Moreira de Castro Alves.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

CURSO DE PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR

(C. P.)

O Curso de Prática Diplomática e Consular previsto nos artigos 26 e seu parágrafo único e 27 e seus parágrafos, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, regeu-se pela Portaria nº 231, de 11 de julho de 1968, e foi realizado no período de 3 de fevereiro a 31 de março.

PROFESSORES

Pela Portaria nº 1, de 24 de janeiro de 1969, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

*Prática Diplomática I*

Conselheiro Guilherme Weinschenk

*Prática Diplomática II*

Primeiro Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e Silva

*Prática Consular*

Conselheiro Rinaldo de Carvalho e Silva

*Promoção Comercial*

Conferencistas: Ministros David Silveira da Mota Júnior  
Doutor Benedito Fonseca Moreira

Ministro Sergio Luiz Portella de Aguiar — Professor

*Organização e Administração de Chancelaria*

Ministro Dário Moreira de Castro Alves

*Comunicações*

Primeiro Secretário Sérgio de Queiroz Duarte

ALUNOS

Integraram a turma do C. P. 23 (\*) diplomatas que terminaram o C.P.C.D. em 1967 e 2 da turma de 1966 que por motivo

(\*) 3 componentes da turma de 1967 não cursaram o C.P. em 1969.

justificado não puderam cursá-lo em 1968. A classificação final foi a seguinte:

Luiz Felipe de Seixas Corrêa  
 Ednildo Gomes de Soárez  
 Janine-Monique Lazaro  
 Gastão Felipe Coimbra Bandeira de Mello  
 Sergio Tutikian  
 José Marcus Vinicius de Souza  
 Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira  
 Volker Pölsler  
 Carlos Moreira Garcia  
 Antonio Carlos Coelho da Rocha  
 Frederico Cezar de Araújo  
 Mário da Graça Roiter  
 Osmar Vladimir Chohfi  
 Eduardo Monteiro de Barros Roxo  
 Victor Manzolilo de Moraes  
 Paulo Afonso Souza dos Santos  
 Jom Tob de Azulay  
 Flávio Eduardo Macedo Soares Regis do Nascimento  
 Armando Sergio Frazão  
 Fausto Orlando Campello Coelho  
 Luiz Carlos de Oliveira Feldman  
 Alfredo Grieco  
 José Maurício de Figueiredo Bustani  
 Marcus Camacho de Vincenzi  
 Fernando José Moura Fagundes

#### APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS LOTADOS NO EXTERIOR

Dentro do programa de aperfeiçoamento profissional no exterior, previsto no artigo 29 e seus parágrafos, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foram contemplados com auxílio financeiro, nos termos das circulares números 6.681 e 7.065, de 1967, os seguintes diplomatas matriculados em Universidades estrangeiras — alguns continuando os cursos iniciados em 1967 e 1968 e outros matriculados no corrente ano:

Celso de Almeida Miguel Relvas — 1967/68/69 — George Washington University — (Graduate School of Arts and Science) — «Master» em Economia  
 Celso Luiz Nunes Amorim — 1968/69 — London School of Economics and Political Science — «Master of Philosophy» em Política Internacional

Gilberto Vergne Saboia — 1969 — George Washington University — «Money and Banking» — «International Economics»  
 João Gualberto Marques Pôrto — 1969 — George Washington University — «Master» em «International Affairs», com especialização em Economia Internacional.  
 João Paulo da Silva Paranhos do Rio-Branco — 1968/69 — Tulane University — Doutorado em Economia  
 José Jerônimo Moscardo de Souza — 1967/68/69 — Columbia University (Graduate Faculty of Political Science) — «Master» em Ciência Política  
 Márcio Régio Monteiro — 1967/68/69 — Massachusetts Institute of Technology (M. I. T.) — Doutorado em Ciência Política  
 Milton Torres da Silva — 1969 — University of California (Berkeley) — Curso de Ciência Política  
 Pedro Paulo Pinto Assumpção — 1967/68/69 — George Washington University — (Graduate School of Arts and Science) — «Master» em Economia  
 Samuel Pinheiro Guimarães Neto — 1968/69 — Boston University — (Graduate School) — «Master» em Economia.

*Inglês*

Professôres Kenneth James Payne e  
Bernard Noel King

As provas realizadas fora do Rio de Janeiro tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Cláudio Cesar de Avellar  
Brasília — Secretário Luiz Fernando do Couto Nazareth  
Pôrto Alegre — Secretário Carlos Moreira Garcia  
Recife — Secretário João Augusto de Médicis  
Salvador — Secretário Abelardo da Costa Arantes Júnior  
São Paulo — Secretário Luiz Carlos de Oliveira Feldman.

MOVIMENTO GERAL

Inscritos .....	297
Dispensados das provas (*) .....	47
Sujeitos às provas .....	250
Desistentes .....	83
Antes das provas .....	76
Durante as provas .....	7
Submeteram-se às provas .....	167
Homens .....	128
Mulheres .....	38
Aprovados .....	57

(Rio de Janeiro 50, sendo 14 do sexo feminino;  
Belo Horizonte 3; Recife 1; Pôrto Alegre 1,  
do sexo feminino; São Paulo 2, sendo 1 do sexo  
feminino).

EXAMES FÍSICOS E PSIQUICOS (\*\*)

Os exames de sanidade e capacidade física estão em curso no Instituto de Seleção, Contrôl e Pesquisa da Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Coronel-Médico Doutor Victor de Mello Schubnel. Para efetuar os exames de sanidade e capacidade psíquica foi designada a seguinte Comissão constituída de especialistas dos Institutos de Psiquiatria e Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Doutores Pedro Jorge Daguer e Sergio Ortega Terra e Psicólogos Júlia Maria de Almeida Chermont, Maria Anita Fontes Lima Carneiro Ribeiro e Paulo Sérgio Lima.

(\*) Portaria nº 14, de 13 de agosto de 1969, do Diretor do Instituto Rio-Branco.

(\*\*) Os Exames prosseguiram em 1970.

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À  
CARREIRA DE DIPLOMATA

O Exame Vestibular ao C.P.C.D., para o ano letivo de 1970, regeu-se por Edital de 13 de agosto de 1969, do Diretor do Instituto Rio-Branco, e pelos Programas e Instruções, aprovados, respectivamente, pelas Portarias Ministeriais nºs 268 e 269 de 14 de janeiro do mesmo ano.

Nos termos do Regulamento em vigor, o Exame Vestibular efetua-se em três fases:

- a) provas de seleção prévia;
- b) exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista;
- c) provas vestibulares finais.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

As inscrições para as provas de Seleção Prévia permaneceram abertas de 15 de setembro a 31 de outubro. As provas se efetuaram nos dias 4 e 5 de dezembro nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Pôrto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

A banca examinadora, presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco e assessorada pelo Conselheiro Othon Guimarães, ficou assim constituída:

*Português*

Professôres Jesus Bello Galvão,  
Evanildo Bechara e  
Márcio Fortes de Almeida

*Francês*

Professôres Jacques Auger e  
Jean Louis Declercq

teriores, nos meses de setembro e outubro, um «Ciclo de Conferências sobre Pensamento Científico Contemporâneo» para o qual se inscreveram funcionários da Carreira de Diplomata. O «Ciclo de Conferências» abordou os seguintes temas:

«Impacto do pensar científico sobre a tecnologia»

«Os dados, da experiência e do raciocínio, sobre os quais se desenvolve o pensamento matemático moderno»

«Sistemas matemáticos e suas estruturas. Conceitos — operação, corpo, grupo, anel, ideal etc.»

«Conceito de função e sua nova formulação»

«Como surgem, o que significam e para que servem as denominadas geometrias não-euclidianas»

«O macrocosmo e o microcosmo. Átomo e Galáxia. Energia e matéria. Que são partículas sub-atômicas?»

«Discontinuidade da matéria e da energia. O tempo físico-matemático. Relatividade e quanta. Anti-matéria. Homogeneidade do espaço»

«Poderia existir um tempo às avessas, que fluisse de um futuro a um passado? Que são espaços multi-dimensionais?»

«Ciência e ciência-ficção».

## CURSOS ESPECIAIS (C.E.)

ANÁLISE ESTATÍSTICA — ANÁLISE MACROECONÔMICA — PESQUISA OPERACIONAL E TEORIA DE JOGOS

Tiveram início em 4 de agosto do corrente ano, devendo prolongar-se até janeiro próximo, os Cursos Especiais destinados ao pessoal técnico do STAP (Serviço Técnico de Análise e Planejamento) bem como aos diplomatas, lotados em outros setores da Secretaria de Estado, interessados pelo assunto.

### PROFESSORES

Pela Portaria nº 13, de 25 de julho de 1969, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

#### Coordenador dos Cursos

Embaixador Miguel Álvaro Ozório de Almeida

#### Análise Estatística

Professores Alberto Mello e Souza e  
Theodoro Oniga

#### Análise Macroeconômica

Professores Alberto Mello e Souza e  
Obertal Mantovanelli Netto

#### Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos

Professor Theodoro Oniga

### CONFERÊNCIAS

#### PENSAMENTO CIENTIFICO CONTEMPORANEO

Pela Portaria nº 17, de 3 de setembro de 1969, do Diretor do Instituto Rio-Branco, foi designado o Ministro Manuel Maria Fernández Alcazar para realizar no Ministério das Relações Ex-

## PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

No início do ano de 1969 foi publicado, com a tiragem de 1.000 exemplares, o *Anuário do Instituto Rio-Branco* referente aos anos de 1966/67, cuja distribuição foi feita aos interessados e a universidades e demais instituições culturais brasileiras e estrangeiras. Organizou-se o *Anuário* relativo aos anos de 1968/69. Cabe ainda à Seção de Pesquisas e Publicações a atualização da Legislação vigente do Instituto Rio-Branco bem como a organização de uma coletânea de documentos, com o respectivo índice, referente ao Instituto desde a sua fundação.

Em dezembro de 1969, ficou decidido incluir no plano de publicações para 1970, além do *Anuário* 1968/69 e da *História do Brasil nos Velhos Mapas — Tomo II*, as seguintes obras: 1) *Coletânea de Atos Jurídicos Internacionais*, 2) *Conferência de Viena sobre o Direito dos Tratados*, 3) *Monografias sobre o Barão do Rio-Branco* (reedição).

A Seção de Pesquisas e Publicações ainda dispõe para distribuição a bibliotecas e estudiosos das seguintes publicações: *Alexandre de Gusmão* e o *Tratado de Madri* (9 tomos), *Atlas de Direito Internacional Público*, *O Brasil e o Mundo Ibérico*, *Cartas ao Amigo Ausente*, (Visconde do Rio-Branco), *Catálogo da Coleção Visconde do Rio-Branco*, *Dicionário de Direito Internacional Público*, *Esquisse de l'Histoire du Brésil* (Barão do Rio-Branco), *História do Brasil nos Velhos Mapas — Tomo I*, *Rio-Branco e Gastão da Cunha*.

## BIBLIOTECA

A Biblioteca do Instituto Rio-Branco possuía em 31 de dezembro de 1969 um acervo de 12.171 livros e 190 títulos de periódicos.

Foram adquiridas no decorrer do ano 850 obras (671 volumes e 175 folhetos):

Obras — 850 { por compra: 115  
                          { por doação ou permuta: 735

Volumes — 671 { por compra: 450  
                          { por doação ou permuta: 221

Folhetos — 175 { por compra: 16  
                          { por doação ou permuta: 159

Compras no Brasil: 88 obras, 257 volumes, 2 folhetos.

Compras no exterior: 27 obras, 193 volumes, 14 folhetos.

Excetuadas as consultas feitas na sede da Biblioteca, foi o seguinte o movimento de empréstimos:

Retirados: livros — 1895  
                  periódicos — 423



C. P. C. D.

TURMA DE 1969

**ABÍLIO MACHADO CANTUÁRIA — (Estado do Amazonas)**

Curso até o 2º ano da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**AFFONSO JOSÉ SANTOS — (Estado da Guanabara)**

Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara.

**ALMIR FRANCO DE SÁ BARBUDA — (Estado do Amazonas)**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — (Seção do Distrito Federal).

**ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO — (Estado da Guanabara)**

Curso até o 3º ano de Sociologia e Política na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**ANNAMARIA ANGELA MOSELLA PEREIRA DA SILVA — (Estado do Rio de Janeiro)**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**ANTONINO LISBOA MAIA GONÇALVES — (Estado do Rio de Janeiro)**

Aluno do Curso de Bacharelado (4º ano) da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Licenciado em Inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal Fluminense. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. «Diplôme d'Études Françaises, (5ème degré)», da Associação de Cultura Franco-Brasileira de Niterói.

**ANTÔNIO CARLOS VEREZA COUTINHO — (Estado do Espírito Santos)**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes — Rio de Janeiro, GB. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan.

**ANTÔNIO HUMBERTO DOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE E FONTES BRAGA — (Estado da Guanabara)**

Aluno do Curso de Bacharelado (4º ano) da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Curso de Língua Inglesa no Instituto Brasil-Estados Unidos (6º ano).

**ANTÔNIO JOSÉ TELLES BUENO — (Estado da Guanabara)**

Curso até a 2ª série de Economia da Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Curso de Estudos Políticos da Universidade de Lyon (1º ano). Diploma de Língua Inglesa do Instituto Brasil-Estados Unidos (6º ano). Curso de Francês para estrangeiros da Faculdade Católica de Lyon.

**ARMANDO VITOR BOISSON CARDOSO — (Estado da Guanabara)**

Curso até o 2º ano de Sociologia na Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**CARLOS ALBERTO FERREIRA GUIMARÃES — (Estado do Rio de Janeiro)**

Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II. Curso até o 3º ano de Sociologia na Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Curso Básico de Arqueologia do Centro Brasileiro de Arqueologia (1968 — Rio de Janeiro).

**CESAR DE FARIA DOMINGUES MOREIRA — (Estado do Maranhão)**

Curso até o 4º ano de Filologia Germânica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Curso até o 3º ano da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge — Instituto Britânico de Lisboa (Portugal).

**CLOVIS ABUHAMAD — (Estado do Rio de Janeiro)**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. 2º Tenente da Reserva do Exército Brasileiro.

**ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA — (Estado do Rio Grande do Sul)**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**FAUSTO FERNANDO ROCHA CARDONA — (Estado da Guanabara)**

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara. Curso o 1º ano da Faculdade de Direito Cândido Mendes.

**GELSON FONSECA JÚNIOR — (Estado da Guanabara)**

Prêmio Rio-Branco — Medalha de ouro, 1º lugar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Curso o 1º ano da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**GODFREDO RAYOL ALMEIDA SANTOS — (Estado de São Paulo)**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção do Estado da Guanabara).

**GUILHERME FAUSTO DA CUNHA BASTOS — (Estado da Guanabara)**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.

**HAROLDO TEIXEIRA VALLADÃO FILHO — (Estado da Guanabara)**  
Aluno do Curso de Bacharelado (4º ano) da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**JOAQUIM ARNALDO DE PAIVA OLIVEIRA — (Estado do Espírito Santo)**

Aluno do Curso de Bacharelado (4º ano) da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. «Certificat de Professeur de Français par les méthodes audio-visuelles du Centre de Recherches et d'Études pour la Diffusion du Français (CREDF) de Saint-Cloud (France)». «Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises de l'Université de Nancy». «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. Diplôme de conclusão do curso de Inglês do Instituto Brasil-Estados Unidos (6º ano).

**JOAQUIM AUGUSTO WHITAKER SALLES — (Estado de São Paulo)**

Curso até o 2º ano de Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**JOSÉ ALFREDO GRAÇA LIMA — (Estado da Guanabara)**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. «Diplôme de Langue» da Associação de Cultura Franco-Brasileira. «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge. Membro do «American Field Service International Scholarships».

**JOSÉ ANTÔNIO DE CASTELLO BRANCO DE MACEDO SOARES —**

(Buenos Aires — Brasileiro de acordo com o art. 129, item II, da Constituição de 1946)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge.

**JOSÉ AUGUSTO LINDGREN ALVES — (Estado do Rio de Janeiro)**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge. «Certificat Pratique de Langue Française — ler degré» da Universidade de Nancy — Associação de Cultura Franco-Brasileira.

**JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL — (Estado do Espírito Santo)**

Aluno do Curso de Bacharelado (4º ano) da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**JULIO CELSO RAMOS — (Estado da Guanabara)**

Curso até o 2º ano da Faculdade de Direito Cândido Mendes. Curso sobre «O Brasil e a Integração da América Latina», patrocinado pelo Ministério das Relações Exteriores, Banco Central do Brasil e Instituto para a Integração da América Latina (INTAL) do BID.

**LÚCIO PIRES DE AMORIM — (Estado da Guanabara)**

Aluno do Curso de Bacharelado (4º ano) da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara.

**LUIZ FERNANDO DE FREITAS LIGIÉRO** — (Estado da Guanabara)\*

Aluno do Curso de Bacharelado (4º ano) da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge. Certificado de conclusão do Curso Prático de Francês da Universidade de Nancy (1er degré).

**LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA E CRUZ BENEDINI** — (Estado da Guanabara)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de prata, 1º lugar. Prêmio Rio-Branco — Medalha de prata, 2º lugar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**LUIZ SÉRGIO GAMA FIGUEIRA** — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Curso de Língua Inglesa no «Davie's School of English» — Londres, Grã-Bretanha.

**LUIZ TUPY CALDAS DE MOURA** — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro.

**MARCIO BOTELHO SERRA DO VALLE PEREIRA** — (Estado da Guanabara)

Curso até o 2º ano de Geografia e História na Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**MARCOS BORGES DUPRAT RIBEIRO** — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsa de Estudos (1964-1965) para «Political Sciences / Liberal Arts» doada pelo «Institute of International Education» — Washington. Curso de «Far-eastern Diplomatic History» na Waseda University — Tóquio, Japão. «Lower Certificate in English» de Universidade de Cambridge.

**MARGARIDA ZOBARAN** — (Estado do Rio Grande do Sul)

Curso até o 2º ano de Línguas Anglo-Germânicas na Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**MARIA CELINA DE AZEVEDO RODRIGUES** — (Estado da Guanabara)

Aluna do 4º ano da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge.

**MARIA HELENA DE MATTOS PIMENTA** — (Estado da Guanabara)

Licenciada em Inglês pela Faculdade de Filosofia Santa Ursula. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge. «Business Course» — Marymount College — Tarrytown — Nova York, U.S.A. (1957/58).

**OSWALDO EURICO BALTHAZAR PORTELLA** — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. «Certificate of Proficiency

in English» da Universidade de Michigan. «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge.

**PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES** — (Estado da Guanabara)

Aluno do Curso de Bacharelado (4º ano) da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. «Diplôme de Langue et Civilisation Françaises de la Faculté de Nancy — 3ème degré». «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge.

**PEDRO LUIZ CARNEIRO DE MENDONÇA** — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — (Seção do Estado da Guanabara).

**RAUL CAMPOS E CASTRO** — (Estado da Guanabara)

Aluno do Curso de Bacharelado (3º ano) da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Diploma de Língua Italiana do Instituto Italiano de Cultura. Certificado do Curso Básico de Francês (Nancy — 1er degré) — Associação de Cultura Franco-Brasileira.

**RAUL EUCLIDES ARANHA D'ESCRAGNOLLE TAUNAY** — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara.

**RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES** — (Estado do Rio Grande do Sul)

Aluno do Curso de Bacharelado (5º ano) da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso completo no Instituto Cultural Brasileiro-Norte-Americano de Porto Alegre (ICBNA). «Diplôme de Langue» — Associação de Cultura Franco-Brasileira de Porto Alegre.

**RICARDO LUIZ VIANA DE CARVALHO** — (Estado do Rio de Janeiro)

Formado pela Escola Naval. 2º Tenente da Reserva da Marinha de Guerra do Brasil.

**ROBERTO PESSOA DA COSTA** — (Estado do Rio Grande do Norte)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1º ano do Curso de Pós-Graduação da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas — 1965. Curso até o 5º ano da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção do Estado da Guanabara). Aspirante a Oficial da Reserva do Exército Brasileiro.

**RONALDO DE CAMPOS VERAS** — (Estado do Rio Grande do Norte)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge. Curso de Língua Inglesa da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (7º ano). Estagiário na Procuradoria Regional do Trabalho (Rio de Janeiro — 1966).

**RONALDO EDGAR DUNLOP — (Estado da Guanabara)**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção do Estado da Guanabara).

**SÉRGIO NEY MEDEIROS DE CARVALHO — (Estado de São Paulo)**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. «Diplôme de Langue» — Associação de Cultura Franco-Brasileira. Certificado de Conclusão do Curso de Língua Inglesa do Instituto Brasil-Estados Unidos. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção do Estado da Guanabara).

**TOMAS MAURÍCIO GUGGENHEIM — (Estado da Guanabara)**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**WASHINGTON LUÍS PEREIRA DE SOUSA NETO — (Estado de São Paulo)**

Cursou até a 3ª série de Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Cursou até a 3ª série de Direito na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

**WILMARY DIAS MACIEL — (Estado de Minas Gerais)**

Bacharel e Licenciada em Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. *Cursos de Aperfeiçoamento:* a) Curso de Estudos Hispânicos, com recebimento de diploma — Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Madri. b) VII Curso Ibero-Americano para professores de ensino médio — Instituto de Cultura Hispânica de Madri. c) Curso de Estudos Superiores de Informação e Documentação Espanhola — Escola Oficial de Jornalismo de Madri. Membro do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro.

**PROGRAMAS**

EXAME VESTIBULAR  
AO CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA  
DE DIPLOMATA (1)

PORTUGUES

Literatura

Comentário crítico das seguintes obras, de leitura obrigatória:

1) *Literatura Portuguesa*

Camões — *Os Lusíadas* (visão global da obra e principais episódios dos Cantos III, IV, V e IX)  
Vieira — *Sermões* (em antologias)  
Camilo Castelo Branco — *Amor de Salvação*  
Antero de Quental — *Sonetos*  
Eça de Queirós — *Os Maias*  
Fernando Pessoa — *Cancioneiro*

2) *Literatura Brasileira*

Gonçalves Dias — *Segundos Cantos e Novos Cantos*  
José de Alencar — *Iracema*  
Machado de Assis — *Memorial de Aires*  
Olavo Bilac — *Tarde*  
José Lins do Rêgo — *Fogo Morto*  
Graciliano Ramos — *Infância*  
Manuel Bandeira — *Itinerário de Pasárgada*  
Carlos Drummond de Andrade — *Versíprosa*  
Annibal Machado — *A Porta-Estandarte*  
José Américo de Almeida — *A Bagaceira*  
Guimarães Rosa — *Sagarana*  
João Cabral de Mello Netto — *Antologia Poética*

Gramática

1) *Fonética*: Distinção entre fonema e letra. Prosódia e ortoepia. Fonética sintática.

(1) Publicamos apenas as matérias que sofreram alguma alteração. As demais se encontram nas Atividades referentes a 1968.

- 2) *Morfologia*: Flexão nominal e verbal. A estrutura e a formação das palavras portuguesas.
- 3) *Sintaxe e Estilística*: Concordância nominal e verbal. Regência. Figuras de sintaxe. Sintaxe de colocação. Emprego dos modos e dos tempos verbais.
- 4) *Semântica*: Sinónimos e antónimos. Sentido próprio e figurado; comparação, imagem e metáfora; metonímia e sinédoque.
- 5) *Versificação*: Principais tipos de versos portugueses. O ritmo do verso. Prosa e verso. O verso livre.
- 6) *História da Língua*: O carácter românico da língua portuguesa evidenciado através de sua evolução: latim clássico e latim vulgar; principais mudanças fonéticas; a ação da analogia. A formação do léxico português; vocábulos populares e eruditos. Principais caracteres do português do Brasil.

#### GEOGRAFIA

- A) *A organização do espaço terrestre*
  1. Os componentes naturais. Inter-relações do relevo, clima, solo e vegetação: as grandes unidades naturais da superfície terrestre e suas relações com a ocupação humana.
  2. O homem e suas atividades.
    - 2.1 — A distribuição mundial da população e seus fatores.
    - 2.2 — A mobilidade da população: o crescimento vegetativo, as migrações internacionais e as migrações internas.
    - 2.3 — O desenvolvimento da agricultura: condições naturais e culturais.
    - 2.4 — Tipos de economia agrária (agricultura de subsistência e formas de agricultura de mercado).
    - 2.5 — Condições geográficas e características do desenvolvimento industrial moderno.
    - 2.6 — As fontes de energia: reservas e aproveitamento; seu papel na indústria moderna.
    - 2.7 — O fenómeno da urbanização no mundo contemporâneo. O papel da cidade na organização regional.

#### B) *Os grandes conjuntos regionais*

1. A Anglo-América: características gerais. Os Estados Unidos da América.
2. A Europa Ocidental: características gerais. A Grã-Bretanha. A França. A Alemanha Ocidental.
3. A Europa Oriental: características gerais. A União Soviética.
4. A América Latina: características gerais. O México. Os países do Caribe. Os países andinos. Os países platinos.
5. O Continente africano: características gerais. A África do Norte. A África ao sul do Saara.
6. A Ásia e o Pacífico: características gerais. O Oriente Médio. A Índia e o Sudeste da Ásia. A China. O Japão. A Austrália.

#### C) *O Brasil*

1. O quadro natural:
  - 1.1 — Características gerais e principais unidades morfológicas do relevo brasileiro.
  - 1.2 — Inter-relações do clima, solo e vegetação: as grandes unidades climato-botânicas.
2. A distribuição geográfica da população e seus fatores: o povoamento, o crescimento vegetativo, as migrações internas e o processo de urbanização do país. Estrutura etária e profissional da população.
3. Características da agricultura no Brasil: a estrutura fundiária; a utilização da terra; áreas agropastoris.
4. A atividade industrial. O potencial energético e seu aproveitamento. Principais centros industriais.
5. Características da rede de transportes.
6. As Grandes Regiões brasileiras: o quadro natural e a ocupação humana.

#### HISTÓRIA MUNDIAL

##### 1ª Parte

1. As principais potências europeias no século XVIII e sua política exterior. A península Ibérica.
2. O pensamento político, social, económico e científico do século XVIII. A revolução industrial e a transformação das estruturas sociais.

3. A Revolução francesa: principais fases. Reorganização política, social e econômica. Política exterior. A Era Napoleônica.
4. O Congresso de Viena e as restaurações na Europa. A política de intervenção e os Congressos. Os problemas mundiais.
5. As revoluções liberais e nacionais de 1830 a 1848.
6. A Inglaterra: suas reformas, sua expansão colonial.
7. A França: da Segunda à Terceira República.
8. Cavour e a unidade italiana. A Questão Romana.
9. Bismarck, a Prússia e o Império Alemão.
10. A Rússia. Expansão continental Absolutismo e reformas.
11. A Questão do Oriente. Os Balcãs. A Conferência de Berlim de 1878.
12. O Extremo Oriente. A política das Grandes Potências. A China e o Japão.
13. A partilha da África. A Conferência de Berlim de 1885.
14. As relações internacionais de 1885 a 1914. A política das alianças. As rivalidades coloniais. Os problemas balcânicos.
15. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

### 2ª Parte

16. A Primeira Guerra Mundial. A situação internacional nas vésperas da guerra. O desencadear da guerra; as principais frentes de combate; as inovações tecnológicas, a guerra naval. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. A participação americana; a retirada da Rússia.
17. A elaboração da Paz. Os Princípios de Wilson. Os tratados de paz e suas conseqüências políticas, econômicas e sociais. O problema das nacionalidades. As reparações da guerra.
18. A Liga das Nações. A organização da Liga das Nações. A Corte Internacional de Justiça e a Organização Internacional do Trabalho. O papel da Liga das Nações entre as duas Guerras: sua significação; suas realizações e seus insucessos. Os mandatos.
19. A Europa entre as duas Guerras. Problemas econômicos e relações internacionais; a crise econômica de 1929, suas repercussões. A Rússia Soviética: política interna e externa. A Alemanha: a República de Weimar; a ascensão

- do Nazismo; o III Reich. A Itália e o Fascismo. O Tratado de Latrão. As crises: Etiópia, Espanha, Áustria, Tcheco-Eslováquia, Mandchúria.
20. A Ásia entre as duas Guerras. A dissolução do Império Otomano e o mundo árabe. O Irã. A Índia. A China. O Japão.
21. A Segunda Guerra Mundial. Início e propagação do conflito: a guerra na Europa, na África e na Ásia. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
22. A Organização das Nações Unidas. A Carta de São Francisco. Atuação da ONU até 1951.
23. O pós-guerra (1945-1951). A reconstrução da Europa Ocidental: o Plano Marshall e a integração da Europa. O Bloco Soviético. Os tratados de paz. O problema alemão. A Grã-Bretanha e a Comunidade Britânica.
24. O pós-guerra (1945-1951). O Extremo-Oriente: a ocupação do Japão e o tratado de paz; a revolução chinesa. A emancipação do sudeste asiático. A Liga Árabe, o Próximo e o Médio Oriente. A formação do Estado de Israel.
25. A guerra fria e a formação de blocos. As crises internacionais. O problema de Berlim. A guerra da Coreia. A política soviética no pós-guerra e a Otan.

### 3ª Parte

26. As colônias européias na América no século XVIII: organização político-administrativa, aspectos sócio-econômicos e culturais. Comparação entre os diversos tipos de colonização. Conflitos de interesses coloniais.
27. A Independência das Treze Colônias Ingêlas da América do Norte. A formação dos Estados Unidos da América. A consolidação da Independência.
28. A Independência da América Latina. Os diversos movimentos. A formação dos novos Estados.
29. A Anglo-América. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial: expansão territorial, Guerra de Secessão e desenvolvimento econômico. O Canadá do fim do século XVIII à Primeira Guerra Mundial.
30. A política externa dos Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.



31. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
32. A Anglo-América entre as duas Guerras. Os Estados Unidos: o isolacionismo; Roosevelt, o New Deal e a política da Boa Vizinhança. O Canadá.
33. A América Latina entre as duas Guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
34. O Pan-Americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução até a Segunda Guerra Mundial.
35. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano. O Pan-Americanismo no pós-guerra; o Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.

#### DIREITO

##### NORMAS GERAIS

1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. Direito natural e Direito positivo.
2. O Direito objetivo: conceito, conteúdo. A norma jurídica: definição e elementos. O Direito subjetivo.
3. As fontes do Direito objetivo: a lei e o costume, a analogia e os princípios gerais do Direito.
4. A autonomia da vontade e a ordem pública. A doutrina e a jurisprudência.
5. A Lei, espécies. A constituição e as leis ordinárias. O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.
6. Promulgação e publicação. Vigência espacial e temporal. Revogação.
7. Conflitos de leis. Hierarquia das normas. Conflitos no espaço: Direito Internacional Privado.
8. Conflitos no tempo: direito intertemporal. Princípios básicos do direito brasileiro no assunto.
9. A interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais. O bem comum, a justiça social, a equidade. Condenação do abuso do direito.

##### DIREITO CIVIL

10. Direito Civil: conceito. Parte Geral e Partes Especiais.
11. Pessoa natural; o início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.
12. Pessoa Jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
13. Domicílio. Dos bens: principais classificações.
14. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos: os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico.
15. As modalidades do ato jurídico: o termo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.
16. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.
17. O Direito das Coisas. Os direitos reais. A propriedade e a posse.
18. Os direitos reais limitados. Os direitos reais à substância e ao valor da coisa. A propriedade literária, científica e artística.
19. O direito das obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de créditos.
20. Os contratos. A compra e venda, a doação, a locação, o empréstimo, o depósito, o mandato, a sociedade, a parceria, o seguro, a fiança, a conta corrente e a abertura de crédito.
21. O Direito de família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.
22. Regimes de bens.
23. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Pátrio poder. Tutela, curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.
24. Direito das sucessões; conceito e espécies de sucessão. Herança e legado. Transmissão de herança. Aceitação e renúncia. Herança jacente e herança vacante.
25. A sucessão legítima. Representação.
26. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamento.

27. Herdeiros necessários. Redução. Substituições. Deserdades; indignidade. Revogação dos testamentos. Inventário e partilha.

#### DIREITO COMERCIAL

28. Direito comercial: conceito, fontes e interpretação.  
29. Comerciante: o nome comercial.  
30. Comerciante pessoa física e pessoa jurídica.  
31. Nacionalidade das sociedades comerciais.  
32. Sociedade em nome coletivo: características.  
33. Sociedade em comandi. a simples, de capital e indústria e em conta de participação: características.  
34. Sociedade por quotas, de responsabilidade limitada: características.  
35. Sociedade por ações: sociedades anônimas e sociedade em comandita por ações: características.  
36. Títulos de crédito: noções gerais sobre letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, conhecimento de depósito, warrant, debênture.  
37. Conceito de navio e de aeronave. As funções do capitão do navio. A utilização do navio e suas formas contratuais.

## CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (1)

### 1º ANO

#### PENSAMENTO POLÍTICO CONTEMPORANEO

1. O pensamento realista em política. «Realpolitik» e razão de Estado.
2. Dialética e nacionalismo.
3. As raízes da democracia.
4. As fontes do marxismo.
5. O pensamento liberal.
6. A interrelação entre fatores ideais e reais e a sociologia política.
7. A «revisão leninista».
8. O papel das ideologias e a sociologia do conhecimento.
9. As teorias elitistas do poder.
10. A aplicação dos novos instrumentos científicos e tecnológicos ao estudo da política.

#### TEORIA MICROECONÔMICA

##### I — *Funcionamento do Sistema Econômico*

A produção, o consumo, a circulação e a repartição. A divisão do trabalho e os fatores de produção. O funcionamento do sistema de mercado. A poupança e o investimento. As possibilidades de produção e a noção de custo alternativo. O papel do Governo.

##### II — *Análise Microeconômica*

1. Estruturas de mercado. O consumo, a produção, mercados de produtos e de fatores. Concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência monopolística.

(1) Publicamos apenas as matérias que sofreram alguma alteração. As demais se encontram nas Atividades referentes a 1968.

2. A procura de bens de consumo. O conceito de utilidade e de utilidade marginal. O princípio da utilidade marginal decrescente. Curvas de indiferença. Efeitos renda e preço. O conceito de elasticidade.
3. A procura de bens duráveis de consumo. A demanda de expansão e de reposição. O princípio de aceleração.
4. Teoria da produção. Função de produção e curvas de custo. Custo médio e marginal.
5. A formação dos preços em concorrência perfeita. A oferta e a procura. Equilíbrio instantâneo, a curto e a longo prazo.
6. Eficiência econômica e concorrência perfeita. O conceito de eficiência de Pareto.
7. Aplicações da teoria da concorrência. Efeitos de impostos. As oscilações tipo «teia de aranha» na agricultura. Preços mínimos e controles de preços.
8. A formação de preços em regime de monopólio. Distúrbios típicas. Os monopólios naturais. Intervenção do Governo e controle de preços. Discriminação de preços e outras práticas.
9. O oligopólio e a concorrência monopolística.
10. Estruturas monopolísticas. O acesso financeiro pelos trustes e holdings. Cartéis. Legislação antitruste. A legislação brasileira contra abusos do poder econômico.
11. A procura de matérias primas, bens intermediários e bens de capital. A noção de procura derivada.
12. Salários concorrenciais. O princípio da produtividade marginal. Os efeitos da acumulação de capital e do progresso tecnológico. Diferenças salariais e equilíbrio do mercado de trabalho. A interferência institucional salário mínimo. A negociação coletiva.
13. Juro e capital. Produtividade de capital. Equilíbrio do investimento. A teoria do juro.
14. Lucros e riscos. O lucro como remuneração do risco. O lucro como prêmio da inovação. O lucro como remuneração implícita dos fatores de produção.
15. A renda da terra. A teoria de Ricardo.
16. Revisão da formação de preços. Análise de equilíbrio geral.

## TEORIA MACROECONÔMICA

### I — Contabilidade Nacional

1. Noções básicas de Contabilidade Nacional. Produto, Renda e Despesa.
2. Sistemas de Contas Nacionais.
  - 2.1 — Economia fechada sem governo.
  - 2.2 — Economia fechada com governo.
  - 2.3 — Economia aberta com governo.
3. Sistema de Contas Nacionais no Brasil.
4. Medição do crescimento econômico. Índice do produto real e do produto real «per capita».
5. Sistema de Leontief. Sistema de fluxos financeiros.

### II — Moeda e Política Monetária

1. Funções e tipos de moeda. O conceito de meios de pagamentos.
2. O papel dos bancos na criação de moeda.
3. Bancos Centrais.
4. Estrutura do sistema monetário no Brasil.
5. Exame das contas monetárias no Brasil.
6. Instrumentos de política monetária. Redescostos, recolhimentos compulsórios, etc.

### III — Análise Macroeconômica

1. Introdução.
2. Teoria Neo-clássica do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.
  - 2.1 — Lei de Say.
  - 2.2 — Função de produção a curto prazo.
  - 2.3 — Mercado de trabalho.
  - 2.4 — Teoria quantitativa da moeda.
  - 2.5 — Modelo neo-clássico simplificado.
  - 2.6 — Mecanismo cumulativo de Wicksell.
  - 2.7 — Modelo neo-clássico completo.
3. Teoria Keynesiana do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.
  - 3.1 — Fundamentos da teoria keynesiana. Tipos de desemprego.

- 3.2 — Princípio da demanda efetiva. Funções. Consumo e poupança. Propensão marginal a consumir e a poupar.
- 3.3 — Teoria de preferência pela liquidez.
- 3.4 — Modelo keynesiano simplificado. Multiplicador.
- 3.5 — Teoria keynesiana do investimento.
- 3.6 — Derivação gráfica das curvas IS e LM.
- 3.7 — Modelo keynesiano completo.
- 3.8 — Política anticíclica.

#### IV — Política Fiscal

- 1. O papel do Governo no sistema econômico.
- 2. Tipos de impostos. Impostos diretos e impostos indiretos. Progressividade e regressividade.
- 3. Efeitos econômicos da tributação.
- 4. Despesa pública. Classificação e efeitos.
- 5. Orçamento público.
- 6. Política fiscal anticíclica.
- 7. Política fiscal para o desenvolvimento.

#### DIREITO COMERCIAL

##### I

- 1. Direito Comercial: conceito, fontes e interpretação.
- 2. Comerciante: pessoa física e pessoa jurídica. Nome comercial. Nacionalidade.
- 3. Principais características das sociedades comerciais.
- 4. Títulos de crédito: noções gerais sobre letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, conhecimento de depósito, warrant, debênture.
- 5. Conceito de navio e de aeronave. As funções do capitão do navio. A utilização do navio e suas formas contratuais.
- 6. Conceito e princípios fundamentais da falência.

##### II

- 1. Estrutura e funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.
- 2. Mercado de Capitais.
- 3. Estímulo e incentivos fiscais às empresas e aos investidores.
- 4. Constituição e funcionamento das sociedades anônimas. As sociedades estrangeiras.

- 5. A arbitragem comercial.
- 6. A compra e venda no comércio internacional.
- 7. A limitação da responsabilidade nos transportes marítimo e aéreo. A cláusula de não indenizar ou de irresponsabilidade.
- 8. Operações cambiais: importação, exportação.
- 9. Repasses de empréstimos obtidos no exterior. Empréstimos a filiais de empresas estrangeiras (Instrução nº 289, da SUMOC).
- 10. Empresas multinacionais. Fusão de empresas nacionais e estrangeiras. Aspectos jurídicos do mercado comum latino-americano.

#### Observações

- 1. O exame da Parte II, feito em classe, terá como pressuposto o conhecimento da Parte I, que será objeto de estudo individual dos alunos sob a orientação do Professor.
- 2. *Prática* — Serão discutidos, durante as aulas, casos práticos, a fim de os ensinamentos teóricos serem convenientemente assimilados e resolvidas as hipóteses que normalmente ocorrem no exercício das funções da carreira diplomática.
- 3. *Trabalhos de equipe* — Os alunos serão divididos em equipes, a fim de realizarem estudos conjunturais, versando temas de maior alcance prático-profissional.
- 4. *Direito Comparado* — As referências à legislação e doutrina estrangeiras serão realizadas para familiarizar os alunos com a sistemática jurídica dos demais países.
- 5. *Visitas* — Os setores da Administração Pública Federal ligados ao Comércio Exterior serão visitados para iniciar os alunos no diálogo sobre os temas mais relevantes.

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

##### I — Introdução — Princípios de Ciência Política

- 1. O fenômeno político. A Ciência Política e as Ciências da Política. Os métodos da Ciência Política.
- 2. O Poder como energia social e como fenômeno político.
- 3. O Poder e a Ordem Jurídica: o Direito Constitucional. A relação política: conceito e estrutura. A diferenciação entre governantes e governados.

4. As formas essenciais do poder: o poder pré-estatal e o poder institucionalizado. Poder aberto e poder fechado. Poder político e pressão social.
5. O estatuto do poder no Estado. As sanções no estatuto do poder. A Constituição: concepção jurídica e concepção política. A supremacia da Constituição e sua sanção.
6. O exercício do poder no Estado. As formas de governo: governo representativo, governo direto e governo semidireto. O problema da repartição dos poderes: o princípio de separação dos poderes. O regime parlamentar, o regime convencional e o regime presidencial.
7. O conceito de regime político. As forças políticas: os partidos políticos, a imprensa, os grupos de pressão. Os «fatores de luta» e as «formas de combate».
8. Os regimes políticos contemporâneos: as monocracias populares e as democracias pluralistas.
9. Poder político e desenvolvimento econômico. Os pressupostos políticos do desenvolvimento econômico: seus estágios e sua dinâmica.
10. A vida política brasileira: tipologia social, instituições, usos e costumes. Estratificação social e poder político no Brasil. A Constituição vigente: sua posição no contexto do pensamento político contemporâneo, no Brasil.

## II — *Direito Constitucional Brasileiro*

11. A Constituição do Brasil: diplomas anteriores, Emendas e Atos Institucionais. Princípios fundamentais.
12. A União. Os Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. Competência, relações e proibições. Intervenção federal.
13. Os Poderes da União (Legislativo, Executivo e Judiciário) e suas relações. O sistema dos «freios e contrapesos».
14. Poder Legislativo. Organização e atribuições. Câmara dos Deputados. Senado Federal.
15. Processo Legislativo.
16. Sistema Tributário. Orçamento, Fiscalização Financeira e Orçamentária. Legalidade do Tributo e da Cobrança.
17. Poder Executivo. Presidente e Vice-Presidente da República. Ministros de Estado. Escolha, atribuições e responsabilidade.
18. Segurança Nacional. Forças Armadas. Funcionários Públicos.

19. Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Tribunais Federais de Recursos. Juizes Federais, Tribunais e Juizes Militares, Eleitorais e do Trabalho. Justiça dos Estados. Ministério Público.
20. Nacionalidade. Direitos Políticos. Partidos Políticos.
21. Direitos individuais: igualdade, livre atividade, irretroatividade da lei e direito de recurso ao Judiciário. Liberdade de expressão, de religião, de reunião e associação. Direito de propriedade.
22. Garantias individuais civis e criminais. Habeas-corpus e mandado de segurança.
23. Suspensão das garantias constitucionais: Estado de Sítio.
24. Ordem Econômica e Social. A livre iniciativa e a intervenção estatal.
25. Família, Educação e Cultura.

## 2º ANO

### RELAÇÕES INTERNACIONAIS

#### — I —

1. Introdução — Conceito. Natureza interdisciplinar. Utilidade.
2. O quadro geográfico, particularmente espaço e posição.
3. Demografia. Efeitos das migrações.
4. Forças econômicas, como causas e como instrumentos.
5. Clima cultural. Sentimentos coletivos — Nacionalidade e nacionalismo.
6. Psicologia dos dirigentes. Relações entre os dirigentes e o meio, interpretação da conjuntura, decisão.
7. Estratégia e tática nas relações internacionais. Técnicas e artes de atuação: diplomacia, informação e propaganda, guerra psicológica, administração econômica, etc.

#### — II —

1. Inter-relações entre o direito e a política internacional. Validade e função das normas de direito internacional. Análise das principais teorias (neo-naturalismo, positivismo, Duguit e Kelsen) à luz dos processos políticos nas relações internacionais.
2. As relações estáveis de poder, a reciprocidade e a comunhão de valores como explicação de diferentes tipos de normas de direito internacional público.

1. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), seus antecedentes, sua filosofia de defesa coletiva e as transformações da sua lógica nuclear; suas estruturas e funcionamento. Reflexos do nacionalismo e do cisma intra-europeu sobre a Organização. Perspectivas de evolução.
2. O Pacto de Varsóvia: origens e estrutura institucional. A tensão supranacionalismo versus pluralismo no universo político soviético.
3. A Organização do Tratado para a Defesa Coletiva do Sudeste Asiático (O TASE ou SEATO). A Organização de Segurança e Assistência entre Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos da América (ANZUS). A Organização do Pacto Central (CENTO). A Associação do Sudeste Asiático (ASA). As Organizações pan-africanas.
4. A Liga dos Estados Árabes: filosofia e implicações na segurança coletiva.

*Diplomacia: dinâmica política e regime jurídico.*

1. Relações Internacionais e Ciência Política. A diplomacia como instrumento de ação internacional. O conceito de diplomacia. Diplomacia, estratégia política, direito positivo e advocacia internacional. Diplomacia e ação econômica.
2. O regime jurídico internacional de diplomacia. Fontes do direito diplomático; o costume, o direito convencional e a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961: as leis internas, a jurisprudência e a doutrina.
3. A Missão diplomática: criação, regime operacional e extinção.
4. Os privilégios e imunidades diplomáticas: natureza jurídica e fundamento.
5. A dinâmica diplomática e os órgãos de decisão nacional: o Chefe do Estado, o Chefe do Governo e o Ministério das Relações Exteriores.
6. A diplomacia parlamentar.
7. Relações consulares. A Convenção de Viena, de 1963.

3. Evolução da sociedade internacional e seu reflexo no direito internacional público. O papel do Estado soberano moderno. As modificações decorrentes da criação dos organismos internacionais; da extensão da regulamentação jurídica, da cooperação nos campos econômico, social e dos direitos do homem; do acesso à independência dos países africanos e asiáticos.
4. Universalismo e regionalismo. Tendências supranacionais; restrições e cautelas.

1. Evolução da conjuntura internacional depois da II Guerra Mundial. Período 1945-1956: guerra fria, bipolarismo. Período 1956-1962: «degelo», transição.
3. Período a partir de 1962: aperfeiçoamento do equilíbrio dos poderes dissuasórios. Tendências ao policentrismo.

1. Conceito das organizações intergovernamentais para manutenção da paz. *Rationale* da Liga das Nações e das Nações Unidas.
  2. O sistema de segurança coletiva das Nações Unidas. O desarmamento.
  3. O sistema de solução pacífica.
  4. O processo de descolonização.
  5. Regulamentação de atividades resultantes do progresso tecnológico. Desenvolvimento e codificação do direito internacional. Desenvolvimento da cooperação no campo social e dos direitos do homem. Cooperação no campo econômico.
  6. Organizações regionais.
1. Causas que levaram ao surgimento da OEA e a necessidade política do organismo.
  2. A estrutura criada pela Carta de Bogotá e a necessidade de adaptá-la aos tempos atuais. O processo de reforma da Carta.
  3. Estudo sumário dos órgãos da OEA.
  4. A cooperação econômica no Sistema Interamericano. O Banco Interamericano de Desenvolvimento. A Carta de Punta del Este. A Reunião de Presidentes.

O Direito Internacional do Desenvolvimento e da Integração

1. A cooperação internacional no segundo pós-guerra. A Conferência de Bretton Woods, de 1944: Resoluções fundamentais e evolução posterior.
2. A integração econômica na Europa e na América Latina. Princípios gerais e consequências jurídico-políticas.
3. Filosofia do desenvolvimento, filosofia econômica e relações internacionais: inter-relações e conclusões.

TEORIAS DE POLITICA INTERNACIONAL

- I — Introdução — Conceitos básicos
- II — O Sistema Internacional e os seus Participantes
  - O Estado-Nação
- III — A ação dos Estados e seus Determinantes
  - Poder Nacional — conceitos fundamentais
    - formas de exercício
    - condicionantes
  - Segurança Nacional
  - Política Exterior e Diplomacia
- IV — A Interação dos Estados — Principais Teorias Contemporâneas

- Teorias do Equilíbrio e do Desequilíbrio
- Teoria do Desafio e da Resposta
- Teoria dos Jogos
- Teoria das Imagens Nacionais
- Tentativas de Síntese

PROBLEMAS INTERNACIONAIS CONTEMPORANEOS

1ª Parte

- I — As Nações Unidas. Principais temas da política internacional vistos do ângulo da Organização.
  - 1) Descolonização.
  - 2) Fundo do mar.
  - 3) Espaço cósmico.
  - 4) Desarmamento, Tratado de Tlatelolco, Tratado de não-proliferação.
  - 5) Aspectos gerais e comuns da posição do Brasil em relação aos diversos temas.

II — As Nações Unidas. Aspectos do seu funcionamento.

- 1) Eleições e grupos regionais.
- 2) Aspectos financeiros e seu sentido político.
- 3) Processo resolutivo da Assembleia Geral.

III — Os Principais Temas da Política Internacional

- 1) Relações Estados Unidos — União Soviética.
- 2) Papel da China no cenário mundial.
- 3) Conflito sino-soviético.
- 4) Sudeste asiático. Vietname.
- 5) Oriente Médio.
- 6) Não-alinhamento.

IV — O Brasil e as Relações Hemisféricas.

2ª Parte

I — A Integração Européia.

- 1) Origens, filosofias em presença e linhas de resistência.
- 2) As Comunidades Européias: o Mercado Comum; a Comunidade do Carvão e do Aço; O EURATOM.
- 3) A Zona Européia de Livre Comércio.
- 4) O COMECON.

II — A Integração Latino-Americana. A Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

III — Pagamentos Internacionais. O sistema monetário internacional em transição. O Fundo Monetário Internacional e o problema da liquidez internacional. O FMI e os países em desenvolvimento.

IV — A Ajuda Externa Multilateral e Bilateral.

- 1) O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e suas filiais. O Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- 2) O Foreign Assistance Act de 1961 e a AID. A Carta de Punta del Este, de 1961. A Public Law 480, de 1954. A Aliança para o Progresso e a complementação externa do financiamento do desenvolvimento brasileiro. Tendências atuais da ajuda externa dos Estados Unidos da América.

- 3) O EXIMBANK dos Estados Unidos da América. Os sistemas nacionais de crédito à exportação. O Kreditanstalt für Wiederaufbau.
- 4) A cooperação técnica bilateral e multilateral: acordos de base e ação dos organismos regionais.
- 5) Os capitais privados internacionais e o mercado internacional de capitais. Acordos de tributação e acordos de garantia de investimentos.

#### V — Comércio e Desenvolvimento.

- 1) O comércio internacional e a problemática do desenvolvimento. O GATT. A UNCTAD.
- 2) Acordos sobre produtos de base. Comércio de Manufaturas. O problema das preferências.
- 3) Transportes marítimos e aéreos. O problema dos fretes. Acordos de «pool».

#### RELAÇÕES ECONÓMICAS INTERNACIONAIS

##### I — Balanço de pagamentos

1. Estrutura do balanço de pagamentos.
2. Contas principais no balanço de pagamento. O balanço de transações correntes. O balanço de capitais.
3. Principais lançamentos no balanço de pagamentos.
4. Estimativa do balanço de pagamentos no Brasil.
5. Análise dos movimentos de capitais.
6. Análise do balanço de pagamentos no Brasil.

##### II — Análise do Comércio Exterior

1. As vantagens do comércio e a doutrina dos custos comparativos.
2. Análise dinâmica e tarifas aduaneiras. Os argumentos protecionistas.
3. Sistemas de tarifas aduaneiras.
4. Bilateralismo e multilateralismo. O problema da convergibilidade.
5. Taxa de câmbio. Teorias de determinação. A paridade do poder de compra.
6. Taxa cambial no Brasil. Sistemas usados no período de pós-guerra. Taxas múltiplas, depósitos computórios.
7. Tarifas aduaneiras no Brasil. A Lei nº 3.244.
8. Acordos de tarifas. O GATT.

9. União Aduaneiras. O Mercado Comum Europeu. A ALALC.
10. O equilíbrio do balanço de pagamentos e o Fundo Monetário Internacional. Regras de operações do FMI.
11. Agências internacionais de financiamento. O BIRD, a USAID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc. Critérios de operação.
12. Capitais estrangeiros. Formas e movimento. Legislação e regulamentação.

#### DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

##### I — Teoria do Desenvolvimento Económico

1. Conceitos básicos e mensuração do desenvolvimento.
2. Características dos países subdesenvolvidos.
3. Modelos de crescimento. A poupança e a relação capital/produto.
4. Tipos de desenvolvimento económico.
5. Inflação e desenvolvimento. Teses e controvérsias.
6. Industrialização e desenvolvimento.
7. Desenvolvimento e comércio internacional.
8. Planeamento económico. Conceitos. Sistemas.
9. As experiências de Planeamento económico no Brasil.
10. Órgãos e instrumentos de Planeamento regional.
11. Sistemas económicos comparados.

##### II — Inflação

1. A mensuração da inflação. Índices de preços e sua construção.
2. Tipos de inflação. Inflação de demanda, inflação de custos, inflação setorial.
3. Inflação de demanda. Análise monetária. O efeito dos déficits públicos. A expansão de crédito. Efeitos das operações internacionais.
4. Inflação setorial.
5. A experiência inflacionária brasileira.
6. Programas de estabilização e seus resultados.

##### III — Problemas Económicos Brasileiros

1. Inflação brasileira e política antiinflacionária.
2. Desenvolvimento económico brasileiro.
3. Agricultura e reforma agrária.



4. Industrialização.
5. Desenvolvimento regional.
6. Comércio exterior e relações internacionais.
7. Problemas dos capitais estrangeiros.
8. Planejamento econômico.

#### DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

##### I — Introdução.

1. Conceitos e terminologia.
2. A comunidade não organizada dos Estados.
3. Natureza das relações interestatais.
4. Formação e evolução do Direito Internacional.
5. Irrupção do direito na comunidade universal.
6. Função do direito na comunidade universal.
7. Conceito do Direito Internacional.

##### II — Organização Jurídica da Sociedade Internacional.

1. Antecedentes. Independência e interdependência dos Estados. As duas ordens jurídicas.
2. Nações Unidas. Bases da Carta, sua natureza constitucional e emendas. Membros.
3. Objetivos e Princípios.
4. Assuntos da competência nacional (art. 2º, nº 7). Determinação pelo D.I. do âmbito de eficácia da norma interna.
5. Órgãos principais, a Corte e o Secretariado.
6. Organismos especializados.
7. Organização dos Estados Americanos. Princípios e estrutura. Protocolo de Buenos Aires, 1967.
8. Outras organizações regionais.
9. Universalização da ONU, voto ponderado, jurisdição internacional obrigatória e força policial supranacional.

##### III — Natureza do Direito Internacional.

1. Estrutura da norma interestatal. D.I. geral e particular, comum e consensual. *Jus cogens*.
2. Força obrigatória do Direito Internacional. Teorias jusnaturalistas, voluntaristas e objetivas.
3. Validade do art. 2º, nº 6 da Carta da ONU.

4. Peculiaridades da norma internacional quanto à:  
a) elaboração; b) aplicação judicial; c) execução coativa.
5. Relação entre a norma internacional e interna.
6. Dualismo e monismo. Primado da norma internacional.
7. Textos convencionais e prática consuetudinária dos Estados nessa matéria.
8. Principais sistemas constitucionais.

##### IV — Fontes do Direito Internacional.

1. Conceito. Fonte material e formal.
2. Art. 38, nº 1 do Estatuto da CIJ.
3. Convenção internacional. *Pacta sunt servanda*.
4. Prática consuetudinária dos Estados.
5. Princípios gerais de direito.
6. Precedente judicial e doutrina dos publicistas.
7. Resolução de organização internacional.
8. Codificação. Obra da emissão de Direito Internacional da ONU.

##### V — Sujeitos de Direito Internacional.

1. Estado. Elementos constitutivos. Formas especiais.
2. Soberania (art. 2º, nº 1 da Carta da ONU).
3. Estrutura do Estado.
4. Reconhecimento de Estado e de Governo.
5. Territórios sem governo próprio. Mandato. Tutela. Aquisição de independência.
6. Sucessão de Estados.
7. Personalidade das organizações internacionais.
8. Indivíduos. Responsabilidade internacional. Direitos.

##### VI — Atos Jurídicos Internacionais.

1. Atos unilaterais. Tratado-lei e tratado-contrato.
2. Convenções e projeto da ONU sobre Direito dos Tratados.
3. Capacidade. Estado e Organização Internacional. *Treaty-making power*
4. Validade; consentimento, objeto e forma.
5. Celebração, ratificação, vigência e registro. Adesão.
6. Reservas.

7. Interpretação, execução e efeitos. Incorporação ao direito interno.
8. Revisão, denúncia e terminação.

#### VII — *Direitos e Deveres do Estado.*

1. Independência. Autodeterminação.
2. Exercício da competência, inclusive jurisdicional.
3. Igualdade jurídica.
4. Legítima defesa.
5. Não-intervenção e ação coletiva.
6. Cooperação internacional. Extensão e órgãos.
7. Outros deveres.

#### VIII — *Competência do Estado.*

1. Fatores determinantes: espaço, pessoas e outros. Âmbito da eficácia territorial de norma interna.
2. Elementos do território. Natureza da autoridade do Estado sobre cada elemento. Atos de império.
3. Território terrestre. Estabelecimento e perda de competência. Limites. Zonas polares.
4. Território equívoco. Zona contígua. Plataforma continental.
5. Alto-Mar. Competência relativa à navegação, pesca, outras utilizações econômicas e cabos submarinos. Testes nucleares e usos bélicos. Repressão da pirataria e tráfico de escravos.
6. Território aéreo. Competência relativa ao espaço aéreo não abrangido nos territórios estatais.
7. Espaço exterior e corpos celestes. Internacionalização. Tratado de 1967.
8. Competência extraterritorial, pessoal ou por outro título.

#### IX — *Órgãos das Relações Interestatais.*

1. Chefe de Estado. Atribuições do Executivo, do Legislativo e Judiciário.
2. Ministro das Relações Exteriores e outros órgãos.
3. Relações e imunidades diplomáticas.
4. Congressos e conferências. Diplomacia parlamentar.
5. Relações e imunidades consulares.
6. Bens e serviços do Estado no estrangeiro. Doutrina dos Atos de Estado.

7. Organizações internacionais em suas relações externas.
8. Imunidades e privilégios das organizações internacionais.

#### X — *Proteção Internacional dos Direitos Humanos.*

1. Distinção entre homem e súdito. Nacional, apátrida e refugiado.
2. Defesa de nacionais e estrangeiros contra abusos do Estado. Pressupostos. Cartas da ONU e OEA.
3. Declarações Americana e Universal.
4. Tratado de Roma, 1959 e protocolos adicionais. Carta Social da Europa. Pactos aprovados pela ONU em 1966.
5. Órgãos de execução. Prática interamericana.
6. Direito de petição e acesso à jurisdição internacional.
7. Convenções especiais. Genocídio. Direitos da mulher. Escravatura e trabalho forçado. Discriminação. Asilo e outras.
8. Relação entre direitos humanos e democracia representativa. Projetos.

#### XI — *Responsabilidade Internacional.*

1. Fundamentos: dever de reparar, abuso de direito ou teoria da boa-fé.
2. Ação ou omissão violadora do Direito Internacional. Atos do Legislativo, Executivo, Judiciário e fatos de particulares.
3. Imputabilidade. Causas excludentes da responsabilidade.
4. Denegação de justiça, negligência e violação de direito adquirido.
5. Proteção diplomática. Reclamação. Esgotamento dos recursos internos.
6. Danos causados por uso da energia nuclear ou do espaço exterior.
7. Reparação do dano.
8. Responsabilidade das organizações internacionais.

#### XII — *Comunicações Internacionais*

1. Vias terrestres, fluviais, marítimas e aéreas. Liberdade de circulação e comunicação. Direito de passagem inofensiva.

2. Convenções sobre circulação por estrada e ferrovia.
3. Principais convenções sobre rios, canais e estreitos internacionais. Tratados e legislação do Brasil.
4. Navios e estações. Regime da navegação.
5. Aeronaves. Convenção de Chicago, 1944, e as posttores. OACI.
6. Foguetes e naves espaciais. Assistência a astronauta. Regime jurídico.
7. Convenção sobre telecomunicações. Repartição de freqüências. Satélites de comunicação.

XIII — *Solução Pacífica das Controvérsias.*

1. Controvérsia jurídica e conflito político. Distinção.
2. Negociação, bons ofícios e mediação.
3. Investigação e conciliação.
4. Solução através de organização internacional.
5. Arbitragem. Natureza e forma. Córte Permanente de Arbitragem. Processo. Efeitos do laudo. Convenções vigentes.
6. Solução judiciária. Córte Internacional de Justiça. Art. 92 a 96 da Carta da ONU. Estatuto anexo.
7. Competência contenciosa e consultiva. Cláusula facultativa. Processo. Execução das decisões.
8. Outras córtes internacionais.

XIV — *Segurança Coletiva e Uso da Força.*

1. Limitações do *ius ad bellum*. Pacto Brian-Kellog. Guerra crime. Interdição do uso da força (artigo 2º, nº 4 da Carta da ONU).
2. Segurança internacional. Ameaça à paz. Medidas não coercitivas (arts. 39 a 41). Emprêgo de forças aéreas, navais ou terrestres (arts. 42 a 50).
3. Legítima defesa. Conceito de ataque armado. Limite ao exercício da defesa (art. 51).
4. Organismos regionais e ação coletiva (arts. 52 a 54).
5. Casos de uso da força pela ONU. As operações preventivas ou asseguratórias da paz. Custeio e aplicação do art. 19 da Carta. Força interamericana de Paz.
6. *Ius in bello*. Convenções. Violações.
7. Neutralidade. Direitos dos beligerantes e neutros.

8. Testes nucleares. Tratado de Moscou, 1963. Proscrição das armas nucleares. Tratado do México, 1967.
9. Projetos de desarmamento. Requisitos de viabilidade jurídica.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- 1 — Apresentação e solução dos conflitos de leis no espaço. Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal. Conflitos legislativos internacionais, interestaduais etc. Direito Internacional Privado, Direito Uniforme e Direito Comparado.
- 2 — Fontes especiais do DIP; internacionais e internas. Relevância da jurisprudência e da doutrina. Conflitos entre as diversas fontes. Natureza das normas do DIP. Regras unilaterais e bilaterais.
- 3 — Divergência espacial de normas do DIP, teorias da renúncia e da devolução e divergência temporal das normas do DIP.
- 4 — Conflitos de qualificação. Dos elementos de conexão. Conflitos sobre sua determinação.
- 5 — Nacionalidade. Princípios gerais. Nacionalidade, cidadania e naturalidade. Espécies de nacionalidade. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação combinada com serviço público, residência e opção. Opção institucional — Direito intertemporal — Irrelevância do casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.
- 6 — Naturalização. Espécies. Condições. Processo. Efeitos. Revogação.
- 7 — Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.
- 8 — Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos da nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiro no serviço nacional.
- 9 — Domicílio. Aquisição. Domicílio necessário. Domicílio de origem. Domicílio voluntário. Domicílio especial. Prova de domicílio. Mudança de domicílio. Perda e reaquisição do domicílio. Pluralidade e falta de domicílio. Residência.

- 10 — Autonomia da vontade. Outros elementos de conexão: território, fóro, religião, raça, etc. Efeitos da mudança dos elementos de conexão.
- 11 — Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciários. Expulsão. Casos. Processos. Recursos. Efeitos.
- 12 — Direitos e deveres dos estrangeiros em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos e direitos privados.
- 13 — Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento. Funcionamento.
- 14 — Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira. A ordem pública. A fraude à lei. A teoria dos direitos adquiridos.
- 15 — Direito Civil internacional. Personalidade. Capacidade de direito. Capacidade de fato. Luta entre os princípios da nacionalidade e do domicílio. Solução do direito brasileiro.
- 16 — Atos jurídicos. Vícios de consentimento. Forma. Prescrição.
- 17 — Direito de Família. Conflitos de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma. Efeitos pessoais e patrimoniais.
- 18 — Desquite, divórcio e anulação do casamento.
- 19 — Relações jurídicas entre pais e filhos. Constituição, efeitos e extinção ou suspensão. Alimentos. Tutela e Curatela. Proteção social dos incapazes.
- 20 — Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Substância e efeitos. Modalidades da execução. Da cláusula ouro. Das dívidas em moeda estrangeira simples e «aparentes». Dívidas em moedas estrangeiras e taxa de conversão.
- 21 — Direito das sucessões. Testamentos.
- 22 — Direito marítimo e aéreo internacional.
- 23 — Direito Penal Internacional. Territorialidade e extra-territorialidade das leis penais.
- 24 — Direito processual civil internacional. Competência. Forma do Processo. Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.
- 25 — Da cooperação internacional nos processos criminais. Da extradição internacional.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- I — *Noções Gerais Sobre Administração Pública.*  
O papel da Administração. Princípios. Evolução. Conceitos atuais.
- II — *O Governo e Administração no Brasil.*  
Breve notícia histórica. Reformas anteriores ao Decreto-lei nº 200/67.
- III — *O Decreto-lei nº 200/67.*
  - A — Conteúdo, filosofia e princípios.
  - B — Sistemas de atividades auxiliares.
    - 1 — Sistemas de serviços gerais.
    - 2 — Sistema de Pessoal.
    - 3 — Sistema de Planejamento e Estatística.
    - 4 — Sistema de Administração Financeira. Licitações.
  - C — Orçamento-Programa.
- IV — *Organização Administrativa Federal.*
  - A — Presidência da República, Órgãos de assessoramento. Conselho de Segurança Nacional. Serviço Nacional de Informações.
  - B — Ministérios e respectivas áreas de competência. Forças Armadas.
  - C — Assessoramento superior da Administração Civil.
- V — *Aplicação do Decreto-lei nº 200/67.*
  - A Operação Desemperramento. O Programa de Descentralização Regional. O treinamento. A semana da reforma; a CERAF; a estratégica atual; balanço geral; perspectivas.

## ORGANIZAÇÃO E METODOS DE TRABALHO DO MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

- I — *Organização do Ministério das Relações Exteriores*
  - a) Secretaria de Estado: estrutura, competência dos diversos órgãos.
  - b) Missões diplomáticas: categorias, competência.
  - c) Repartições consulares: categorias, competência.

## II — Pessoal

- a) Diplomata: legislação, deveres e funções; informações gerais.
- b) Oficial de Chancelaria: legislação; deveres e funções.
- c) Funcionários administrativos, Auxiliares locais: legislação; deveres e funções.
- d) Cônsules Privativos e Honorários: legislação; deveres e funções.

## III — Comunicações

- a) Regras gerais de correspondência oficial.
- b) Andamento e trânsito de correspondência oficial.
- c) Normas específicas de redação oficial.
- d) Correspondência postal, telegráfica e serviço telex:

1. Memorando.
2. Ofício.
3. Despacho.
4. Aviso.
5. Nota.
6. Exposição de Motivos.
7. Carta de Chancelaria.
8. Carta de Gabinete.
9. Carta.
10. Telegrama e telex.
11. Carta-telegrama.
12. Circulares.

## LEGISLAÇÃO

## CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

### PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR

C. P.

V. ATIVIDADES EM 1968 — Programas — Pág. 93.

DECRETO Nº 63.996, DE 16 DE JANEIRO DE 1969

*Altera o § 3º do artigo 13 do Regulamento do Instituto Rio-Branco do Ministério das Relações Exteriores.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º O § 3º do artigo 13 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Dec. nº 60.355, de 10 de março de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 13. ....»

§ 3º A nota final de cada matéria será a média ponderada das provas de que trata este artigo, calculada de acordo com os critérios e pesos fixados pelo Diretor do Instituto».

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1969, 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA  
*José de Magalhães Pinto*

(Publicado no Diário Oficial de 20 de janeiro de 1969).

PORTARIA MINISTERIAL Nº 268, DE 14 DE JANEIRO DE 1969

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 76 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961;

tendo em vista o disposto no art. 8º, § 1º, do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pelo Dec. nº 60.355, de 10 de março de 1967;

e atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto,

Resolve:

I — Aprovar os programas do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, os quais, assinados pelo Diretor do Instituto Rio Branco, são com esta publicados.

II — Revogar a Portaria nº 170, de 2 de fevereiro de 1967.

Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1969.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO.

(Publicado no *Diário Oficial* de 17 de janeiro de 1969).

PORTARIA MINISTERIAL Nº 269, DE 14 DE JANEIRO DE 1969

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 76 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Dec. nº 1, de 21 de setembro de 1961;

tendo em vista o disposto no art. 8º, § 1º, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Dec. nº 60.355, de 10 de março de 1967;

e atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto,

Resolve:

Baixar as seguintes instruções para a realização das provas vestibulares finais do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

I — As provas vestibulares finais compreendem as seguintes matérias, todas eliminatórias: Português, Francês, Inglês, Geografia, História do Brasil, História Mundial e Direito.

II — As provas de Francês e de Inglês serão escritas e orais; as das demais matérias, apenas escritas.

III — As provas se realizarão na seguinte ordem: Português, Francês e Inglês (escritas e orais), Geografia, História do Brasil, História Mundial e Direito.

IV — A nota de Francês e a de Inglês serão a média obtida atribuindo-se peso 2 à prova escrita e peso 1 à prova oral. Para o cálculo da média global do Exame Vestibular atribuir-se-á peso 2 às notas de Português, Francês e Inglês e peso 1 às notas das demais matérias.

V — Em caso de empate na classificação final, o desempate se fará em favor do candidato que tiver, sucessivamente:

a) melhor nota em Português;

b) melhor média no conjunto de Francês e Inglês;  
c) mais idade.

VI — O Diretor do Instituto Rio-Branco baixará os atos complementares necessários ao cumprimento destas instruções.

VII — Fica revogada a Portaria nº 66, de 13 de março de 1961. Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1969.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO.

(Publicado no *Diário Oficial* de 17 de janeiro de 1969).

PORTARIA MINISTERIAL DE 5 DE MAIO DE 1969

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o artigo 34 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Dec. nº 1, de 21 de setembro de 1961, e atendendo ao proposto pelo Diretor do Instituto Rio-Branco,

Resolve:

Prorrogar por dois anos o mandato do Professor Américo Lourenço Jacobina Lacombe como membro da Comissão de Programas e Estudos do Instituto Rio-Branco.

Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1969.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO.

(Publicado no *Diário Oficial* de 9 de maio de 1969).

PORTARIA MINISTERIAL DE 5 DE MAIO DE 1969

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o artigo 34 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Dec. nº 1, de 21 de setembro de 1961, e atendendo ao proposto pelo Diretor do Instituto Rio-Branco,

Resolve:

Prorrogar por dois anos o mandato do Embaixador Cyro de Freitas Valle como membro da Comissão de Programas e Estudos do Instituto Rio-Branco.

Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1969.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO.

(Publicado no *Diário Oficial* de 9 de maio de 1969).

PORTARIA MINISTERIAL DE 5 DE MAIO DE 1969

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o artigo 34 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Dec. nº 1, de 21 de setembro de 1961, e atendendo ao proposto pelo Diretor do Instituto Rio-Branco,

Resolve:

Prorrogar por dois anos o mandato do Doutor Luiz Simões Lopes como membro da Comissão de Programas e Estudos do Instituto Rio-Branco.

Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1969.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO.

(Publicada no *Diário Oficial* de 9 de maio de 1969).

PORTARIA Nº 2, DE 6 DE FEVEREIRO DE 1969

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do Artigo 11 do Regimento aprovado pelo Dec. nº 24.883, de 28 de abril de 1948, e o § 3º do Artigo 13 do Regulamento aprovado pelo Dec. nº 60.355, de 10 de março de 1967, e alterado pelo Dec. nº 63.996, de 16 de janeiro de 1969,

Resolve:

I — No Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a nota final de cada unidade didática será a média ponderada da nota da prova final e da média aritmética das provas periódicas, atribuindo-se peso três à primeira e peso dois à segunda.

II — O Diretor do Instituto fixará, para cada unidade didática, o número e os tipos das provas periódicas cujas notas serão computadas no cálculo de que trata o item I.

III — A nota final de Português será a média ponderada das notas obtidas durante o ano letivo, atribuindo-se peso dois às notas do primeiro período e peso três às do segundo.

IV — As notas das provas finais de Francês e de Inglês serão a média aritmética das notas dos exames escrito e oral.

Rio de Janeiro, em 6 de fevereiro de 1969.

ANTONIO CORRÊA DO LAGO

(Publicada no *Diário Oficial* de 13 de fevereiro de 1969).

PORTARIA Nº 14, DE 13 DE AGOSTO DE 1969

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o artigo 11, inciso VIII, do Regimento do Instituto, aprovado pelo Dec. nº 24.883, de 28 de abril de 1948,

Resolve:

I — Ficam dispensados das provas de Seleção Prévia do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a se realizarem em 1969:

- a) os candidatos habilitados nas referidas provas em 1968;
- b) os candidatos amparados pela Portaria nº 8, de 5 de abril de 1968.

II — Na inscrição dos candidatos a que se refere o item anterior observar-se-ão os demais requisitos estabelecidos pela legislação em vigor e o disposto nas Instruções que acompanham o Edital de convocação do Exame Vestibular.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1969.

ANTONIO CORRÊA DO LAGO

(Publicada no *Diário Oficial* de 15 de agosto de 1969).

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA  
EXAME VESTIBULAR

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 15 de setembro ao dia 31 de outubro de 1969, na sede do Instituto na Avenida Presidente Vargas, 62, 4º andar, Rio de Janeiro, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o qual obedecerá aos programas e às instruções aprovados pelas Portarias Ministeriais números 268 e 269, de 14 de janeiro de 1969 (Diários Oficiais de 17 e 28 de janeiro de 1969) e às Instruções que acompanham o presente Edital.

É fixado em 15 (quinze) o número de vagas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a serem providas pelos candidatos aprovados no Exame Vestibular, os quais serão aproveitados de acôrdo com a ordem de classificação.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1969.

ANTONIO CORRÊA DO LAGO



CIRCULAR Nº 1

C. P. — 1969 (1º semestre)  
Regime escolar.

O Diretor do Instituto Rio-Branco cumprimenta os Senhores Professores e Alunos do Curso de Prática Diplomática e Consular e lhes transmite informações relativas ao funcionamento do Curso no primeiro semestre de 1969:

I — Período letivo

O Curso se realizará no período de 3 de fevereiro a 31 de março, no Salão de Leitura da Biblioteca do Palácio Itamaraty, de 2ª a 6ª feira, das 9 às 11 horas. Nos dias de provas, o horário obedecerá a escala de chamada a ser fixada.

II — Currículo

1. O currículo compreende:

Organização e Administração de	
Chancelarias .....	10 horas
Comunicações .....	6 horas
Prática Diplomática I .....	12 horas
Prática Diplomática II .....	10 horas
Prática Consular .....	10 horas
Promoção Comercial .....	14 horas

2. O programa de Comunicações compreenderá também 8 horas de prática individual na Divisão de Comunicações, conforme escala a ser oportunamente organizada.

III — Regime didático

O Curso será ministrado sob a forma de seminários e de aulas e trabalhos práticos. Visar-se-á principalmente a preparar os alunos para situações reais de sua vida profissional.

IV — Frequência

1. É obrigatória a frequência às aulas bem como a participação nas provas e em todas as atividades constantes da programação do Curso.
2. Para serem admitidos às provas finais os alunos deverão ter assistido a no mínimo 80% dos seminários e das aulas e trabalhos práticos. Será automaticamente desligado do Curso o aluno que venha a exceder o número de faltas toleradas.

3. Aos alunos transferidos da turma anterior, por motivo de serviço, será facultativo o comparecimento às aulas das matérias em que já tenham alcançado o mínimo de frequência previsto no item IV-2.

V — Aprovação

1. Haverá uma nota para cada matéria a ser atribuída por ocasião das provas finais. A média global será a média aritmética das notas dessas provas. As notas serão graduadas de zero a cem, admitidas até duas decimais.

2. Ficará habilitado a receber o certificado de conclusão do Curso o aluno que obtiver a média global mínima de 65 pontos e a nota mínima de 50 pontos em cada matéria.

Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 1969.

CIRCULAR Nº 2

C.P.C.D. — 1º Ano  
Regime escolar

O Diretor do Instituto Rio-Branco cumprimenta os Senhores Coordenadores de Departamento, Professores e Alunos do 1º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e lhes transmite informações relativas ao regime escolar a vigorar no ano letivo de 1969.

I — Ano Letivo

O ano letivo se dividirá em dois períodos, cada um com dezesseis semanas de aulas e tempo adicional destinado às provas finais:

1º período — 3 de março a 27 de junho;

provas finais entre 30 de junho e 11 de julho

2º período — 11 de agosto a 28 de novembro;

provas finais a partir de 1º de dezembro.

II — Currículo e horário

1. O currículo do 1º Ano compreenderá as seguintes unidades didáticas:

1º Período

2º Período

Português — Francês — Inglês	Português — Francês — Inglês
Teoria Microeconômica	Teoria Macroeconômica

Geografia Política	História das Relações Exteriores
Pensamento Político Contemporâneo	do Brasil
Direito Comercial	Direito Constitucional
Direito Civil	

2. As aulas do 1º período obedecerão ao horário constante do Quadro anexo. Os seminários e demais atividades serão objeto de calendário específico.

### III — Regime didático

1. Na execução dos programas das diversas unidades didáticas serão adotados como método de ensino, conforme o assunto, aulas de preleção, conferências, seminários, aulas e trabalhos práticos, pesquisas individuais e em grupo, exercícios, arguições e visitas a centros de interesse.
2. Visar-se-á principalmente a desenvolver a iniciativa dos alunos, acostumá-los a realizar estudos e pesquisas, expor e debater em classe e, de um modo geral, prepará-los para situações reais de trabalho profissional.
3. Sempre que necessário, professores orientadores darão aos alunos assistência fora das aulas, em horário previamente estabelecido.
4. A cadeira de Português não se regerá pelo sistema de aulas. Será realizado um controle sistemático do conhecimento da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias. Nos casos em que os alunos revelem deficiências marcantes, o professor poderá convocá-los, por grupos, para reuniões de revisão.
5. Para melhor aproveitamento do estudo de Francês e Inglês, os alunos poderão ser agrupados em turmas, de acôrdo com critérios estabelecidos pelos professores.

### IV — Frequência

1. É obrigatória a frequência às aulas e conferências, bem como a participação em provas, seminários e demais atividades do curso.
2. Os alunos apresentar-se-ão à primeira aula com antecedência, para fins de verificação de presença, e deverão encontrar-se em sala na hora fixada para o início de cada aula. Qualquer atraso é considerado falta.

3. Só serão admitidos às provas finais os alunos que tiverem assistido a, pelo menos, 80% das aulas de cada unidade didática. Os que, por motivo justo, tiverem mais de 20% de faltas em qualquer delas terão sua matrícula trancada, sendo-lhes concedida nova matrícula, uma só vez e no ano letivo imediato. Não terão direito a nova matrícula os alunos que não justificarem devidamente as faltas em excesso aos 20% tolerados.

### V — Regime de provas

1. Para cada unidade didática haverá provas periódicas e uma prova final.
2. As provas periódicas poderão ter a forma de exames escritos ou orais, exercícios escolares, monografias e exposições sobre trabalhos de pesquisa. O número e os tipos das provas periódicas cujas notas serão computadas no cálculo da nota final de cada unidade didática serão fixados em circular específica.
3. As provas finais de Francês e Inglês serão escritas e orais. As das demais unidades didáticas serão apenas escritas, observado o disposto no item VI-3, no tocante a Português.

### VI — Regime de notas

1. As notas serão graduadas de zero a cem, admitidas até duas decimais.
2. A nota final de cada unidade didática será a média ponderada da nota da prova final e da média aritmética das provas periódicas, atribuindo-se pêso três à primeira e pêso dois à segunda.
3. A nota final de Português será a média ponderada das notas obtidas durante o ano letivo, atribuindo-se pêso 2 às notas do 1º período e pêso 3 às do 2º.
4. As notas das provas finais de Francês e de Inglês serão a média aritmética das notas dos exames escrito e oral.
5. A média global do ano letivo será a média aritmética das notas finais das unidades didáticas do referido ano.
6. A nota final do curso será a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se pêso 1 à primeira e pêso 2 à média global de cada ano.

VII — Aprovação

1. Para aprovação no ano letivo é exigida média global mínima de 65 pontos e nota final mínima de 50 pontos em cada unidade didática.
2. Ao aluno que obtiver média global igual ou superior a 65 pontos, mas não houver logrado a nota final mínima em uma só unidade didática, será facultado requerer exame de segunda época. Neste caso, a nota final da unidade didática passará a ser a média ponderada das notas das provas de que trata o item V desta Circular e da nota do exame de segunda época, com pesos respectivamente iguais a 3 e 2.
3. A média global do ano letivo será sempre a obtida em primeira época, não se computando, para esse efeito, o resultado do exame de segunda época.

Rio de Janeiro, em 3 de março de 1969.

CIRCULAR Nº 3

C.P.C.D. — 2º Ano

Regime escolar.

O Diretor do Instituto Rio-Branco cumprimenta os Senhores Coordenadores de Departamento, Professores e Alunos do 2º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e lhes transmite informações relativas ao regime escolar a vigorar no ano letivo de 1969.

I — Ano letivo

O ano letivo se dividirá em dois períodos, cada um com dezesseis semanas de aulas e tempo adicional destinado às provas finais:

- 1º período — 10 de março a 4 de julho; provas finais entre 7 e 18 de julho.
- 2º período — 4 de agosto a 21 de novembro; provas finais entre 24 de novembro e 5 de dezembro.

II — Organização e horários

1. O 2º Ano compreenderá duas seções com vinte e cinco alunos cada, distribuídos por ordem alfabética.

2. Haverá aulas para cada seção. Todavia, no interesse do ensino, as seções poderão ter aulas, conferências ou outras atividades conjuntamente.

III — Currículo

O currículo do 2º Ano compreenderá as seguintes unidades didáticas:

1º Período	2º Período
Português	Português
Francês	Administração Pública e Direito Administrativo
Inglês	Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores
Relações Internacionais	Problemas Internacionais Contemporâneos
Teorias de Política Internacional	Desenvolvimento Econômico
Relações Econômicas Internacionais	Direito Internacional Público
Direito Internacional Público	Direito Internacional Privado

IV — Regime didático

Na execução dos programas das diversas unidades didáticas serão adotados como métodos de ensino, conforme o assunto, aulas de preleção, conferências, seminários, aulas e trabalhos práticos, pesquisas individuais e em grupo, exercícios, arguições e visitas a centros de interesse.

2. Visar-se-á principalmente a desenvolver a iniciativa dos alunos, acostumá-los a realizar estudos e pesquisas, expor e debater em classe e, de um modo geral, prepará-los para situações reais de trabalho profissional.
3. Sempre que necessário, professores orientadores darão aos alunos assistência fora das aulas, em horário previamente estabelecido.
4. A cadeira de Português não se regerá pelo sistema de aulas. Será realizado um controle sistemático do conhecimento da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares

- de outras matérias. Nos casos em que os alunos revelem deficiências marcantes, o professor poderá convocá-los, por grupos, para reuniões de revisão.
5. Para melhor aproveitamento do estudo de Francês e Inglês, os alunos poderão ser agrupados em turmas, de acordo com critérios estabelecidos pelos professores.

#### V — *Frequência*

1. É obrigatória a frequência às aulas e conferências, bem como a participação em provas, seminários e demais atividades do curso.
2. Os alunos apresentar-se-ão à primeira aula com antecedência, para fins de verificação de presença, e deverão encontrar-se em sala na hora fixada para o início de cada aula. Qualquer atraso é considerado falta.
3. Só serão admitidos às provas finais os alunos que tiverem assistido a, pelo menos, 80% das aulas de cada unidade didática. Os que, por motivo justo, tiverem mais de 20% de faltas em qualquer delas terão sua matrícula trancada, sendo-lhes concedida nova matrícula, uma só vez e no ano letivo imediato. Não terão direito a nova matrícula os alunos que não justificarem devidamente as faltas em excesso aos 20% tolerados.

#### VI — *Regime de provas*

1. Para cada unidade didática haverá provas periódicas e uma prova final.
2. As provas periódicas poderão ter a forma de exames escritos ou orais, exercícios escolares, monografias e exposições sobre trabalhos de pesquisa. O número e os tipos das provas periódicas cujas notas serão computadas no cálculo da nota final de cada unidade didática serão fixados em circular específica.
3. As provas finais de Francês e Inglês serão escritas e orais. As das demais unidades didáticas serão apenas escritas, observado o disposto no item VII-3, no tocante a Portugêses.

#### VII — *Regime de notas*

1. As notas serão graduadas de zero a cem, admitidas até duas decimais.

2. A nota final de cada unidade didática será a média ponderada da nota da prova final e da média aritmética das provas periódicas, atribuindo-se peso três à primeira e peso dois à segunda.
3. A nota final de Português será a média ponderada das notas obtidas durante o ano letivo, atribuindo-se peso 2 às notas do 1º período e peso 3 às do 2º.
4. As notas das provas finais de Francês e de Inglês serão a média aritmética das notas dos exames escrito e oral.
5. A média global do ano letivo será a média aritmética das notas finais das unidades didáticas do referido ano.
6. A nota final do curso será a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

#### VIII — *Aprovação*

1. Para aprovação no ano letivo é exigida média global mínima de 65 pontos e nota final mínima de 50 pontos em cada unidade didática.
2. Ao aluno que obtiver média global igual ou superior a 65 pontos, mas não houver logrado a nota final mínima em uma só unidade didática, será facultado requerer exame de segunda época. Neste caso, a nota final da unidade didática passará a ser a média ponderada das notas das provas de que trata o item VI desta Circular e da nota do exame de segunda época, com pesos respectivamente iguais a 3 e 2.
5. A média global do ano letivo será a média aritmética das provas de que trata o item VI desta Circular e da nota iguais a 3 e 2.

Rio de Janeiro, em 10 de março de 1969.

PESSOAL

**PESSOAL DO INSTITUTO RIO BRANCO DE 1945 A 1969**

N O M E S	CARGO	EXERCÍCIO
<b>DIRETORES</b>		
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly.....	Embaixador.....	28- 4-1945 a 13- 1-1947
Hélio Lobo.....	Ministro.....	15- 1-1947 a 24- 4-1947
Lafayette de Carvalho e Silva.....	Embaixador.....	24- 4-1947 a 26- 1-1956
Antonio Camillo de Oliveira.....	Embaixador.....	28- 1-1956 a 21- 6-1966
Antonio Corrêa do L. o.....	Embaixador.....	21- 6-1966 a 17-11-1969
Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.....	Embaixador.....	17-11-1969 a.....

**COORDENADOR DE CURSOS**

Jorge Alberto de Seixas Corrêa.....	Ministro.....	15- 5-1969 a.....
-------------------------------------	---------------	-------------------

**CHEFES DA SECRETARIA**

Labieno Salgado dos Santos.....	Ministro.....	1- 9-1945 a 3- 6-1946
Jacome Baggi de Berenguer César.....	Ministro.....	3- 6-1946 a 7- 1-1947
João Guimarães Rosa.....	Secretário.....	24- 1-1947 a 7- 8-1948
Vera Regina Amaral Sauer(*).....	Cônsul.....	1- 8-1947 a 31- 8-1947
Raul Bopp.....	Ministro.....	17- 9-1948 a 17-11-1951
Beata Vettori.....	Conselheiro.....	17-11-1951 a 30- 5-1953
Jayme de Azevedo Rodrigues.....	Conselheiro.....	30- 5-1953 a 11-11-1955
Antônio Corrêa do Lago.....	Ministro.....	11-11-1955 a 11-10-1954
Luiz Almeida Nogueira Pôrto.....	Ministro.....	6-10-1954 a 26- 5-1955
Vera Regina Amaral Sauer.....	Ministro.....	26- 5-1955 a 22- 8-1962
Arnaldo Rigueira (*).....	Secretário.....	24- 9-1960 a 20-12-1960
Hélio Antônio Scarabóto.....	Conselheiro.....	22- 8-1962 a 1- 8-1964
Arthur Pimenta Valente.....	Secretário.....	12- 8-1964 a 1- 4-1965
Isócrates de Oliveira.....	Secretário.....	25- 6-1965 a 1- 7-1966
Fernando Paulo Simas Magalhães.....	Ministro.....	1- 7-1966 a 23-12-1966
Othon do Amaral Henriques Filho.....	Conselheiro.....	28-12-1966 a 31- 5-1967
Oswaldo Barreto e Silva (*).....	Conselheiro.....	1- 6-1967 a 31- 7-1967
Othon do Amaral Henriques Filho.....	Conselheiro.....	1- 8-1967 a 12- 9-1969
Othon Guimarães.....	Conselheiro.....	12- 9-1969 a.....

**COORDENADOR DOS CONCURSOS**

Oswaldo Barreto e Silva.....	Conselheiro.....	15- 9-1967 a 8- 7-1968
------------------------------	------------------	------------------------

**COORDENADOR DO C. P. C. D.**

Augusto Cesar de Vasconcellos Gonçalves.....	Secretário.....	1- 6-1967 a 20- 6-1969
--	-----------------	------------------------

(\*) Em caráter interino.

AUXILIARES DA SECRETARIA E SUA DISTRIBUIÇÃO  
PELAS DIVERSAS SEÇÕES

SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
Maria Virginia Dantas Cavalcanti.....	Auxiliar.....	1- 9-1945 a 31-12-1945
Ladislau Colaço.....	Auxiliar.....	10-11-1945 a 14-11-1945
Jorge Malheiros dos Santos.....	Auxiliar.....	5-10-1945 a 15-11-1945
Estevão Botelho.....	Contador.....	1- 1-1946 a 9-12-1958
Martha Freire Pereira Pinto.....	Escriturário.....	6- 3-1946 a 12- 2-1949
Vera Pereira Corrêa Costa.....	Auxiliar.....	8- 7-1946 a 20-12-1946
Manoel Moreira de Barros.....	Auxiliar.....	8- 3-1946 a 18-10-1946
Ida Lôbo de Brito.....	Arquivista.....	8- 5-1946 a 1- 2-1947
Naura Teixeira Lopes da Cruz.....	Oficial de Chancelaria.....	28-11-1946 a .....
Maria Paletta de Alencar.....	Oficial de Chancelaria.....	6- 5-1947 a 12-12-1947
Dulce Soares de Oliveira.....	Datilógrafo.....	7- 3-1957 a .....
Clotilde Paletta de Alencar.....	Auxiliar.....	3- 9-1947 a 31-12-1947
Washington Muller dos Reis.....	Auxiliar.....	7-11-1947 a 31- 5-1951
Iolanda Lúcia Veitoni.....	Arquivologista.....	21-11-1947 a 5- 5-1948
Cecília Leite Carneiro Monteiro.....	Datilógrafo.....	12- 1-1948 a 30- 8-1948
Regina Lima de Abreu.....	Datilógrafo.....	1- 1-1949 a 9-12-1952
Lygia Lima de Abreu.....	Escriturário.....	23- 5-1949 a 23- 8-1951
Vera de Pimentel Brandão Corrêa Pinto.....	Auxiliar.....	25-10-1951 a 16-11-1956
Iris Coelho.....	Auxiliar.....	1-11-1951 a 31-12-1953
Silvia Ribeiro Póvoas.....	Taquigrafo.....	1- 1-1953 a 31- 8-1955
Zoeh Ivone da Veiga Ferreira Pontes.....	Auxiliar Administrativo.....	15- 7-1954 a 26- 8-1954
Maria Aparecida de Carvalho Sá.....	Auxiliar Técnico Financeiro.....	26-11-1951 a 1- 8-1952
Rachel Biasotto Mano.....	Escrevente Datilógrafo.....	1-12-1953 a .....
Maria Sylvia de Noronha.....	Auxiliar Administrativo.....	1-10-1954 a 13- 1-1955
Anna Maria Teixeira Nunes.....	Auxiliar.....	1-10-1954 a 2- 9-1955
Luciela Junqueira.....	Auxiliar.....	22-8-1955 a 7- 3-1960
Laura Moura Aquino.....	Datilógrafo.....	22- 8-1955 a 7- 5-1957
Ilma Drinkwater de Oliveira Gomes.....	Auxiliar de Escritório.....	10- 5-1962 a 2- 5-1967
Marina de Barros Vasconcelos.....	Assistente.....	5-11-1962 a .....
Maria Paletta de Alencar.....	Encarregado de Seção.....	21- 9-1946 a 19-0-1951
Rachel Biasotto Mano.....	Auxiliar.....	9-10-1951 a 3- 1-1955
Zina Aracy.....	Oficial de Chancelaria.....	12-12-1947 a 7- 3-1957
Ilka Vianna de Moura.....	Datilógrafo.....	3- 1-1955 a 12- 1-1965
Luciela Junqueira.....	Oficial de Chancelaria.....	1-10-1954 a 31-12-1959
Ana Maria Teixeira Nunes.....	Assistente Comercial.....	1-11-1956 a 6- 8-1965
Juraciama Marciano de Amorim.....	Técnico Contabilidade.....	8- 3-1957 a .....
	Auxiliar de Escritório.....	7- 5-1960 a .....
		26- 7-1965 a 19- 8-1968

CHEFES DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

N O M E S	CARGO	EXERCÍCIO
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.....	Cônsul.....	12- 5-1948 a 18-11-1949
Ayrton Diniz (*).....	Cônsul.....	18-11-1949 a 23- 6-1950
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.....	Cônsul.....	25- 6-1950 a 9- 2-1951
Cláudio Garcia de Souza.....	Cônsul.....	9- 2-1951 a 26- 5-1952
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*).....	Cônsul.....	2- 4-1951 a 28- 5-1951
Marcos Antônio de Salvo Coimbra (*).....	Cônsul.....	28- 5-1952 a 27- 3-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar.....	Cônsul.....	8- 6-1953 a 7- 4-1954
Oseires Carneiro Leão (*).....	Aux. Administrativo.....	11- 1-1954 a 10- 5-1954
José Maria Vilar de Queiroz.....	Cônsul.....	7- 4-1954 a 10- 1-1955
Martha Freire Pereira Pinto.....	Escriturário.....	13- 1-1955 a 20- 1-1959
Arnaldo Rigueira.....	Secretário.....	21- 1-1959 a 8- 3-1961
Naura Teixeira Lopes da Cruz.....	Oficial de Chancelaria.....	25- 3-1961 a .....
CHEFES DA SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA		
Alvaro Moitinho Naiva (*).....	Técnico de Educação.....	19- 5-1948 a 31-12-1949
Marina de Barros Vasconcelos (*).....	Professora.....	9-10-1951 a 13- 1-1955
Rachel Biasotto Mano.....	Professora.....	13- 1-1955 a 1- 4-1965
Inah de Figueirêdo Lobo.....	Professora.....	1- 4-1965 a 20- 8-1968
Martha Freire Pereira Pinto.....	Oficial de Chancelaria.....	1- 3-1969 a .....
CHEFES DA SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES		
José Honório Rodrigues.....	Professor.....	2- 9-1948 a 24- 7-1950
Raul José de Sá Barbosa.....	Cônsul.....	21- 8-1950 a 26- 5-1951
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*).....	Cônsul.....	11- 6-1951 a 24- 9-1951
Cláudio Garcia de Souza (*).....	Cônsul.....	24- 9-1951 a 19- 1-1952
Flávio Garcia de Souza.....	Auxiliar.....	19- 1-1952 a 7- 1-1955
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo.....	Oficial de Chancelaria.....	7- 1-1955 a .....
SECRETÁRIOS DO DIRETOR		
Mello Moreira de Mello.....	Cônsul.....	22- 5-1946 a 3-12-1946
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.....	Cônsul.....	23-12-1946 a 12- 5-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*).....	Cônsul.....	1- 8-1947 a 31- 1-1948
Ayrton Diniz.....	Cônsul.....	12- 5-1948 a 23- 6-1950
Luiz Benjamin de Almeida Cunha.....	Cônsul.....	13- 2-1951 a 24- 9-1951
Cláudio Garcia de Souza (*).....	Cônsul.....	24- 9-1951 a 5-10-1951
Marcos Antônio de Salvo Coimbra.....	Cônsul.....	5-10-1951 a 27- 3-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar.....	Cônsul.....	8- 7-1953 a 7- 4-1954
José Maria Vilar de Queiroz.....	Aux. Administrativo.....	7- 4-1954 a 25- 1-1955
Elza Gomes (*).....	Escriturário.....	9- 2-1956 a 15- 6-1957
Naura Teixeira Lopes da Cruz.....	Oficial de Chancelaria.....	16- 5-1957 a 24- 3-1961
Martha Freire Pereira Pinto.....	Oficial de Chancelaria.....	25- 3-1961 a .....

(\*) Em caráter interino.

N O M E S	C A R G O	E X E R C Í C I O
-----------	-----------	-------------------

SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Astréia Dutra dos Santos.....	Pesquisador.....	26-11-1945 a 31-12-1949
Jacy Lobato Alvares.....	Bibliotecário.....	10- 9-1948 a 10- 6-1951
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo.....	Oficial de Chancelaria	31-11-1948 a.....
Osires Carneiro Leito.....	Auxiliar Administrativo	19- 6-1951 a 26- 1-1955
Ronaldo Costa.....	Serviço Extraordinário da Biblioteca.....	.....
Othon Guimarães.....	Serviço Extraordinário da Biblioteca.....	.....

BIBLIOTECA

Heloisa Behring Tonello.....	Oficial de Chancelaria,	15- 5-1955 a.....
Laura Moura de Aquino.....	Datilógrafa.....	2- 5-1957 a.....

PORTARIA

Wilson Teixeira (Servindo no S.T.P.).....	Impressor.....	1-11-1945 a.....
Ivan Teixeira.....	Porteiro.....	1- 4-1947 a 22-12-1969
Antonio Jorge dos Santos.....	Servente.....	(até 15-12-1961)
Rubens Pereira de Souza e Silva.....	Porteiro.....	(até 12- 4-1963)
Adilson de Miranda Miguel.....	Servente.....	(até 2-12-1963,
Joaquim Francisco da Costa.....	Servente.....	De 1-4-1965 a 4-10-1965
Gilberto de Jesus.....	Servente.....	(até 2- 9-1965)
Jorge Melo da Costa.....	Servente.....	(até 1- 4-1965)
Luiz Carlos da Gama.....	Servente.....	De 17-11-1966 a.....
Leonidas Rosa de Oliveira.....	Servente.....	5- 9-1963 a 30 11-1967
Rogério Lourenço Pereira.....	Servente.....	5-10-1965 a 15-11-1966
Jorge Ivo Marcello.....	Servente.....	2- 5-1967 a.....
Waldir Teixeira.....	Servente.....	9- 5-1967 a.....
	Porteiro.....	1-12-1967 a.....
		2-12-1969 a.....

COORDENADORES E PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

1968/1969

ABRANCHES, Carlos Alberto Dunshee de

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1965 a 1969)  
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (1935). *Atividades Profissionais*: Professor universitário, advogado e jornalista. *Funções Públicas*: a) Assessor Jurídico do Ministro da Fazenda (1945); b) Membro da Comissão de Reparções de Guerra (1945); c) Diretor do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais (1946-53); d) Consultor Especial da Comissão Nacional de Energia Nuclear desde 1961; e) Delegado do Brasil ao Comitê Intergovernamental sobre Responsabilidade Civil da Agência Internacional de Energia Atômica (Viena, 1962); f) Delegado do Brasil e Presidente do Comitê Jurídico da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Washington, 1962; Viena, 1963; Washington, 1963; Buenos Aires, 1964 e México, 1967); g) Delegado do Brasil e «Rapporteur» à Conferência Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares (Viena, 1963); h) Delegado do Brasil à 5ª Reunião da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Valparaíso, 1964); i) Membro da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, eleito em 1964 e reeleito por mais 4 anos em 1968; j) Delegado do Brasil à II Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965); k) Delegado do Brasil na Comissão de Peritos sobre Assistência de Emergência em caso de Acidente Nuclear da AIEA (Viena, 1965); l) Representante do Brasil no Seminário das Nações Unidas sobre o Apartheid (Brasília, 1966); m) Membro do Tribunal de Arbitragem do Consortium Internacional de Telecomunica-



ções por Satélites (Washington, 1967); n) Delegado do Brasil à Comissão das Nações Unidas sobre Satélites de Comunicação Direta (Nova York, 1969); o) Delegado do Brasil à Conferência do INTELSAT (Washington, 1969). *Exercício de Magistério*: a) Professor contratado de História da Civilização do Colégio Pedro II (1934); b) Professor contratado de Direito Penal na Faculdade Nacional de Direito (1940); c) Professor contratado do Curso de Direito Nuclear da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1963); d) Professor livre-docente de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UEG (1965); f) Catedrático interino de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UEG (1969); g) Catedrático interino de Direito da mesma Faculdade (1967/68); h) Professor do Curso de Direito Nuclear da Universidade Nacional de Brasília e conferencista na Universidade de Coimbra, na Universidade de Lisboa, na Universidade de Juiz-de-Fora, na Pontifícia Universidade Católica e outras universidades. i) Conferencista da Escola Superior de Guerra, da Escola de Guerra Naval e da ADESG. *Congressos e Conferências Jurídicas*: a) «Conferência Interamericana sobre Problemas da Paz e da Guerra» (México, 1946); b) «Inter-American Bar Association» (Rio de Janeiro, 1943; Detroit, 1949; São Paulo, 1954; Bogotá, 1961; Panamá, 1963; San Juan, 1965 e Costa Rica, 1967); c) «Union Internationale des Avocats» (Rio de Janeiro, 1951 e Lisboa, 1962); d) «World Peace Through Law Center» (Costa Rica, 1961; Atenas, 1963; Washington, 1965 e Genebra, 1967); e) Simpósio Interamericano de Energia Nuclear e Direito (Pórtico Rico, 1959); f) «International Law Association» (Bruxelas, 1962 e Tóquio, 1964); g) «Académie Internationale de Droit Comparé» (Hamburgo, 1962). h) Diretor Geral da Comissão Interamericana de Arbitragem Comercial — 1967-1970 (releito). *Publicações*: a) *Sentença Indeterminada* — Rio, 1939; b) *O Método do Caso* e *o Ensino Jurídico* — Rio, 1943; c) *Estatuto do Advogado* (Substitutivo) — Rio, 1955; d) *Regime de Previdência do Advogado* — Rio, 1958; e) *Crise do TFR* — Rio, 1960; f) *Convenção Interamericana sobre Drogas e Alimentos* — Rio, 1962; g) *Trabalhos Forenses* (Coletânea), 4 volumes — Rio, 1934-63; h) *Proteção Internacional dos Direitos Humanos* — Rio, 1964; i) *Proscrição das Armas Nucleares* — Rio, 1964; j) *O Espaço Exterior e a Responsabilidade Internacional* — Rio, 1965; l) *Missão em São Domingos* (3 relatórios)

Washington, 1965-66; m) *Apartheid* (Min. Relações Exteriores) — Rio, 1966; n) *Convenção Interamericana de Direitos Humanos* (Projeto e Relatórios) — União Pan-Americana — Washington, 1966-67.

AGUIAR, Ministro Sérgio Portella de

(C. A. D. — C. P. — Promoção Comercial — 1968, 1969). (Não apresentou o «Curriculum»).

ALMEIDA, Secretário Márcio Fortes de

(C. P. C. D. — Português — 1966 a 1969)

(C. P. C. D. — Orientação Profissional — 1967, 1968)

(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Orientação Profissional — 1968).

(C. P. C. D. — Organização e Métodos de Trabalho do M. R. E. — 1969).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1963). Curso de Doutorado, Direito Público, da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio «Rio-Branco», medalha de *vermeil* — 1º lugar, 1963. Prêmio «Lafayette de Carvalho e Silva» (vestibular ao Instituto Rio-Branco, 1962). Terceiro Secretário de Embaixada (1963). Segundo Secretário em novembro de 1966. Assessor das Delegações do Brasil às II Reuniões Anuais do Comitê Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (1963). Assessor do Exame de Seleção Prévia e do Exame Vestibular do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco (julho de 1964 e julho-novembro de 1965). Chefe, substituto, da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores (julho-agosto de 1964). Assessor da Delegação do Brasil à XIX Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (dezembro de 1964, março de 1965). Auxiliar do Secretário Geral Adjunto para Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (março-julho de 1965). Membro do Conselho da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (G. O.), como representante do Ministério das Relações Exteriores (maio de 1965-fevereiro de 1967). Auxiliar do Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores (agosto de 1965-fevereiro de 1966). Exami-

nador de Português dos Exames de Seleção Prévia em 1966, 1967, 1968 e 1969 e do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1966, 1967 e 1968. Examinador de Português da 1ª fase (Seleção Prévia) do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (novembro de 1967). Orientador do 1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1967 e do 2º ano em 1968. Membro do Grupo de Estudos sobre Direito Internacional Público e Política Internacional na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, representando o Ministério das Relações Exteriores (setembro de 1966 e março de 1967). Assessor da Assessoria Especial do Presidente da República (1966 a dezembro de 1969). Adjunto da Assessoria Especial do Presidente da República (dezembro de 1969).

ALMEIDA, Embaixador Miguel Álvaro Ozório de

(C.P.C.D.) — Economia Política, 1953-54, 1961

(C.E. — Análise Estatística — Análise Macroeconômica — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — Coordenador — 1969)

Assessor Especial do Ministro de Estado e Chefe da Secretaria Geral Adjunta para o Planejamento Político. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1937). Economista com cursos de pós-graduação realizados em: Columbia University; New York University; New School for Social Research (New York). Examinador das bancas de Prática Diplomática, Prática Consular e Tratados e Política Econômica do Brasil, no Instituto Rio-Branco, em 10-7-1952. Ingressou na Carreira Diplomática, por concurso, em 1942. Serviu nos seguintes postos: Buenos Aires, Miami, Missão junto às Nações Unidas, Londres, Nova York, Washington, Moscou, Montreal e Hong-Kong. Representou o Brasil nos seguintes Congressos e Conferências: VI Sessão do Conselho Econômico e Social 1948. VIII Sessão do mesmo Conselho, 1949. Comissão Econômica da América Latina em Havana, 1949. IX Sessão do Conselho Econômico e Social, Genebra, 1949. III Assembleia Geral Ordinária das Nações Unidas, 1949. IV Assembleia Geral das Nações Unidas, 1949. Conselho Interamericano Econômico e Social, Washington, 1950. XI Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, Genebra, 1950. V Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1950. IV Reunião da Comissão Econômica das

Nações Unidas para a América Latina, México, 1951. VII Conferência Geral da UNESCO, Paris, 1952. V Período de Sessões da CEPAL, 1953. VIII Reunião das Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, Genebra 1953. X Conferência Interamericana e Conferência Internacional sobre o Açúcar, 1956. XXII Sessão do Conselho Econômico e Social, Genebra, 1956. Conferência das Nações Unidas para a criação da Agência Atômica, Nova York, 1956. XI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1956. Representante do FISI na Reunião do Comitê Conjunto sobre saúde O.M.S. e FISI, Paris, 1957. XII Sessão da Assembleia Geral, 1957. XXV Sessão do Conselho Econômico e Social, 1958. XII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1958. «Comitê dos 21» da Organização dos Estados Americanos, em Washington, novembro de 1958. Reunião do «Comitê dos 21», 1959. XXXVI Conferência Geral da Federação Internacional de Documetação, Rio de Janeiro, 1960. III Período de Sessões da Comissão Especial para Estudar a Formulação de Novas Medidas de cooperação econômica (Comitê dos 21), Bogotá, 1960. Reunião da Comissão Especial do Conselho da O.E.A., 1960. Representante do Itamaraty da Comissão Encarregada de Estudar Meios de Exportação, Bonn, 1960. Reunião do Comitê para o Desenvolvimento Industrial do Conselho Econômico e Social da O.N.U., Nova York, 1961. II Sessão do Comitê de Desenvolvimento Industrial, 1962. Coordenador da Assessoria Técnica da Presidência da República, abril de 1961. II Período de Sessão e na III Reunião do Comitê de Comércio da Comissão Econômica para a América Latina, Santiago, 1961. XVII Sessão da Assembleia Geral da O.N.U., Nova York, 1962. Comitê Preparatório da Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento, 1963. II Sessão do Comitê Preparatório de CNUCED, Genebra, 1963.

ALVES, Ministro Dário Moreira de Castro

(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1968)

(C.A.D. — C.P. — Organização e Administração de Chancelaria — 1969).

Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — 1951. Diplomado pelo Instituto Rio-Brasileiro no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — 1951. Serviu na Embaixada em Buenos Aires, na Missão junto

à ONU, na Embaixada em Moscou e no Consulado em Roma. *Congressos e Conferências a que compareceu*: XIII, XIV, XVIII e XX Sessões da Assembléa Geral da ONU; VI, VII e VIII Sessões da Reunião de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas; X Conferência Interamericana da OEA (Caracas); Comissão de Desarmamento (Genebra); Comitê do Espaço Cósmico (Nova York).

AUGER, Jacques

(C.P.C.D. — Francês — 1969)  
(Não apresentou o «Curriculum»).

BANDEIRA, Pedro Paulo Rocha

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1967, 1968)  
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1958). Orador Oficial da Turma. *Cursos de Extensão Universitária*: Sistemas Penitenciários e Eloquência forense. Redator do Jornal «Cartas Universitárias» e da Revista «A Época». Diretor do Jornal A «Crítica». Fundador do «Centro de estudos Europeus» e Sócio fundador da Associação Universitária de Recuperação do Ex-detento. Curso de Doutorado na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, Seção de Direito Privado (1960). Assistente Jurídico da Superintendência de Urbanização e Saneamento do Estado da Guanabara. Advogado da Editora Última Hora S.A. Professor Assistente de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1961). Auxiliar de ensino da Cadeira de Direito Internacional Privado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1966). Membro efetivo do Comitê Nacional de Direito Comparado (1963). *Publicações e Conferências Jurídicas*: «A Justiça» (monografia premiada e publicada na edição do cinquentenário da Revista «A Época» da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1956). A Equidade» (1957); «Discurso de Orador da Turma de Bacharelados de 1958»; «Ministro Alfredo Valladão» (1959); «Direito Internacional Privado, a obra centenária de Pimenta Bueno» (conferência pronunciada na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1963, publicada na Revista Jurídica da Faculdade Nacional de Direito, vol. XVIII); «A situação jurídica da mulher sueca casada com brasileiro» (1965); «O *prélèvement* no Direito Internacional Privado Brasileiro» (1966); «Haroldo Valladão

e os Jovens Juristas» (1967); «Os novos brasileiros da Constituição de 1967: natos e naturalizados».

BATALHA, Secretário Ivan Velloso da Silveira

(C.P.C.D. — Teorias de Política Internacional — 1969)  
(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos 1969).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, 1954. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco, em 1957. Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, medalha de bronze, vestibular ao Instituto Rio-Branco, 1955. Prêmio Rio-Branco, medalha de «vermeil», 1957. Ingressou na Carreira em 28-2-58. Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1958. Estagiário na OEA, de 25-3-59 a 14-5-59. Serviu nas Embaixadas em Bonn, La Paz e Praga. Promovido a 2º Secretário, por merecimento, em 24-10-61 — Promovido a 1º Secretário, por merecimento, em 19-1-67. Estagiário da Escola Superior de Guerra — Curso de Informações — 1969.

BAUNGARTEN JÚNIOR, Alfredo Luiz

(C.P.C.D. — Economia — 1968, 1969)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro ... (1961/64). «Mestre em Economia» pela Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (1965/66). *Cursos de Aperfeiçoamento*: 1) Curso de Produtividade Industrial (1962) pelo Professor Paulo Pardal da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2) Curso de Localização de Empresas (1963) pelo Professor Mário Henrique Simonsen. 3) Curso de Desenvolvimento e Planejamento Econômico (1963) pelo Professor Mário Henrique Simonsen. 4) Curso de Programação FORTRAN para computador eletrônico pela IBM. *Experiência Profissional*: 1) Auxiliar de economista: Federação das Indústrias do Estado da Guanabara — Setor de Comércio Exterior — de 1-7-62 a 31-3-63. 2) Redator do Suplemento Econômico do «Correio da Manhã» — de 1-4-63 a 31-3-64. 3) Auxiliar de economista: Ministério do Planejamento — Setor de Orçamento e Finanças e Assessoria do Gabinete do Ministro da Fazenda, tendo participado dos estudos da Reforma Tributária de 1964 — de 1-5-64 a 18-1-65. 4) De ja-

neiro de 1965 a dezembro de 1966 — estudo em tempo integral na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. 5) A partir de 1-1-67, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, tendo participado de pesquisas sobre: Indústria Brasileira de Construção Civil, Possibilidade dos Manufaturados Brasileiros no Mercado Comum Latino-Americano e Perspectivas da Indústria Automotivística Brasileira. *Trabalhos*: «Teorias sobre Criação e Desvio de Comércio: Brasil e Argentina, um estudo de caso» — tese de mestrado apresentada à Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. *Comissões*: 1) Representante do «Correio da Manhã» junto ao «1º Simpósio de Jornalistas Econômicos», em outubro de 1963 no Rio de Janeiro. 2) Representante da EPGE/FGV junto ao «1º Congresso sobre Desenvolvimento Regional», em agosto de 1966 no Rio de Janeiro. 3) Representante da Fundação Getúlio Vargas junto ao 1º Congresso de Usuários de Computadores Eletrônicos, promovido pela SUCEU, em setembro de 1968 no Rio de Janeiro. *Atividades Didáticas*: Professor Associado do Departamento de Economia da Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. — Conferências pronunciadas na Associação dos Diretores Cristãos de Empresas (ADCE) sobre: Planejamento e Programação Econômica, Comércio Exterior Brasileiro e Significado da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. *Associações Profissionais das quais é Membro*: 1) Conselho Regional de Economistas da 1ª Região. 2) Sociedade dos Usuários de Computadores Eletrônicos.

BECKER, Bertha Koiffmann

(C.P.C.D. — Geografia — 1966 a 1969)  
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Geografia Política — 1968)

Licenciada (1952) e Bacharel (1954) em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Assistente da Cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia (1957). Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas em 1951, 1952, 1958, 1968, 1969; do Conselho de Pesquisas da Universidade do Brasil em 1964, 1965, 1966, 1967, 1968. Sócio efetivo da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Sócio fundador da Sociedade Brasileira de Planejamento. Cursos: Curso de Altos Estudos Geográficos, promovido pelo Centro de Pesquisas de Geo-

grafia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia, 1956. Aspectos da Geografia Carioca, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1958. A Colonização Germânica no Rio Grande do Sul, promovido pela Cadeira de Geografia do Brasil, ministrado pelo Prof. Jean Roche, da Universidade de Toulouse, 1960. Imigração e Colonização do Brasil, ministrado pelo Prof. José Artur Rios, promovido pela Cadeira de Geografia do Brasil, 1960. Geografia Carioca, para a Cadeira de Estudos Sociais, organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1964. 1º ciclo de conferências sobre Planejamento Urbano — Ministério do Interior, Ministério do Planejamento e Embaixada da França, 1967. *Participação em Congressos*: a) *Nacionais* — VI Congresso Brasileiro de Solos, Salvador, 1957. Observador da Faculdade Nacional de Filosofia à Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Santa Maria, 1958. Congresso de Geologia, São Paulo, 1959. Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Mossoró, membro *in absentia*, 1960. Observador da Faculdade Nacional de Filosofia à Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Londrina, 1961. Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Poços de Caldas, 1964. II Congresso Brasileiro de Geógrafos, Rio de Janeiro, 1965. Chefe de equipe de pesquisa na Assembléia de Montes Claros, 1968. Associação de Geógrafos Brasileiros. b) *Internacionais* — Membro da Delegação Brasileira ao XVIII Congresso Internacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1956 e ao XX Congresso Internacional de Geografia, Londres, 1964. Membro da Delegação Brasileira à I Conferência Regional Latino-Americana, União Geográfica Internacional, México, 1966. Membro da Delegação Brasileira e Presidente de Sessão no *Population Symposium*, XXI Congresso Internacional de Geografia, Nova Delhi, Índia — 1968. *Trabalhos Publicados*: «Bibliografia Geográfica Brasileira» (participação na elaboração dos volumes referentes a 1951, 1952 e 1953); «Significado do Núcleo Colonial do Pium para aproveitamento dos vales úmidos do NE», in *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, vol. XIII, 1964; «O Rio de Janeiro e as Cidades Serranas» (co-autora), in *Roteiro das Excursões do II Congresso Brasileiro de Geógrafos*, 1965; «Aplicação de índices climáticos ao nordeste do Brasil» abstracts of papers — 20 th International Geographical Congress; «Expansão do Mercado Urbano e transformação da Economia Pastoral» *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXXVIII, nº 4, I. B. G. E.; «O mercado carioca e seu sistema

de abastecimento», in *Revista Brasileira de Geografia*, C.N.G., I.B.G.E., ano XXVIII, nº 2; «Transformações recentes no sistema de abastecimento do Rio de Janeiro», *Anais da I Conferência Regional Latino-Americana da União Geográfica Internacional*, México, 1966; «Aplicações de índices climáticos ao nordeste do Brasil» *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXX, nº 4, I.B.G.E., 1969; «As migrações internas no Brasil, reflexo de uma organização do espaço desequilibrada» *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXX, nº 2, I.B.G.E., 1969; «Changing land use patterns in a developing country: the spread of cattle raising in Brazil» *Anais do XXI Congresso Internacional de Geografia*, Nova Delhi, 1969.

BUEȘCU, Mircea

(C.P.C.D. — Economia II — 1967, a 1968)  
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Economia — 1968)  
(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador dos Seminários e Conferências — 1969).

Formado pela Faculdade de Direito de Bucareste (1936). Membro da Ordem dos Advogados da Romênia (1936). Diploma de Estudos Superiores da Faculdade de Direito de Paris (1939). Chefe de Seção no Ministério do Comércio Exterior (1940) e no Ministério das Relações Exteriores da Romênia (1942). Adido Comercial da Embaixada Romana na Turquia (1943-1948). Editor da Revista «APEC — Análise e Perspectiva Econômica». Professor de História Econômica na Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e de Economia da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula. *Publicações*: «Mercado Paralelo de Câmbio» (separata); «Aspectos do Mercado Paralelo de Câmbio» (separata); «Ensaio sobre o Intercâmbio Brasil-URSS»; «Intercâmbio Comercial do Brasil com a Cortina de Ferro»; «O Modelo Soviético do Desenvolvimento»; «História do Desenvolvimento Econômico Brasileiro», em colaboração com o Prof. Vicente Tapajós; «Exercícios de História Econômica do Brasil».

BURKITT, Sara

(C.P.C.D. — Inglês — 1968, 1969)  
Universidade de Oxford, 1960/63 — B.A. Honours degree in Modern Languages (francês e espanhol). Universidade de Londres, 1966/67 — M. A. Honours degree in Latin American

can Studies. Professora de Inglês em Alençon, França, 1963/64. Professora de Língua e Literatura francesa em Sutton High School, Inglaterra, 1964/66. Professora de Inglês do Conselho Britânico no Centro para Estudantes Estrangeiros de Londres, Inglaterra, 1965/67. Professora de Inglês na Escola de Verão da Universidade Federal de Poznan, Polônia, julho e agosto de 1967. Conferencista de Inglês, S.B.C.I., Rio de Janeiro, 1967/69.

CARBONAR, Secretário Orlando Soares

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967, 1968)  
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Política Internacional II — 1968).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. Curso na «Università Italiana per Gli Stranieri», Perugia, Itália. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio «Rio-Branco», medalha de prata, 1960. Ingressou na Carreira em 15-4-61. Oficial de Gabinete do Ministro de Estado em Brasília, em janeiro de 1962. Serviu na Embaixada em Washington de 15-3-1963 a 1-3-1966. Segundo Secretário, por merecimento, em 22-1-1965. Estagiário na Academia de Direito Internacional em Haia e Genebra, em julho de 1962. Participou da II Conferência sobre Problemas Internacionais, em Nebraska, Estados Unidos da América, em 20-9-1965. Removido para a Secretaria de Estado em 1º de março de 1966. Oficial de Gabinete do Ministro de Estado em março de 1966. Assessor de Imprensa do Ministro de Estado em julho de 1966. Assessor da Delegação do Brasil à XXI Sessão da Assembleia-Geral da ONU, em 1966. Assessor de Imprensa do Ministro de Estado em abril de 1967. Assessor da Delegação do Brasil à XI Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores dos Estados Americanos (3º período de Sessões) e Reunião de Chefes de Estado dos Países do Sistema Interamericano, Punta del Este, abril de 1967. Orientador do 2º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

CAVAGNARI, Maria Eugênia Corrêa Lima

(C.P.C.D. — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969)  
(Não apresentou o «Curriculum»)

CHAMOUN, Ebert Vianna

(C.P.C.D. — Direito Civil — 1959 a 1969)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Doutor em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Membro do Instituto dos Advogados do Brasil. Professor catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Professor regente (catedrático interino) de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Livre-docente de Direito Romano e Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Livre-docente de Direito Romano da Faculdade de Direito do Estado da Guanabara. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara.

CORRÊA, Ministro Jorge Alberto de Seixas

C.P.C.D. — Departamento de Orientação Profissional — Coordenador — 1969)

(C.P.C.D. — Departamento de Política — Coordenador substituído — 1969).

Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Cônsul de 3ª classe, por concurso, dezembro de 1945. Serviu em Genebra, Montevideu, Washington, Buenos Aires e Roma.

CORTES, Secretário Marcos Henrique Camillo

(C. A. D. — C.P. — Organização de Chancelaria — 1968).

Auxiliar do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (dez./1969). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (dez./1958). Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1958. Prêmio Rio-Branco, medalha de prata. Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1960. Diplomata pelo Instituto Rio-Branco (jan/1959). Estagiário na Organização dos Estados Americanos (1960). Serviu nas Embaixadas em Viena, Lima, Montevideu, Buenos Aires e Washington. Membro do Grupo de Trabalho para preparação das instruções à Delegação do Brasil na XI Conferência Interamericana. Segundo Secretário, por merecimento, (set/61). Assessor da Delegação do Brasil à Conferência Interparlamentar (Roma, abr/62). Assessor da Delegação do Brasil à 6ª e 7ª Sessões Ordinárias

da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (Viena, set/out/62 e set/out/63). Auxiliar do Secretário-Geral de Política Exterior (jun/66 a out/68). Primeiro Secretário, por merecimento, (jan/67). Elemento de ligação do Itamaraty com a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com o Estado-Maior do Exército, com o Estado-Maior da Aeronáutica, com o Estado-Maior da Armada e CENIMAR e com o Gabinete do Ministro do Exército (1966 a 1968). Observador do Itamaraty na VIII Conferência dos Exércitos Americanos (Rio, set/68).

DUARTE, Secretário Sérgio de Queiroz

(C. A. D. — C.P. — Comunicações — 1969).

Chefe da Divisão de Comunicações do Ministério das Relações Exteriores. Bacharel em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas — 1956. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Niteroi — 1958. Diplomata, classe K, pelo Instituto Rio-Branco, em 1958. Diplomado pelo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio-Branco em 1958. Estagiário na ONU em 1959. Serviu em Roma, Buenos Aires, Quito e na Delegação em Genebra. Secretário Geral da Delegação do Brasil às VI e VII Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, em Costa Rica — agosto de 1960. Membro da Delegação Brasileira à Reunião da Aliança dos Produtores de Cacao em Roma, setembro de 1962. Chefe do SEPRO em Roma e Buenos Aires. Participou do Grupo de Trabalho que elaborou as Instruções para a Delegação do Brasil à XXXVI Sessão do Comitê de Produtos de Base da FAO, em maio de 1963. Assessor do Delegado Brasileiro à 1ª Conferência Interamericana sobre Programas Voluntários na América Latina, em Buenos Aires, 1965. Secretário Geral da Delegação do Brasil à Reunião Especial da OEA — Panamá, 1966. Assessor da Delegação do Brasil à XXII e XXIV Assembléias Gerais da ONU — 1966/69. Membro da Delegação do Brasil à Conferência das dezoito Nações sobre o Desarmamento — Genebra, 1966 a 1968.

FIORAVANTE, Moacyr Antonio

(C.P.C.D. — Economia I — 1968)  
(Não apresentou o «Curriculum»).

FRANCO FILHO, Secretário Álvaro da Costa

(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos 1969)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul, em 1956. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco em 1958. Nomeado para a carreira de Diplomata em 22/1/59. Auxiliar do Chefe do Departamento Político e Cultural de 4/1/61 a 26/4/61. Serviu nas Embaixadas em Bruxelas e Montevidéu. Removido para a Embaixada em Paris por Portaria de 13/10/69. Promovido a Segundo Secretário, por mercimento, em 24/10/61. Secretário da Delegação Permanente do Brasil junto a ALALC em 17/1/64. Promovido a Primeiro Secretário, por mercimento, em 25/4/67. Assessor do Secretário Geral Adjunto para Organismos Internacionais, por Portaria de 25/9/67. Chefe da Divisão da Ásia e Oceania por decreto presidencial de 17/11/67. Assessor da Delegação do Brasil à XI Reunião da Comissão de Territórios Não-autônomos das Nações Unidas (Nova York — fevereiro-março de 1960); Assessor da Delegação do Brasil às VI e VII Reuniões, de Consulta de Ministros das Relações Exteriores (São José da Costa Rica, setembro de 1960); Encarregado de Negócios na Delegação Permanente junto à ALALC (1964); Membro da Delegação do Brasil à II Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Japão (Rio de Janeiro, maio de 1969); Assessor do Observador do Brasil à Reunião Consultiva dos Países Não-Alinhados (Belgrado, julho de 1969).

GUERREIRO, Embaixador Ramiro Elysis Saraiva

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1962).  
(Curso Especial correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1963).  
(C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1969).  
(C.P.C.D. — Departamento de Política — Coordenador — 1969).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, 1939. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Prática Consular e História da Cartografia Política do Brasil, 1945. Sócio titular da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Membro da Sociedade Americana de Direito Internacional. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e da Sociedade

Brasileira de Direito Internacional. Cônsul de 3ª classe, por concurso, em 1945. 3º Secretário da Delegação do Brasil junto à O.N.U. em 1946. Serviu sucessivamente junto às Embaixadas do Brasil em La Paz, Madrid e Washington e na Delegação do Brasil em Genebra. Assessor da Delegação do Brasil à I, II, III, IV e VII Sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Auxiliar de Gabinete do Ministro de Estado, em 12 de março de 1953. Membro da Comissão incumbida de estudar o programa da X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, em 1954. Conferência Técnico da Delegação do Brasil na XXXIX Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1956. Assessor da Delegação do Brasil na XXII Sessão do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, realizada em Genebra, em julho de 1956. Assessor da Delegação à XXIII Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, Nova York, abril de 1957. Assessor das Delegações às XII e XIII Sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1957 e 1958, respectivamente. Delegado Substituto do Brasil à XIV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 17 de setembro de 1959. Assessor da Delegação do Brasil à Reunião de Consulta dos Ministros de Estado das Relações Exteriores dos Estados Americanos, em Costa Rica, em agosto de 1960. Membro da Delegação do Brasil à XV Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 1960 e da Delegação à XVI, em 1961. Membro da Delegação do Brasil à 1ª Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, agosto de 1961. Ministro de 2ª classe em 30 de setembro de 1961. Chefe da Divisão da América Setentrional, janeiro a março de 1961. Chefe da Divisão das Nações Unidas de março de 1961 a julho de 1963. Ministro-Conselheiro na Embaixada em Madrid, setembro de 1963 e na Embaixada em Montevidéu, em abril de 1966. Secretário Geral Adjunto para Organismos Internacionais em maio de 1967. Delegado Substituto na XXII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, 1967 e Delegado na XXIII Sessão, 1968. Delegado do Brasil à 3ª Sessão do Comitê especial das Nações Unidas para o Fundo do Mar, Rio de Janeiro, agosto de 1968. Ministro de 1ª classe em 26 de setembro de 1968. *Trabalhos Publicados*: Artigos sobre a Codificação do Direito Internacional no Boletim da Sociedade de Direito Internacional e no Jornal do Comércio.

HOLLANDA, Guy de

(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1967, 1968).  
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — História das Relações Exteriores do Brasil — 1968).

*Cursos Superiores e Livre-docência*: 1. Curso de Bibliotecologia da Biblioteca Nacional; 2. Curso de Museus do Museu Histórico Nacional; 3. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito; 4. Diplomado em História pela Escola de Economia e Direito da antiga Universidade do D.F.; 5. Licenciado em História pela Faculdade Nacional de Filosofia, em virtude de revalidação do diploma anterior; 6. Professor Agregado da Faculdade de Filosofia; 7. Doutor em História pela Faculdade Nacional de Filosofia; 8. Docente-livre de História da América da Faculdade Nacional de Filosofia. *Atividades Didáticas*: I — *Ensino Secundário* — a) Brasil: 1. Regência no Externato do Colégio Pedro II, de 1932 a 1935, de turmas de Francês e História da Civilização; 2. Ex-Professor, por concurso, de História da Civilização das Escolas Técnicas Secundárias da antiga Prefeitura do Distrito Federal (1936); 3. Ex-Professor Chefe de História da Civilização do Colégio Universitário da Universidade do Brasil (1938). *Atividades Didáticas*: I — *Ensino Secundário* — b) Paraguai: 1. Professor de Filosofia da Educação (1950/55) e Filosofia Geral (1954/55) da «Escola Normal de Professores nº 1» de Assunção; 2. Professor de História Americana e Revista da História (Revisão Geral da História), respectivamente, de 1953 a 1954 e em 1955, no «Colégio Nacional de Niñas» de Assunção; 3. Membro da comissão de reforma do ensino secundário e normal do Paraguai (1944/45). *Atividades Didáticas*: II — *Ensino Superior* — a) Brasil: 1. Professor de Introdução Metodológica à História (atualmente, Introdução ao Estudo da História), da Faculdade Nacional de Filosofia (1958/67); 2. Professor de História das Ideias Políticas (atualmente, História das Ideias Políticas e Sociais) (1959/67); 3. Professor de Filosofia da Cultura (1963/67); 4. Professor de Introdução aos Estudos Históricos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Espírito Santo (1959/67); 5. Ex-Professor de Etnografia Geral e do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula (1940/41); 6. Professor de Introdução à História da Facul-

dade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. *Atividades Didáticas*: II — *Ensino Superior* — b) Paraguai: 1. Regência, na «Escola de Humanidades» (Instituto de Ensino Superior destinado à formação de professores secundários), da Cadeira de Introdução aos Estudos Históricos (1944/47), Assunção, Paraguai; 2. Regência na mesma Escola: de História Geral (1944/45); de História Americana (1946/47); de História da Civilização Luso-Brasileira (1944/47); de História da Educação (1945/47); 3. Regência na Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional de Assunção: de Introdução à História (1948/55); de História Medieval e Moderna (1948/49); de História Contemporânea (1949/50); de História da América (1948/49/51); de História da Historiografia (1º ano do doutorado em História, 1950/55); de curso extraordinário sobre «Técnica de investigação histórica» (Curso de Aperfeiçoamento, 1955); de Didática da História e Prática do Ensino (1949/55). *Atividades Culturais*: 1. Membro da Missão Brasileira aos Centenários de Portugal (1940), tendo organizado o Catálogo da Exposição do Livro Brasileiro; 2. Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação; 3. Membro da Associação dos Professores Universitários de História (fundador); 4. Membro da Organização Nacional do ICOM (International Council of Museums); 5. Membro do Seminário Latino-Americano de Museus promovido pela UNESCO no Rio de Janeiro em 1958; 6. Membro fundador do antigo Centro de Estudos Históricos e da Direção do seu «Boletim»; 7. Sócio correspondente, admitido por unanimidade, da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1941). *Estados Unidos*: 1. Membro da «American Historical Association» (1937); 2. Membro do Seminário Latino-Americano sobre Educação Norte-Americana organizado pela Universidade de Porto Rico (1958). *Paraguai*: 1. Membro da missão cultural brasileira no Paraguai (1942/50); 2. Membro fundador do Instituto Cultural Paraguai-Brasil; 3. Sócio honorário do «Ateneo Paraguayo» (1945); 4. Membro do «Instituto Paraguayo de Investigaciones Históricas»; 5. Diretor do Centro Cultural de Embaixada da França em Assunção (1954). *Principais trabalhos publicados*: 1. «Nôvo conceito de História da Civilização à luz da Etnologia e Prehistória», Rio de Janeiro, 1934; 2. «Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro — 1931/56», Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, INEP, Centro



Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957; 3. «Recursos Educativos dos Museus Brasileiros», Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1958; 4. «O pensamento histórico de Manuel Dominguez e a reivindicação da «Alma da Raça» e das «Grandezas e Glórias do Paraguai», Rio de Janeiro, 1960; 5. «As características da economia do Paraguai no fim do século XVIII», Rio de Janeiro, 1960; 6. «Para un nuevo planteamiento de la historiografía Iberoamericana», Assunción, «Escuela de Humanidades, Sección Historia», Série «Cuadernos», 1946.

JACQUES, Paulino Ignacio

(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1966 a 1968)

Bacharel e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Docente-livre e ex-catedrático de Direito Constitucional da antiga Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil; Catedrático efetivo de Introdução à Ciência do Direito da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. *Funções de Magistério*: 1) Professor efetivo dos Cursos de Bacharelado e de Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara; 2) Conferencista da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica do Ministério da Aeronáutica; 3) Ex-Professor contratado de Direito Constitucional e de Filosofia do Direito da antiga Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. *Principais Obras Jurídicas*: 1) «Curso de Direito Constitucional», Editora Forense, 4ª edição, 1964; 2) «Da igualdade perante a lei», Editora Forense, 2ª edição, 1957; 3) «Da norma jurídica», Editora Forense, 2ª edição, 1963; 4) «A Constituição Federal Explicada», Editora Forense, 1958 (esgotada); 5) «Do conceito do Direito», Editora Forense, 1964. *Principais obras Históricas*: 1) «Elogio do Visconde de Beaurepaire Rohan», Rio, 1931; 2) «Elogio de Gaspar Silveira Martins», Rio, 1943; 3) «Memória da Guerra dos Farrapos de Francisco de Sá Brito», Rio, 1950. *Sociedades Culturais*: 1) Membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros; 2) Membro efetivo do Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais; 3) Membro efetivo do Instituto de Direito Social; 4) Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico; 5) Membro efetivo do Instituto Genealógico Brasili-

leiro; 6. Membro efetivo da Fundação Genealógica Brasileira; 7) Membro efetivo da Société Internationale de Droit du Travail et de la Sécurité Sociale (Genève — Suisse).

KING, Bernard Noel

(C.P.C.D. — Inglês — 1969)

Diploma de Bacharel com «Second Class Honours» do Curso de Economia e Ciência Política da Universidade de Bristol. Curso de Pós-graduação em Ciência Política na Universidade de Manchester. (Elaborou trabalho de pesquisa e obteve o Diploma para Estudos Adiantados). *Experiência Pós-Universitária* — Professor do Serviço Universitário de Alémar enviado para o Paraguai onde lecionou Inglês e Ciência Política na Universidade de Assunção, outubro de 1966 a outubro de 1968. Liderou um projeto de pesquisa na Escola de Administração da citada Faculdade. Professor da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa desde fevereiro de 1969.

LACOMBE, Américo Lourenço Jacobina

(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1949, 1957, 1958)

(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — Coordenador — 1967 a 1969).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Catedrático de História do Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (fundador). Professor Catedrático de História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Ursula (Rio). Examinador de História do Brasil nos Exames Vestibulares ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1961, 1964 e 1967, e de História Mundial Moderna em 1955, 1956 e 1963. Examinador de História da 1ª fase do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata — 1967. Diretor da Casa de Rui Barbosa — 1939/1966. Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa — 1966. Diretor da Casa do Brasil (Cidade Universitária de Paris) — 1962-1963. Diretor da Coleção Brasileira, São Paulo. Antigo Secretário do Conselho Nacional de Educação. Membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Membro da Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil do M.R.E. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Nacional da História, de

Lisboa, dos Institutos Históricos de São Paulo, Minas Gerais, Petrópolis, Bahia, do Instituto Arqueológico de Pernambuco, da Sociedade Capistrano de Abreu e do Instituto de Coimbra. Autor de: «Um Passeio pela História do Brasil», «Rio-Branco e Rui Barbosa», «Paulo Barbosa e a Fundação de Petrópolis», «Rui Barbosa e a 1ª Constituição da República», «Mocidade e Exílio de Rui Barbosa», «O Pensamento Vivo de Rui Barbosa».

MANTOVANELLI NETTO, Obertal

(C.E. — Análise Macroeconômica)  
(Não apresentou o «Curriculum»)

MARTINS, Marco Antônio Campos

(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1969)  
(C.P.C.D. — Desenvolvimento Econômico — 1969).  
Bacharel em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais — 1965. Pós-graduado pela Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas — 1967. Economista do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais — 1965. Professor do Curso de Pós-graduação em Engenharia Econômica do Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais — 1968. Professor da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro — 1969. Economista do Instituto de Planejamento Econômico-Social (IPEA) — Ministério do Planejamento — 1968. *Principais Trabalhos*: «Notas sobre o Orçamento Monetário», IPEA, 1969. «Considerações à margem da Resolução 114 do Banco Central», IPEA, 1969, publicado pelo APEC, agosto de 1969. «Idéias para o Estudo das Repercussões da Modificação da Sistemática Tributária sobre a Estrutura de Preços Relativos no Brasil», IPEA, 1969. «Sobre os Prazos de Recolhimento do ICM», IPEA, 1969.

MEINDONÇA, Mário Alexandre Campos

(C.P.C.D. — Direito Civil — 1969)

Professor Assistente de Direito Civil na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Assistente de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Procurador do Estado, por concurso, desde 2 de dezembro de 1965.

MOREIRA, SECRETÁRIO MARCÍLIO MARQUES

(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965)  
(C.P.C.D. — Economia II — 1966).  
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966 a 1968).  
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Política Internacional I — 1968)  
(C.P.C.D. — Pensamento Político Contemporâneo — 1969)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Escola de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio Rio-Branco, medalha de «vermeil», 1954. Ingressou na carreira em 9-12-1954. Professor, substituto, de Direito Internacional Público, da Faculdade de Direito Cândido Mendes, (1956). Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1956. Diplomado no Curso de Estudos do Sistema Interamericano, da Organização dos Estados Americanos, 1956. Serviu em Washington em 24-10 de 1961. Promovido a 1º Secretário em 1º de abril de 1967. Assessor da Delegação do Brasil nas negociações realizadas no Rio de Janeiro para conclusão de novos Ajustes de Pagamentos e Comércio, com vários países. Assistente do Secretariado da Reunião dos Países Participantes do Sistema de Pagamento Multilaterais, realizada no Rio de Janeiro, 1956. Assessor da Delegação do Brasil à XXV Sessão do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas, em Nova York, em abril de 1958. Membro da Delegação do Brasil à Conferência sobre o Mercado Comum Europeu, de 3-2-58 a 7-2-58. Assessor da Delegação do Brasil à Junta Diretora do Governo Internacional do Café, em Washington, em 27-10-1959. Designado para participar do seminário sobre a América Latina, em fevereiro de 1961, em Bloomfield Hills. M.A. em ciência política pela Universidade de Georgetown, Washington D.C., em junho de 1963. Diretor-substituto temporário do Brasil no Fundo Monetário Internacional e no Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1961-1963. Assessor-Geral do Departamento de Operações Internacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico de 1963 a 1965. Delegado-substituto do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento realizada em Genebra de março a junho de 1964. Assessor do Chefe da Delegação do Brasil à 2ª Conferência Interamericana Extraordinária realizada no Rio de Janeiro em novembro de

1965. Professor de Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento nos cursos de Bacharelado, Mestrado e Doutorado no Instituto de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1965. Diretor da Companhia Progresso do Estado da Guanabara, de 1965 a 1968. Membro do Conselho Consultivo da Companhia Siderúrgica da Guanabara — COSIGUA — de 1966 a 1968. Presidente do Conselho Consultivo da Companhia Central de Abastecimento da Guanabara — COCEA —, de 1966 a 1968. Professor da Escola Interamericana de Administração Pública, 1967. Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, 1968. Diretor do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara a partir de 1968. Membro do Conselho Consultivo do Serviço Federal de Urbanismo do Ministério do Interior. Vice-Presidente do Banco de Investimento do Brasil S/A. Diretor da União de Bancos Brasileiros S/A. Diretor-Financeiro do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

NABUCO, Gustavo Schmidt

C.E. — Leitura Dinâmica  
(Não apresentou o «Curriculum»)

ONIGA, Teodoro

(C.E. — Análise Estatística — 1969)

(C.E. — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — 1969)  
Engenheiro Eletro-Mecânico pela Escola Politécnica de Bucareste em 1942. Especialização em Aeronáutica pela Escola Superior de Aeronáutica de Paris. Engenheiro-Tecnologista do Instituto Nacional de Tecnologia. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Coordenador Técnico do STAP, no Itamaraty, desde 1959. Professor de Pesquisa Operacional na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, na PUC, na Escola de Guerra Naval, na Escola de Engenharia de São Carlos, etc. Integrou a Delegação do Brasil à Conferência de Punta del Este (julho-agosto de 1961). Participou da II Reunião do Comitê Preparatório da I UNCTAD (Genebra, maio de 1963). Representante brasileiro no Grupo de Peritos convocado pelo ECOSOC para examinar e propor a reestruturação dos organismos internacionais de Comércio. Participou do Seminário da CEPAL (Brasília, janeiro de 1964). Assessor da Delegação do Brasil à I UNCTAD (Genebra, março a maio de 1964). Assis-

tente-Técnico para promoção Comercial junto ao Consulado Geral do Brasil em Hong-Kong (outubro de 1967 a junho de 1969), Integrante da Delegação Brasileira do Grupo «ad hoc» de peritos para examinar o Plano Indicativo Mundial da FAO para a América Latina (Santiago do Chile, junho a julho de 1969). Delegado do Brasil à 44ª Sessão do Comitê de Produtos de Base da FAO (Roma, setembro-outubro de 1969).

PAIVA NETTO, Jacintho Francisco

(C.P.C.D. — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).

Cursou a Escola Nacional de Belas-Artes, com licenciatura na antiga F.N.FI (1954). Conquistou bolsa de estudos e bacharelou-se em Administração Pública na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (1958). Bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Políticas e Sociais da Faculdade Federal de Filosofia do Rio de Janeiro (ex-F.N.FI) — 1967. *Experiência Profissional*: Chefe do Setor de Documentação, chefe do Pessoal, chefe da Divisão de Administração e Assessor Especial para Assuntos Administrativos da SUDENE (1959 a 1962). Chefiou o Serviço de Organização e Métodos do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA (1966). Trabalhou em diversas empresas de planejamento e organização, lecionou Chefia Administrativa e Administração do Pessoal na Escola do Serviço Público do Estado da Guanabara — ESPEG em 1967 e «Ciência da Administração», na Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas. Técnico da Fundação Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, tendo ingressado no Ministério do Planejamento em maio de 1967, como representante no Ministério do Interior para assuntos de Reforma Administrativa. Atualmente é Coordenador de Projetos e Informações Básicas do ERA e membro suplente da Área Estratégica nº VII (Reforma Administrativa).

PAYNE, Kenneth James

(C.P.C.D. — Inglês — 1961, 1964 a 1968).

St. Catherine's Society, Oxford 1945-48. Honours Degree in Modern Languages (Class I). Professor primário — 1948-52 e professor particular de inglês — 1952-54, em Eastbourne. Professor Assistente na Escola de Inglês da Legião Árabe

em Londres, 1955-56, em Amã, na Jordânia, em 1956. Professor Assistente no «The Linguist Club School of English», Londres — 1956-57. Professor no curso de inglês para professores de ensino secundário organizado pela CADES, Ministério da Educação e Cultura, Belo Horizonte — 1958. Professor na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa — 1958. Conferencista titular — junho, 1958; Diretor da filial de Botafogo em 1958-60. Nomeado Diretor de Estudos na SBCI em abril — 1960. Examinador de provas orais para o diploma «Cambridge» no Rio de Janeiro. Examinador de Inglês dos Exames de Seleção Prévia (1960, 1962, 1963, 1965, 1967 a 1969), do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1959, 1960, 1962 a 1969), e do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967 — 1ª fase). Professor Assistente da PUC — 1966-67. Coordenador de Inglês da PUC — 1968-69.

RENAULT, Adrien Joseph

(C.P.C.D. — Francês — 1963 a 1969).

Licenciado em filosofia e ciências experimentais. Professor de Letras (Académie de Paris — 1952-1956). Diretor da Aliança Francesa de Niterói — 1957-1962. Diretor dos Cursos externos da Aliança Francesa do Rio de Janeiro — 1963. Examinador de Francês dos Exames de Seleção Prévia (1963 a 1968), do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco (1963, 1965 a 1968), e do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1962 — 2ª fase, 1967 — 1ª fase).

Rios, Hilton Carlos da Silva

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Ex-Assistente Jurídico do Estado de Pernambuco. Curso de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Curso de Preparação a Pesquisas Sócio-Jurídicas da Divisão de Ciência do Direito do Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco. Antigo Professor Assistente de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito de Caruaru (Pernambuco). Antigo Professor Titular de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco.

Professor Auxiliar de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SANTOS, Theophilo de Azeredo

(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1963 a 1969).

Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara. Presidente da Comissão Consultiva de Mercado de Capitais do Conselho Monetário Nacional. Diretor do Banco Comercial de Minas Gerais, S.A. Diretor do Banco Nacional de Investimentos S. A. (ambos do Grupo do Banco Nacional de Minas Gerais, S.A.) Vice-Presidente da ADECIF — Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimentos e Financiamento. Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Conselheiro da Multicred-Crédito, Financiamento e Investimentos. Conselheiro da Sinal-Crédito, Financiamento e Investimentos (do grupo do Banco Nacional de Minas Gerais, S.A.). Ex-Conselheiro da Fábrica Nacional de Motores, S.A. Diretor da Rio de Janeiro — Cia. de Seguros Gerais. Vice-Presidente do Conselho Interamericano de Comércio e Produção — seção brasileira. Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Membro da «Society for International Development», seção brasileira. Consultor Jurídico da Cia. Docas da Bahia. Professor de Direito Comercial da Faculdade Nacional de Direito e da Faculdade de Direito do Estado da Guanabara. 1º Vice-Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros. Secretário da «Inter-American Bar Association» (sede em Washington — U.S.A.). Membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Coordenador dos Cursos de Extensão Universitária da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Diretor do Comitê Nacional de Direito Comparado. Diretor da «International Law Association», seção brasileira. Membro da Comissão Redatora do Projeto de Código de Obrigações, nomeada pelo Governo Federal. Presidente da Associação Internacional de Direito de Seguros — «AIDA» — seção brasileira. Membro da Associação de Direito Marítimo. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico. Recebeu a Medalha de Mérito Jurídico-Militar. Membro da Delegação Brasileira à reunião do Fundo Monetário Internacional. Diplomado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Doutor em Direito pela Facul-

CIES — Buenos Aires, abril de 1967; da DEA — Viña del Mar, junho de 1967. Professor do Centro Preparatório de Funcionários Internacionais, reconhecido pelo Instituto Hispano-Americano de Direito Internacional. Ministrou o Curso «Aspectos sociais da comunidade industrial» na Federação das Indústrias de Salvador (Bahia), fevereiro de 1966, no qual abordou os seguintes temas: 1) Segurança social; 2) Desenprêgo; 3) Artesanato; 4) O esporte, fenômeno social; 5) Sociologia da Educação; serviço social, serviço militar; 6) Os lazeres e o turismo; 7) Soerguimento nacional e educação.

SILVA, Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e

(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática II — 1968, 1969). Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1957. Prêmio Rio-Branco, medalha de prata. Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1958. Terceiro Secretário, de 27 de fevereiro de 1958 a 30 de setembro de 1961. Segundo Secretário, de 30 de setembro de 1961 a abril de 1967. Primeiro Secretário em abril de 1967. Serviu em Lisboa e Caracas. Secretário na Embaixada em Washington (a partir de abril de 1969). Auxiliar do Secretário-Geral de Política Exterior (de outubro de 1967 a fevereiro de 1969). Membro das Delegações do Brasil que negociaram acordos de comércio e pagamentos com o Japão em 1958 e 1959. Observador do Brasil na reunião da Comissão Econômica para a África (Adis-Abeba, fevereiro de 1961). Membro da missão brasileira aos Estados da África Ocidental (maio de 1961). Assessor do Diretor da CACEX na reunião dos principais produtores de cacau (Abidjan, janeiro de 1962). Membro da Delegação do Brasil à Conferência Internacional do Café (julho de 1962). Membro da Delegação do Brasil às negociações econômicas com Portugal (junho de 1968).

SILVA, Fernando Antônio Rezende da

(C.P.C.D. — Desenvolvimento Econômico — 1969).

*Cursos e Títulos* — a) «Master» em Economia pela «Vanderbilt University» Estados Unidos da América do Norte, concluído em janeiro de 1968. b) Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 1963. c) Curso em nível de Pós-Graduação em Análise Econômica, promovido pelo Conselho Nacional de Economia em 1963. d) Freqüência aos cursos de Matemá-

dade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Curso de Doutorado da «Faculté de Droit et de Sciences Economiques de Paris». Diplomado no Curso Superior de Guerra, pela Escola Superior de Guerra. Conselheiro do Clube de Seguradores e Banqueiros. Diretor do Clube de Diretores Lojistas do Estado da Guanabara. Diretor da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra — ADESG. Examinador no concurso para juiz substituto da Justiça do Estado. Examinador no concurso para defensor público no Estado da Guanabara. *Obras Publicadas*: 1) «Regime Jurídico das Sociedades Comerciais» — ed. Forense, Rio. 2) «Sociedades Anônimas» — ed. Forense, Rio. 3) «Do Aceite» — ed. Forense, Rio. 4) «Do Endosso» — ed. Forense, Rio. 5) «As Sociedades de Economia Mista no Direito Brasileiro» — ed. Forense, Rio. 6) «Direito de Navegação» — ed. Forense, Rio. 7) «Manual de Direito Comercial» — ed. Forense, Rio. 8) «Anteprojeto de Código de Obrigações — Títulos de Crédito» — ed. da Imprensa Nacional.

SELON, André

(C.P.C.D. — Francês — 1961 a 1969).

Licence-ès-lettres — Sorbone. Licence en Droit — Sorbonne. Tradutor Juramentado e Intérprete Comercial (1º colocado em Concurso — 1958). Dirigiu o Serviço de Tradução dos seguintes congressos: Conferência dos Ministros de Economia e Finanças (1954 — Rio), Congresso Internacional da União Interparlamentar; Congresso Internacional das Organizações Superiores de Controle de Finanças Públicas (1959 — Rio); Congresso Internacional do Pen Club (1960 — Rio). Versão francesa do livro «Brasil», edições publicadas em 1955 e 1964, pelo Ministério das Relações Exteriores. Versão francesa da comédia «Deu Freud Contra», de Silveira Sampaio. Trabalho sobre as Favelas do Rio de Janeiro em equipe com o IPEME — 2 livros. Tradutor da revista «Brasil Constrói», do Ministério da Viação e Obras Públicas. Participou, como tradutor, da II Conferência Extraordinária Americana — Rio, 1965; das Quartas Reuniões Anuais do Conselho Econômico e Social Interamericano — Buenos Aires, março de 1966; da Terceira Conferência Interamericana Extraordinária — Buenos Aires, fevereiro de 1967; da Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores — OEA — Punta del Este, abril de 1967; da Reunião de Chefes de Estado Americanos — Punta del Este, abril de 1967; da Conferência do

tica, Estatística e Desenvolvimento Econômico do I Curso de Programação Econômica promovido pelo IPEA — Ministério do Planejamento — 1965. *Associações Profissionais* — Membro da American Economic Association. b) Membro fundador da Sociedade Brasileira do Planejamento. *Cargos ou Funções* — 1. *Atuais*: a) Economista do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada — EPEA — do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (agora transformado em Instituto, IPEA), desde 1964. b) Professor da Cadeira de Análise Macroeconômica da Faculdade de Economia da Universidade do Estado da Guanabara, a partir de março de 1969. c) Professor da Cadeira de Finanças Públicas da Faculdade de Economia e Administração do Rio de Janeiro (Universidade Gama Filho), a partir de agosto de 1968. 2. *Exercidos*: a) Economista da Coordenação de Planos e Orçamento do Estado da Guanabara no período de março de 1964 a dezembro de 1965. b) Instrutor do Curso para Administradores Tributários promovido pelo CETREMFA — Ministério da Fazenda, em janeiro de 1969. c) Membro do Grupo Especial de Trabalho instituído pelo Banco Nacional de Habitação para o estudo das aplicações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS —, no período de outubro de 1966 a janeiro de 1967. d) Representante do IPEA junto ao Grupo Especial de Trabalho para Estatísticas Industriais — GETEI — no período de outubro de 1966 a janeiro de 1967. e) Membro do Grupo de Trabalho criado na Coordenação de Planos, Orçamento do Estado da Guanabara para realização de uma pesquisa industrial no Estado em 1965. *Concursos Públicos Realizados* — a) Concurso para Economista do Serviço Público Federal realizado pelo DASP em 1964. Aprovado em segundo lugar. b) Concurso para Economista do Estado da Guanabara realizado pela ESPEG em 1965. Aprovado em segundo lugar. *Estudos e Trabalhos (Principais)* — a) Estudos macroeconômicos relacionados à análise da formação e distribuição da Renda Nacional e a aspectos do emprego de mão-de-obra, para os Planos Trienal (1964/66), e Decenal (1967/76) elaborados no âmbito do IPEA — 1964/66. b) Levantamento e classificação das despesas do Governo do Estado da Guanabara no período 1960/64, segundo a natureza do dispêndio e os setores de atividade (coordenação dos Trabalhos), 1964. c) «Os Investimentos Diretos da União no Estado da Guanabara» publicado em Estudos Cariocas nº 2, Coordenação de planos e Orçamento do Estado da Guanabara, 1965.

d) «A Atividade Industrial na Guanabara» (em colaboração), publicado em Estudos Cariocas nº 5. Coordenação de Planos e Orçamento do Estado da Guanabara, em 1965. e) IFF Essência e Fragrância S/A — Projeto de Investimentos para obtenção de financiamento, junto à Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro — CODERJ — 1966. f) «Coffee Consumption in the United States: Structural Changes and Regional Differences». (Apresentado à Universidade de Vanderbilt, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de «Master» — 1967). g) FRI-DUSA, Frigoríficos Industriais de Alimentos S/A. Projeto de Investimentos, apresentado à Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE — 1968. h) «Considerações sobre o Problema da Absorção de Mão-de-Obra nos Principais Setores de Atividade Urbana». (A ser publicado pelo Centro Brasileiro de Estudos Demográficos) 1968. i) «Política Salarial e Absorção de Mão-de-Obra na Indústria de Transformação». IPEA, 1969 (mimeo.).

SILVA, Jacyr Heronville da

(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1969) (Não apresentou o «Curriculum»).

SILVA, Conselheiro Rinaldo de Carvalho e

(C.A.D. — C.P. — Prática Consular — 1968, 1969).

Cônsul de 3ª classe, por concurso, em 26/5/944. Serviu em Copenhague, Roma, Toronto, Lisboa, Oslo, Miami e Gotemburgo.

SIMONSEN, Mário Henrique

(C.P.C.D. — Economia Política — 1961 — Política Econômica — 1962).

(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador — 1967 a 1969).

Engenheiro Civil, com especialização em Engenharia Econômica. Formado pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil — 1967. Economista — Formado pela Faculdade de Economia e Finanças da Universidade do Rio de Janeiro — 1963. Oficial da Reserva da Marinha — CIORM, 1956. *Cargos Exercidos*: Assessor Técnico — ECOTEC — Economia e Engenharia S. A. — 1957-1959. Professor do Curso de Engenharia Econômica da Escola Nacional de Engenharia — 1958-1960. Professor contratado

do Instituto de Matemática Pura e Aplicada — 1958. Assessor Técnico do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria, 1961-1965. Consultor da CONSULTEC — Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. — desde 1960. Diretor da CREDISAN — Crédito Financiamento e Investimento S. A. — 1962-1963. Professor do Curso de Aperfeiçoamento de Economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas — desde 1961. Professor do Curso de Análise Econômica do Conselho Nacional de Economia — desde 1959. Consultor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, desde 1961. Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia, da Fundação Getúlio Vargas, desde 1965. Vice-Presidente do Banco Bozano Simonsen de Investimento S/A, desde 1968. Conselheiro da Cia. Docas de Santos, desde 1967. Membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação, desde 1965. Conselheiro da Cia. de Cigarros Souza Cruz, desde 1968. Conselheiro da Mercedes Benz do Brasil, desde 1968. Membro do Conselho Técnico do Ministério do Planejamento, desde de abril de 1969. Conselheiro da Confederação Nacional da Indústria, desde 1967. *Alguns Trabalhos Publicados*: (excluídos artigos e trabalhos profissionais não assinados) «Introdução à Programação Linear» — 1958 — Editado pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada. «A Programação Linear Aplicada às Refinarias de Petróleo» com N.F. Thompson Motta — Publicado pela Revista de Engenharia. «Os Contrôles de Preços na Economia Brasileira — 1961 — Editado pela CONSULTEC — Soc. Civil Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. «A Inflação Brasileira» — Publicado em Estudos Semestrais, APEC, nº 2, 1963. «Salários, Dualismo e Desemprego Estrutural» — Publicado na Revista Brasileira de Economia. «Capital de Giro para o Financiamento de Vendas» — Publicado em Economia Brasileira — 1959. «A Lei da Usura» — Publicado em Desenvolvimento e Conjuntura — 1962. «Tensões Econômicas nos Países Subdesenvolvidos» — 1962 — Monografia apresentada ao Congresso sobre Tensões Internacionais em agosto de 1962 e publicada no livro: «Latin America — Evolution or Explosion». «Reforma Tributária» — Fascículo editado pelo IPÊS-1963. «A Lei de Say e o Efeito Liquidez Real» — 1964 — Publicado na Revista Brasileira de Economia. «Notas sobre a Controvérsia entre Monetaristas e Estruturalistas» — Conferência sobre a Inflação e Crescimento — Rio de Janeiro,

1963 — Publicado pela Universidade de Yale em «Inflation in Latin America. » «O Mercado Brasileiro de Capitais» — Publicado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica — 1965. «Teoria do Consumidor» — Publicado pelo Centro Brasileiro de Economistas da Fundação Getúlio Vargas — 1965. «Bases para um Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico» — Publicado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica — 1965. «Teoria da Produção» — Publicado pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. «Teoria do Investimento» — Publicado pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. «Teoria da Concorrência Perfeita» — Publicado pela Escola de Pós-Graduação em Economia do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas — 1966. «Teoria Microeconômica» (volume I) — Publicado pela Fundação Getúlio Vargas, 1967. «Teoria Microeconômica» (volume II) — Publicado pela Fundação Getúlio Vargas, 1968. «Teoria Microeconômica» (volume III) — Publicado pela Fundação Getúlio Vargas, 1969. «Teoria Microeconômica» (volume IV) — Publicado pela Fundação Getúlio Vargas, 1969. «Brasil, 2001» — Publicado pela APEC Editora, 1969.

SOUZA, Alberto Mello e

(C. E. — Análise Macroeconômica).

(C. E. — Análise Estatística).

(Não apresentou o «Curriculum»).

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos

(C. P. C. D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1969).

*Diplomas* — 1) Professor de História pela Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal (única turma, diplomada em 1938). 2) Curso Superior da Escola Superior de Guerra (turma de 1967). *Cargos públicos que ocupa* — 1) Professor catedrático, por concurso de provas e títulos (1º lugar), do Instituto de Educação da Guanabara. 2) Professor secundário do Estado da Guanabara (jubilado). *Cargos públicos que ocupou* — 1) Diretor do Departamento de Educação Técnico-Profissional, atual Departamento de Ensino Médio e Superior, da Secretaria de Educação da Guanabara. 2) Diretor do Curso Normal do Instituto de Educação. 3) Professor do Colégio Pedro II — Externato (por concurso).

*Atividades de Magistério (Atuais).* 1) Professor do Curso de Formação de Professores do Ensino Normal do Instituto de Educação. 2) Professor associado da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula. 3) Professor titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Rio de Janeiro, da Universidade Gama Filho. *Atividades de Magistério e correlatas, que exerceu ou exerceu* — 1) Chefe do Departamento de Estudos Sociais do C.F.P.E.N. do Instituto de Educação. 2) Membro do Conselho Técnico-Administrativo do Instituto de Educação. 3) Chefe do Departamento de História da Faculdade Santa Úrsula. 4) Chefe do Departamento de História da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. 5) Examinador em concurso para professor catedrático de História da Universidade do Estado da Guanabara. 6) Examinador em concursos para professor secundário do Estado da Guanabara. 7) Examinador em concurso para professor de História e Geografia do Ensino Industrial do M.E.C. 8) Membro do Gabinete de Consultas da CADES, do M.E.C. 9) Orientador de Cursos de Suficiência e de Aperfeiçoamento promovidos pela CADES. 10) Professor de História e de Didática da História e Didática Geral em Cursos da CADES. 11) Coordenador de Seminários de História organizados pela CADES. 12) Professor em vários estabelecimentos de ensino secundário na cidade do Rio de Janeiro. 13) Membro da comissão organizadora de programas de ensino para as escolas do Estado. 14) Orientador de Encontros do Magistério promovidos pela CAEC, do M.E.C. 15) Conferencista em vários Estados da Federação. 16) Pesquisador nos arquivos de Lisboa e conferencista em Portugal a convite do Instituto de Alta Cultura. 17) Coordenador e professor de Curso promovido pela Secretaria de Educação através da Rádio Roquette Pinto. 18) Professor no Colégio do Ar, da Rádio Ministério da Educação. 19) Professor na TV Escola da Fundação João Baptista do Amaral. 20) Consultor especializado do jornal «O Brasil em Jornal». *Entidades Culturais a que pertence* — 1) Instituto Histórico e Geográfico do Estado da Guanabara. 2) Academia Brasileira de História. 3) Associação Brasileira de Educação. 4) Sociedade Capistrano de Abreu. 5) Instituto Paranaense de Pedagogia (sócio honorário). 6) Instituto de Estudos Históricos da Universidade do Recife (sócio correspondente). *Obras publicadas* — 1) «História do Brasil» — C.E.N. — 16ª edição. 2) «História do Brasil» (para o Curso Comercial) — Ed. do Brasil. 3) «História

da América» — Forense Ed. — 5ª edição. 4) «Curso Prático de Desenho» — C.E.N. — 12ª edição. 5) «Iniciação ao Estudo de Desenho» — C.E.N. — 18ª edição. 6) «História do Brasil» (Art. 91) — C.E.N. — 2ª edição — de colaboração. 7) «Compêndio de História do Brasil» — Forense — 9ª edição. 8) «Compêndio de História da América» — Simões — 4ª edição. 9) «Compêndio de História Geral» — 2 volumes — Freitas Bastos — 3ª edição. 10) «Manual de História do Brasil» — Simões — 4ª edição. 11) «Caderno de História da América» — Briguiet — 3ª edição — de colaboração. 12) «Caderno de História Geral» — Briguiet — 3ª edição — de colaboração. 13) «Breve História do Brasil» — Pórtio Editora (Portugal) 14) «História Administrativa do Brasil» — DASP (coordenação da obra e autoria do 2º volume: «A política administrativa de D. João III»). 15) «Duarte Coelho, fundador de Pernambuco» — DASP. 16) «Em torno da tragédia do Coruripe (Aspectos do governo de D. Duarte da Costa)» — Col. Rex, Simões Ed. 17) «O Regime de Capitania Hereditárias» — Tese de concurso. 18) «Didática da História» — CADES — de colaboração. 19) «Admissão ao Curso Normal: História do Brasil» — Forense — 4ª edição. 20) «História do Desenvolvimento Econômico do Brasil» — Casa do Livro — 2ª edição — de colaboração. 21) «Enciclopédia Delta-Larousse — coordenação da parte de História Geral, tradução de vários artigos e autoria de artigos sobre história de Portugal, dos Estados Unidos, da Argentina, do Uruguai, da Bolívia e do Paraguai, além de capítulo sobre a Participação do Brasil na II Guerra Mundial. 22) Numerosos artigos em jornais e revistas especializadas em História e Educação. 23) A série de 23 peças de rádio-teatro sobre «História Sentimental dos Grandes Compositores», transmitida pela Rádio Roquette Pinto. 24) A rádio-peça «Mocidade e morte — A vida de Castro Alves», 1º lugar em concurso promovido pela Rádio Ministério da Educação.

VALENTINO SOBRINHO, Secretário Raphael

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1968).  
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968).  
(C.P.C.D. — Direito Constitucional — 1969).  
(C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1969).  
(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).



Secretário-Geral, em exercício, do Ministério do Interior, em maio de 1969. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Curso de Doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Curso do Instituto de Altos Estudos Internacionais, da Universidade de Paris. Diplomado no Curso Especial correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata, realizado no Instituto Rio-Branco em 1963. 2º Secretário, por merecimento, em 1967. Integrante da Comissão Interministerial de Direito do Mar (1963 a 1964). Auxiliar do Secretário Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, do Ministério das Relações Exteriores (1964/65). Assessor Adjunto do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Geral (1965/67). Lotado na Divisão de Política Financeira do Ministério das Relações Exteriores (1967). Chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Interior (1967/68). Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Interior (1968). Representante do Ministério do Interior na Comissão Interministerial para Preparação da Participação Brasileira à 2ª Reunião da Conferência das Nações Unidas para o Comércio de Desenvolvimento (novembro de 1967). Conferencista de Política Internacional do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1969. Conferencista de Direito Internacional Público, da Escola de Guerra Naval, em 1968 e 1969. Prêmio Vicente Rão (1956/57). Prêmio Waldemar Ferreira (1956). Prêmio Basileu Garcia (1956/57). Prêmio Philadelpho de Azevedo (1958). Prêmio Theodureto de Camargo Filho (1957). Prêmio Francisco Emygdio da Fonseca Pereira (1958). Prêmio do Instituto dos Advogados do Brasil (1958). Prêmio da Associação dos Advogados do Brasil (1958). Prêmio João Arruda (1959). Prêmio Livreiro Saraiva (1958). Prêmio Max Limonad (1958). *Trabalhos* — «A Plataforma Continental» (Publicado na Revista Brasileira de Política Internacional (ano VI, nº 23, pp. 375/409 e ano VIII, nº 29, pp. 46/66). «O Estado Comerciante» (Publicado no Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, ano XX, ns. 39 e 40, pp. 186/195). «A Denegação de Justiça e o Acórdão de Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos da América» (Publicado na Revista de Direito Processual Civil, 1966, pp. 118/141 e no Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, janeiro-dezembro 1966, ano XXII,

ns. 43 e 44). «A Captação de Recursos Externos para o Desenvolvimento da Amazônia» (trabalho apresentado ao Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Geral. «A Cooperação Internacional e Desenvolvimento Regional» (trabalho apresentado ao Ministério do Interior, em 1967). «Amazon Strategy» (publicado em «The Times Saturday», 26 de novembro de 1968). «A Irrigação e a Revolução Agrícola no Brasil» (na Revista Econômica do Jornal do Brasil, de 1969). «O Nordeste Brasileiro na Prospectiva Internacional 70» (na Revista Econômica do Jornal do Brasil, de 1970). «A Evolução da Diplomacia Internacional» (3 fascículos, Universidade Pro Deo, Rio de Janeiro, 1967). «Diplomacia e Revolução» (Discurso de Orador da Turma do Instituto Rio-Branco, 1964). «Geração do Bandeirismo Humanista» (Discurso de Orador da Turma da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1958).

#### VALLADÃO, Haroldo Teixeira

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1959 a 1969) (Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Privado — 1968). (C.P.C.D. — Departamento de Direito — Coordenador — 1967 a 1969).

Professor Catedrático, em virtude de concurso, de Direito Internacional Privado, da Universidade do Brasil e da Universidade Católica do Rio de Janeiro; antigo Diretor da Faculdade Católica e Vice-Diretor da Faculdade Nacional de Direito. Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro efetivo desde 1924, antigo orador (1941-1944) e Presidente (1944 a 1946) do Instituto dos Advogados Brasileiros. Antigo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1950-1952). Membro, atual 1º Vice-Presidente do «Institut de Droit International» e Presidente da Sessão de Nice (1967) do mesmo Instituto. Antigo Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1955-1959). Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (desde 1961). Procurador-Geral da República (1967). Antigo membro do Conselho Universitário das Universidades: do Brasil e Católica do Rio de Janeiro. Doutor «honoris causa» da Universidade d'Aix, Marseille. Acadêmico da Pontifícia Academia Romana de Santo Tomás de Aquino e de Religião Católica, Seção Jurídico-Econômica. «Soci» do Felibrige Provençal, da Academia Literária de Mistral, da

«*langue doc*». Membro da Córte Permanente de Arbitragem da Haya. Membro da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional. Presidente da Comissão Permanente de Inquérito e Conciliação Chileno-Sueca. Membro da Academia Internacional de Direito Comparado da Haya. Medalha de Ordem dos Advogados (Barreau) de Paris, (1949). Medalha «Teixeira de Freitas» do Instituto dos Advogados Brasileiros (1959). Medalha «Excellentia Fori» da Federação Interamericana de Advogados (1961). Medalha *Dom Andrés Bello* (1965). Presidente do Comitê Nacional (Brasil) de Direito Comparado. Membro eleito (antigo) do Conselho Diretor (Comitê Internacional de Direito Comparado) da Associação Internacional das Ciências Jurídicas da UNESCO. Antigo Consultor-Geral da República (1947-1950). Embaixador Chefe da Delegação do Brasil à V Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos (1965). Presidente da Seção Brasileira da «International Law Association». Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Membro do Diretório Central da Liga de Defesa Nacional. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Presidente e Relator dos Capítulos referentes ao Poder Judiciário, à Nacionalidade e à Declaração de Direitos da Comissão Especial do Anteprojeto de Constituição, enviado pelo Instituto dos Advogados à Assembléa Constituinte, em fevereiro de 1946. Membro do Comitê Executivo e do Conselho da Federação Interamericana de Advogados. Professor da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado, encarregado de cursos em Havana (1945-1959). Professor, em 1952 e em 1962, na «Académie de Droit International de La Haye». Advogado Honorário da Ordem dos Advogados de Portugal; Membro Honorário dos Colégios de Advogados de Lima (Peru) e do Distrito Federal (Caracas) Venezuela; Membro Correspondente do Colégio de Advogados de Buenos Aires; do Instituto Chileno de Estudos Internacionais; da Academia Colombiana de Jurisprudência; da «Academia de Derecho Internacional da Universidade Boliviana» de Medellín (Colômbia). Membro Correspondente da Academia de Ciências Políticas e Sociais da Venezuela. Membro Honorário da Associação Argentina de Direito Comparado. Membro Titular do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional. «Visiting professor» da Columbia Law School (1955). Professor do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura; encarregado de Cursos nas Faculdades de Direito de Paris e Rennes (1936) e de Paris, Bordeaux e

Toulouse (1949). «Visiting professor» da «Tulane Law School» (1965). Professor do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura; encarregado de Cursos nas Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra em 1936-1939. Relator Geral na antiga Comissão Legislativa dos Projetos de Lei sobre Entrada e Expulsão de Estrangeiros, Naturalização e Extração. Membro do Tribunal de Ética Profissional da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção do Distrito Federal); Membro Titular da Seção Brasileira do «Comitê Jurídique International de l'Aviation» e Relator de Direito Internacional Privado Aeronáutico no Projeto do Código do Ar, organizado pela Seção e que serviu de base ao Código Brasileiro do Ar. Medalha da Faculdade de Direito de Paris (1936). Membro da Comissão de Reforma dos Códigos, Encarregado do Anteprojeto de Lei de Introdução (1961-1962). Autor do Projeto Oficial da Lei Geral de Aplicação das Normas Jurídicas (1963-1964). Autor de numerosos livros jurídicos, jurídicos-sociais, literários, históricos, entre os quais, «Direito Internacional Privado», 1968; «Material de Classe de Direito Internacional Privado», 4ª edição, 1967; «Novas Dimensões do Direito Internacional», 1967 (francês e português); «Democratização e Socialização do Direito Internacional» (português, 1961, francês e espanhol, 1962); «Reforma Agrária, Magno Problema Jurídico do Século», 1966; «Problemas Jurídicos da Cooperação Internacional no Campo do Desenvolvimento Econômico e Social», 1965; «Da Organização Judiciária para os Problemas Internacionais do Desenvolvimento Econômico e Social», 1965; «Johannes XXIII, Pater et Magister gentium», 1962; «Direito Interplanetário e Direito Intergentes Planetárias» (português, 1957, francês, 1959, inglês e espanhol, 1960); «O Direito do Espaço Interplanetário», 1959; «Do Direito Aéreo ao Direito Interplanetário», 1960; «Aos Jovens Juristas», 1967; «As Novas Dimensões do Direito, Justiça Social, Desenvolvimento, Integração», 1969/70; «Paz, Direito, Técnica», 1969; «Justiça, Democracia, Paz», 1948; «Direito, Solidariedade, Justiça», 1943.

WEINSCHECK, Conselheiro Guilherme

(C.A.D. — C.P. — Prático. Diplomática I — 1968, 1969).  
Sub-chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores — 1969. Chefe substituto do Cerimonial (dez. de 1969). Diplomata classe K por Concurso de Provas realizado no Instituto Rio-Branco em 1955. Diplomado pelo Instituto Rio-

Branco no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas. Serviu em Londres e na Santa Sé. Encarregado de Negócios em Port-of-Spain (set. — out. de 1969). Membro da Missão Econômica encarregada de negociar a assinatura do Tratado de Comércio e Tráfico Fronteiriço com o Paraguai, em agosto de 1956. Membro da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Bolívia, criada pelo Convênio de Comércio Brasileiro-Boliviano, reunida em La Paz, em agosto de 1956. Secretário da CTAP, março de 1956. Assessor da Delegação do Brasil à Conferência Internacional do Mar, em Genebra, em 21-2 de 1958. Secretário do Grupo de Trabalho do GAD, em fevereiro de 1960. Assessor da Delegação do Brasil à III Reunião do «Comitê» dos 21», em Bogotá, em 1960.

## RELAÇÃO DOS EX-PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

- ACCIOLY, Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto  
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1947 a 1950, 1952-53, 1956 a 1958).
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício  
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1960 a 1964)  
(C.P.C.D. — História das Américas — 1965-66).
- ALEXANDRE, Peter  
(C.P.C.D. — Inglês — 1958).
- ALMEIDA, Renato Costa  
(C.P.C.D. — Português — 1952).
- ALVIM, Clara de Andrade  
(C.P.C.D. — Português — 1966).
- ANDRADE, Dyla Sílvia Navarro de  
(C.E. — Prática de Arquivo — 1947-48).
- ARANTES, Tarcísio Barbosa  
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964, 1965).
- ARAÚJO, Secretário João Hermes Pereira de  
(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963).
- ARAÚJO, Secretário Roberto Luiz Assumpção de  
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).
- AUSTEN, Mary Veronica  
(C.E. — Inglês — 1964).

- ÁVILA, Padre Fernando Bastos de  
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1957-58).
- BACKEUSER, Everardo  
(C.E.X. — Geografia Política do Brasil e da América Latina — 1945).
- BAER, Werner  
(C.P.C.D. — Economia II — 1966).
- BALTHASAR, João da Silva  
(C.E. — Taquigrafia — 1967).
- BAPTISTA, Secretário Paulo Nogueira  
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1959).
- BARAT, Josef  
(C.P.C.D. — Economia I — 1966).
- BARROS, Julio d'Assunção  
(C.E. — Direito Administrativo e Contabilidade Pública — 1967).
- BECKER, Martha Ellen  
(C.E. — Alemão — 1952-53).
- BENTES, João Ferreira  
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- BERARDINELLI, Cleonice Serôa da Motta  
(C.P.C.D. — Português — 1961 a 1963).
- BIRCHALL, Stephen  
(C.E. — Inglês — 1966)
- BIER, Secretário Amaury  
(C.P.C.D. — Economia II — 1966)  
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).
- BORJA, Célio de Oliveira  
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1961 a 1963).

- BRAGA, Ministro Pedro de Souza Ferreira Gonçalves  
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1949-50, 1959).
- BRITO, Aldemar Hora Dantas de  
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1954).
- BRITO, Dante de  
(C.P.C.D. — Inglês — 1951).
- BRYTYGIER, Guy  
(C.P.C.D. — Francês — 1962).
- BURGOS, Frederico Luís de  
(C.E. — Estenografia — 1948 — 1951-52).
- BURNIER, Maria Cândida Penido  
(C.E. — Francês — 1964 a 1967).
- CABAL, Embaixador Hélio de Burgos  
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1964).
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso  
(C.P.C.D. — Português — 1958 a 1960).
- CAMPOS, Pedro de Souza  
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).
- CAMPOS, Ministro Roberto de Oliveira  
(C.A.D. — Sociologia Política — 1950).
- CARNEIRO, Ministro Octavio Augusto Dias  
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1952 — Economia Política — 1952-53).  
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1951-52).
- CARNEIRO JÚNIOR, David Antônio da Silva  
(C.P.C.D. — Economia I — 1967)
- CARVALHO, Carlos D jado de  
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1955-56)  
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1956)

- CASTRO, Antônio Barros de  
(C. P. C. D. — Economia I — 1964, 1966)  
(C. P. C. D. — Economia II — 1965).
- CHACEL, Julian Magalhães  
(C. P. C. D. — Política Econômica — 1960).
- COLE, Desmond  
(C. P. C. D. — Inglês — 1958 a 1960).
- COLLOR, Secretário Lindolfo Leopoldo  
(Curso Especial Correspondente à Terceira Fase do Concurso de Provas — Política Internacional — 1963).
- CONNEL, Graham  
(C. P. C. D. — Inglês — 1962).
- CONRADO, Secretário Raul  
(C. A. D. — Espanhol — 1946).
- CORRÊA, Roberto Alvim  
(C. P. C. D. — Francês — 1947-48, 1950).
- CORRÊA JÚNIOR, Ministro Manuel Pio  
(C. P. C. D. — Orientação Profissional — 1951-52 — Política Internacional — 1959).  
(C. A. D. — Prática Diplomática — 1951).
- CORREIA, Marlene de Castro  
(C. P. C. D. — Português — 1963 a 1965).
- CORTESÃO, Jaime  
(C. A. D. — História da Formação Territorial do Brasil — 1946 a 1950).  
(C. E. X. — História da Cartografia e Geografia das Fronteiras do Brasil — 1945).
- COSTA, Edilberto  
(C. P. C. D. — Economia Política — Política Econômica — 1957).  
(C. A. D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1957).

- COSTA, Secretário João Frank da  
(C. P. C. D. — Política Internacional — 1961-62)
- COUCHOUD, Jean Paul  
(C. P. C. D. — Francês — 1963).
- COX, Melvyn Dennis  
(C. P. C. D. — Inglês — 1962).
- CURY, Américo  
(C. P. C. D. — Economia Política — 1948 a 1950).
- DAROS, Eduardo José  
(C. P. C. D. — Economia I — 1965).
- DOURADO, Mecenas  
(C. P. C. D. — História Diplomática do Brasil — 1954  
(C. P. C. D. — História Diplomática Mundial — 1954-55).
- DRUMOND, José Eduardo Pizarro  
(C. P. C. D. — Direito Civil — 1958).
- DUARTE, Aluísio Capdeville  
(C. P. C. D. — Geografia — 1961).
- ELIA, Hamilton  
(C. P. C. D. — Português — 1951, 1958-59).
- EMMERICH, Charlotte  
(C. E. — Alemão — 1966).
- FALCON, Francisco José Calazans  
(C. P. C. D. — História Diplomática Mundial — 1959).
- FARIA, Ministro Milton  
(C. A. D. — Prática Consular — 1950, 1957 a 1959).
- FARO JÚNIOR, Embaixador Luiz Pereira Ferreira de  
(C. P. C. D. — Direito Internacional Público — 1960).
- FERNANDES, Cônsul-Geral Mário de Deus  
(C. A. D. — Prática Consular — 1948, 1951).

- FERRAZ, Sérgio  
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1965).
- FINN, Patrick James David Gardner  
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- FLYN, Joan Gerard  
(C.P.C.D. — Inglês — 1963).
- FONSECA, Roberto Piragibe  
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1952).
- FORRER, Robert L. C.  
(C.P.C.D. — Inglês — 1959-60).
- FOX, William Thornton Rickert  
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).
- FOZ, Alberto dos Santos  
(C.P.C.D. — Economia Política — 1951).
- FRANCO, Alexandre  
(C.E. — Alemão — 1964).
- FRAZÃO, Secretário Sérgio Armando  
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1951).
- FREY, Alexander  
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- GABAGLIA, Fernando Antônio Raja  
(C.E.X. — Geografia Cultural do Brasil e da América Latina — 1945).
- GALVÃO, Ivan  
(C.A.D. — Italiano — 1946).
- GALVÃO, Jesus Belo  
(C.P.C.D. — Português — 1952 a 1957, 1960)
- GOMES, Ministro Jaime de Barros  
(C.P.C.D. — História Social e Política do Brasil — 1952-1953).

- GOMES, Henrique de Carvalho  
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966)  
(C.P.C.D. — Economia II — 1967).
- GONÇALVES, Embaixador Roberto Mendes  
(C.P.C.D. — Português — 1963).
- GRIECO, Secretário Donatelo  
(C.P.C.D. — Português — 1951).
- GRIFFIN, William James  
(C.P.C.D. — Inglês — 1947).
- GUILLOU, Yvonne  
(C.P.C.D. — Francês — 1958-59).
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares  
(C.P.C.D. — Geografia — 1952 a 1954, 1957 a 1960).  
(Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso de Provas — Geografia — 1963).
- GUIMARÃES, José Nunes  
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1954).
- HENFREY, Norman  
(C.P.C.D. — Inglês — 1961)
- HERMES JÚNIOR, Ministro João Severiano da Fonseca  
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1948, 1950).
- HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de  
(C.P.C.D. — Português — 1952, 1957).
- JACQUIER, Louise  
(C.P.C.D. — Francês — 1946 a 1960).
- KARIDAKIS, Savas  
(C.E. — Francês — 1963, 1964).
- KELLER, Elza Coelho de Souza  
(C.P.C.D. — Geografia — 1957).

- KNOX, John  
(C.P.C.D. — Inglês — 1946 a 1957).  
(C.E. — Inglês — 1952-53).  
(C.E.X. — Inglês — 1953).
- KRANC, Piotr Pawel  
(C.P.C.D. — Inglês — 1963 a 1965).
- KURY, Adriano da Gama  
(C.P.C.D. — Português — 1961).
- LACERDA, José Cândido Sampaio de  
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1955 a 1959).
- LAGE, Alfredo Martins  
(C.E. — Inglês — 1948).
- LAGO, Embaixador Antonio Corrêa do  
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1954).
- LAMY FILHO, Alfredo  
(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1960 a 1962).
- LANNA, Hélio José da Costa  
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- LANTELME, Paulo  
(C.P.C.D. — Português — 1957).
- LATOUR, Embaixador Jorge  
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1956-57).
- LEAL, Hamilton  
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1946 a 1959).
- LÉCUYER, Jacques  
(C.P.C.D. — Francês — 1961-62).
- LEITE FILHO, João Baptista Barreto  
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955 a 1961).

- LELLIS, Raul Moreira  
(C.P.C.D. — Português — 1956).
- LEME, Og Francisco  
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- LEMONS, Augusto Jefferson de Oliveira  
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- LIED, Helmut  
(C.E. — Alemão — 1964).
- LIMA, Alceu Amoroso  
(C.P.C.D. — Economia Política — 1947).  
(C.A.D. — Sociologia Política — 1948).
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha  
(C.P.C.D. — Português — 1947 a 1950, 1953 a 1957).
- LINHARES, Bruno Mattos  
(C.P.C.D. — Economia I — 1965).  
(C.P.C.D. — Economia II — 1965).  
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965).
- LINHARES, Maria Yedda Leite  
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1957).
- LOBO, Ministro Hélio  
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — Prática Diplomática — 1946).
- LODGE, Ian Dennis  
(C.P.C.D. — Inglês — 1967).
- LOPES, Desembargador Miguel Maria de Serpa  
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1960).
- MADEIRA, Marcos Almir  
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1952).
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida  
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1958).

- (C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1958).
- MANGABEIRA, Francisco  
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953).  
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1956).
- MARINHO, Ministro Ilmar Penna  
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946).
- MELLO, José de Campos  
(C.P.C.D. — Economia Política — 1949).
- MELLÔ, Embaixador Rubens Ferreira de  
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1958).
- MELLO FRANCO, Afonso Arinos de  
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).
- MÉRIGOUX, Pierre  
(C.P.C.D. — Francês — 1967).
- MIRANDA, José Luiz Silveira  
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966).
- MONTEIRO, Clovis do Rêgo  
(C.P.C.D. — Português — 1947 a 1949).
- MONTEIRO, Secretário Márcio Rêgo  
(C.P.C.D. — Economia I — 1963).  
(Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso de Provas — Economia — 1963 — Política Internacional — 1963).
- MOREIRA, Laura de Barros  
(C.E.X. — Praxes Sociais e Diplomáticas — 1951).
- MORTARA, Marcella  
(C.A.D. — Italiano — 1948, 1950).
- MOTA, Secretário Benedito da  
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1955).

- MOTTA, Petrônio  
(C.P.C.D. — Português — 1946).
- MOURA, Secretário Heitor Pinto de  
(C.P.C.D. — Português — 1962-63).
- MULHOLLAND, John  
(C.P.C.D. — Inglês — 1952, 1954 a 1957).
- NASCENTES, Antenor  
(C.P.C.D. — Português — 1946).
- NEVES, Ministro Adolpho de Camargo  
(C.E.X. — Prática Consular — 1945).
- NOGUEIRA, Júlio  
(C.E. — Português — 1947-48).
- NOVELLI, Flávio Bauer  
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1964, 1965).
- NUNES, Amaro Ventura  
(C.E. — Português — 1967).
- OUCHKOFF, Oleg  
(C.E. — Russo — 1964 a 1966).
- PACHÁ, Sérgio de Carvalho  
(C.E. — Português — 1964).
- PARAÍSO, Hamilton Prisco  
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1960).
- PAULA, Tacariju Tomé de  
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).
- PEARSON, Christopher  
(C.P.C.D. — Inglês — 1961-62).



- PEDROSA, Mário  
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955).
- PEREZ, David José  
(C.A.D. — Espanhol — 1948, 1950).
- PIMENTEL, Maria de Lourdes  
(C.E. — Criptografia — 1947).
- PINHEIRO, Ministro João Baptista  
(C.P.C.D. — Economia Política — 1953 — Política Econômica — 1952 a 1954).  
(C.E.X. — Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional — 1952).
- PINHO, José Wanderley de Araújo  
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1957).
- PINTO, Luiz Fernando da Silva  
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- POLZIN, Cônsul Geral Alfredo  
(C.A.D. — Prática Consular — 1954 a 1957).
- PÔRTO, Conselheiro Luiz de Almeida Nogueira  
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953).  
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1954).
- PÓVOAS, Sílvia Ribeiro  
(C.E. — Datilografia — 1948).
- PRADO, Eugênia Damasceno Vieira  
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1958).
- QUEIROZ, Secretário José Maria Vilar de  
(C.P.C.D. — Português — 1964).
- RAILLARD, Georges Léopold  
(C.P.C.D. — Francês — 1960).
- REZENDE, Omar Vieira de  
(C.E. — Prática de Correspondência e Comunicação — 1947).

- RIBEIRO, Darcy Rodrigues Lopes  
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1958).
- RIBEIRO, Pedro Freire  
(C.P.C.D. — Política Mundial Contemporânea — 1947 a 1953).
- Rios, José Arthur  
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).
- RODRIGUES, Embaixador Jaime Azevedo  
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1961)  
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1961)  
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1953)  
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1960).
- RODRIGUES, José Antônio Gonçalves Amaral de Figueiredo  
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- RODRIGUES, José Honório  
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946 a 1949, 1956).
- RODRIGUEZ, Ministro Carlos Calero  
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1954-55, 1963-64).
- ROUANET, Secretário Sérgio Paulo  
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967).
- SÁ, Hernane — Tavares de  
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).
- SÁ, Jayme Magrassi de  
(C.P.C.D. — Economia Política — 1955 a 1957 — Política Econômica 1954 a 1957).  
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1954 a 1957).
- SANTOS, Ezio Távora dos  
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964, 1965).

- SANTOS JÚNIOR, Carlos  
(C.P.C.D. — Economia II — 1963).
- SCARABÓTOLO, Ministro Hélio Antônio  
(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963 a 1966).
- SETTE, Secretário Luiz Paulo Lindenberg  
(C.P.C.D. — Economia Política — 1961).
- SILVA, Ministro Geraldo Eulálio do Nascimento e  
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1946 a 1948,  
1956 a 1958, 1961).
- SILVA, Hélio Schlittler  
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1958  
a 1964).
- SILVA, Embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento e  
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — 1948).
- SILVA, José Luiz Werneck da  
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1965-66).
- SILVA, Paulo Cesar Machado da  
(C.P.C.D. — Inglês — 1948-49).
- SILVA, Roberto Barbosa da  
(C.P.C.D. — Português — 1953).
- SILVA, Ministro Ruy Barbosa de Miranda e  
(C.P.C.D. — Prática Consular — 1963 a 1966).
- SOARES, Secretário João Clemente Baena  
(C.P.C.D. — Português — 1964-65).
- SOARES, Pedro Paulo Martins  
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- SOUSA, Senador José Ferreira de  
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1951).

- STERNBERG, Hilgard O'Reilly  
(C.P.C.D. — Geografia — 1946 a 1958).
- TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão  
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1959).
- TENÓRIO, Desembargador Oscar Accioly  
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946 a 1958)
- THIELEN, Maila Karen  
(C.E. — Alemão — 1966).
- TRIGUEIRO, Embaixador Oswaldo  
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1960).
- TURTUR, Hermann  
(C.E. — Alemão — 1963-64).
- VÁRZEA, Afonso  
(C.E.X. — Geografia Econômica do Brasil e da América  
Latina — 1945).
- VASCONCELLOS, Cônsul Dora Alencar de  
(C.A.D. — Prática Consular — 1952).
- VASCONCELLOS, Marina de Barros e  
(C.P.C.D. — Francês — 1951 a 1954).  
(C.E. — Francês — 1948).
- VIANA, Hélio  
(C.A.D. — História Diplomática — 1950).
- VIEIRA, José Maria Gouveia  
(C.P.C.D. — Economia I — 1963).  
(Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso  
de Provas — Economia — 1963).
- WEISS, Arthur Bernardes  
(C.P.C.D. — Geografia — 1963 a 1965).
- WOOD, F. G.  
(C.P.C.D. — Inglês — 1961 a 1963).

## INDICE

	Págs.
DIREÇÃO .....	3
HISTÓRICO .....	5
RELATÓRIO 1968/69 .....	7
ORGANIZAÇÃO ATUAL .....	11
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata .....	12
Exame Vestibular .....	12
Organização do Curso .....	14
Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas .....	18
Curso de Altos Estudos .....	19
Cursos Especiais e de Extensão .....	19
Concursos .....	19
ANEXOS .....	21
Atividades em 1968 .....	23
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata .....	25
Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas .....	32
Exame Vestibular .....	35
Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata .....	40
Cursos Especiais .....	44
Pesquisas e Publicações .....	45
Biblioteca .....	46
Turma de 1968 — C.P.C.D. ....	47
Turma de 1968 — Concurso de Provas .....	53
Programas .....	57
Legislação .....	105
Atividades em 1969 .....	125
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata .....	127
Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas .....	135
Exame Vestibular .....	138
Cursos Especiais .....	140
Pesquisas e Publicações .....	142

	Págs.
Biblioteca . . . . .	143
Turma de 1969 . . . . .	145
Programas . . . . .	153
Legislação . . . . .	185
Pessoal . . . . .	201
Pessoal do Instituto Rio-Branco de 1945 a 1969 . . . . .	203
Coordenadores e Professores do Instituto Rio-Branco . . . . .	207
Relação dos ex-professores do Instituto Rio-Branco . . . . .	245